



RESOLUÇÃO Nº 729-COGRAD/UFMS, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Direito - Bacharelado do Câmpus de Três Lagoas.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE GRADUAÇÃO da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, **caput**, inciso IV, do Regimento Geral da UFMS, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016, e na Resolução nº 106, Coeg, de 4 de março de 2016, e na Resolução nº 755, Coeg, de 16 de setembro de 2016, e na Resolução nº 16, Cograd, de 16 de janeiro de 2018, e na Resolução nº 430, Cograd, de 16 de dezembro de 2021, e considerando o contido no Processo nº 23448.000219/2012-05, resolve, **ad referendum**:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Direito – Bacharelado, do Câmpus de Três Lagoas, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º O referido Curso, em respeito às normas superiores pertinentes à integralização curricular, obedecerá aos seguintes indicativos:

I - carga horária mínima:

- a) mínima do CNE: 3.700 horas; e
- b) mínima UFMS: 4.064 horas.

II - tempo de duração:

- a) proposto para integralização curricular: dez semestres;
- b) mínimo CNE: dez semestres; e
- c) máximo UFMS: quinze semestres.

III - turno de funcionamento: Curso 0739 integral (matutino e vespertino) e sábado pela manhã e tarde; e Curso 0781 noturno e sábado pela manhã e tarde.

Art. 3º O Projeto Pedagógico será implantado a partir do primeiro semestre do ano letivo de 2023, para todos os estudantes do Curso, exceto para aqueles estudantes que tiverem condições de concluir o Curso na estrutura antiga, nos dois semestres posteriores à sua implantação.



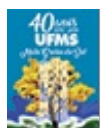
Art. 4º Ficam revogadas, a partir de 6 de março de 2024:

I - a Resolução nº 277, de 4 de dezembro de 2020; e

II - a Resolução nº 288, de 10 de março de 2021; e

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 2 de janeiro de 2023, com efeitos a partir de 6 de março de 2023.

CRISTIANO COSTA ARGEMON VIEIRA



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Costa Argemon Vieira, Pró-Reitor(a)**, em 21/12/2022, às 09:08, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3753841** e o código CRC **2CD87E4E**.

CONSELHO DE GRADUAÇÃO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone: (67) 3345-7041

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.000095/2022-12

SEI nº 3753841



ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Denominação do Curso: Direito

1.2. Código E-mec: 18385

1.3. Habilitação:

1.4. Grau Acadêmico Conferido: Bacharelado

1.5. Modalidade de Ensino: Presencial

1.6. Regime de Matrícula: Semestral

1.7. Tempo de Duração (em semestres):

a) Proposto para Integralização Curricular: 10 Semestres

b) Mínimo CNE: 10 Semestres

c) Máximo UFMS: 15 Semestres

1.8. Carga Horária Mínima (em horas):

a) Mínima CNE: 3700 Horas

b) Mínima UFMS: 4064 Horas

1.9. Número de Vagas Ofertadas por Ingresso: 55 vagas para o curso 0781 e 55 vagas para o curso 0739

1.10. Número de Entradas: 2

1.11. Turno de Funcionamento: Noturno, Sábado pela manhã e Sábado à tarde para o curso 0781; Matutino, Vespertino, Sábado pela manhã e Sábado à tarde para o curso 0739

1.12. Local de Funcionamento:

1.12.1. Unidade de Administração Setorial de Lotação: CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS

1.12.2. Endereço da Unidade de Administração Setorial de Lotação do Curso: Avenida Ranulpho Marques Leal - 3370/3371 fim 3484 Câmpus de Três Lagoas - CPTL II

1.13. Forma de ingresso: As Formas de Ingresso nos Cursos de Graduação da UFMS são regidas pela Resolução nº 430, Cograd, de 16 de dezembro de 2021; Capítulo VI, Art. 18: O ingresso nos cursos de graduação da UFMS ocorre por meio de: I - Sistema de Seleção Unificada (Sisu); II - Vestibular; III - Programa de Avaliação Seriada Seletiva (Passe); IV - seleção para Vagas Remanescentes; V - portadores de visto de refugiado, visto humanitário ou visto de reunião familiar; VI - reingresso; VII - portadores de diploma de Curso de Graduação; VIII - transferência externa; IX - movimentação interna de estudantes regulares da UFMS; X - permuta interna entre estudantes regulares da UFMS; e XI - convênios ou outros





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

instrumentos jurídicos de mesma natureza, firmados com outros países e/ou órgãos do Governo Federal; XII - matrícula cortesia; XIII - transferência compulsória; XIV - mobilidade acadêmica; e XV - complementação de estudos no processo de revalidação de diploma. Ainda, poderão ser estabelecidos outros critérios e procedimentos para ingresso nos Cursos de Graduação por meio de Programas Especiais ou outros atos normativos.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito do Câmpus de Três Lagoas, (CPTL), foi elaborado com base nos seguintes documentos legais:

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais—Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto Federal nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Decreto Federal nº 9.057, de 25 de maio de 2017, Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Portaria nº 3.284, Ministério da Educação (MEC), de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

- de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;
 - Resolução nº 1, Conselho Nacional da Educação (CNE) / Conselho Pleno (CP), de 17 de junho de 2004, que institui diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
 - Resolução nº 2, CNE/ Câmara de Educação superior (CES), de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
 - Resolução nº 3, CNE/CP, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;
 - Resolução nº 1, CNE/CP, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
 - Resolução nº 2, CNE/CP, de 15 de junho de 2012, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
 - Resolução nº 7, CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação —PNE 2014-2024— e dá outras providências;
 - Resolução nº 1, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), de 17 de junho de 2010, que Normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dá outras providências;
 - Resolução nº 5, CNE/CES, de 17 de dezembro de 2018 (*), que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências;
 - Resolução nº 2, CNE/CES, de 19 de abril de 2021, que altera o art. 5º da Resolução nº 5/2018- CNE/CES, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito;
 - Resolução nº 93, Conselho Universitário (Coun), de 28 de maio de 2021, que aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
 - Resolução nº 137-Coun, de 29 de outubro de 2021, que aprova o Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
 - Resolução nº 107, Conselho de Ensino de Graduação (Coeg), de 16 de junho de 2010, que aprova o Regulamento de Estágio para os acadêmicos dos Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS;
 - Resolução nº 106, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Orientações Gerais para a Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação da UFMS;
 - Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Regras de Transição para Alterações Curriculares originadas de alterações na normatização interna da UFMS ou atendimento a normativa legal;
 - Resolução nº 16, Conselho de Graduação (Cograd), de 16 de janeiro de 2018, que altera o art. 4º da Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016;
 - Resolução nº 537, Cograd, de 18 de outubro de 2019, que aprova o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE), dos cursos de graduação da UFMS;





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

- Resolução nº 304-COGRAD/UFMS, de 17 de junho de 2021. Estabelece as Normas para a curricularização da extensão nos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Instrução Normativa Conjunta nº 1, Prograd/Proece/UFMS, de 3 de novembro de 2021, que estabelece as normas e os procedimentos para a curricularização da extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 387, Cograd/UFMS, de 19 de novembro de 2021, que Institui o Programa Especial de Educação Digital e Inovadora no Ensino de Graduação no âmbito da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 388, Cograd/UFMS, de 19 de novembro de 2021, que estabelece diretrizes para os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação no âmbito da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 430, Cograd/UFMS, de 16 de dezembro de 2021, que aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 595, Cograd/UFMS, de 22 de junho 2022, que aprova o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso dos Cursos de Graduação da UFMS.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. HISTÓRICO DA UFMS

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve a sua origem em 1962, com a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Campo Grande, que seria o embrião do ensino público superior no sul do então Estado de Mato Grosso. Em 26 de julho de 1966, pela Lei Estadual nº 2.620 a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), instituiu departamentos e criou o Curso de Medicina. No ano de 1967, o Governo do Estado criou, em Corumbá, o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior. Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), com sede em Campo Grande, ainda no Estado de Mato Grosso (MT). Em 1970, foram criados e incorporados à UEMT os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), em 1977, foi realizada a federalização da instituição, que passou a se denominar Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pela Lei Federal nº 6.674, de 5 de julho de 1979, com sede em Campo Grande, capital do Estado de MS. O Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com sede em Cuiabá/MT, de acordo com ato do Conselho Diretor nº 5 de 9 de janeiro de 1980. Em 2001, foram implantados os Câmpus em Coxim/MS (CPCX), e em Paranaíba/MS (CPAR), ambos pela Portaria nº 403 de 12 de setembro de 2001. A Resolução do Conselho Universitário (COUN) nº 55 de 30 de agosto de 2004, que aprovou o Regimento Geral da UFMS, previu novas unidades setoriais acadêmicas nas cidades de Chapadão do Sul, Naviraí, Nova Andradina e Ponta Porã.

Em 2005, foram implantados os Câmpus em Chapadão do Sul/MS





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

(CPCS), pela Resolução COUN nº 59 de 12 de dezembro de 2005, e em Nova Andradina/MS (CPNA), conforme a Resolução COUN nº 64 de 12 de dezembro de 2005. De acordo com a Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005, o Câmpus em Dourados/MS (CPDO) foi desmembrado da UFMS e transformado na Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sendo a sua implantação em 1º de janeiro de 2006.

Em 19 de setembro de 2005, o Câmpus em Corumbá/MS (CPCO) passou a se chamar Câmpus do Pantanal (CPAN). Ainda, naquele ano, foram implantadas na Cidade Universitária, Campo Grande, a Faculdade de Medicina (FAMED), pela Resolução COUN nº 27 de 19 de setembro de 2005; a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ), conforme a Resolução COUN nº 40 de 26 de outubro de 2005; e a Faculdade de Odontologia (FAODO), pela Resolução COUN nº 39 de 26 de outubro de 2005.

Em 2007, conforme Resolução COUN nº 60 de 24 de outubro de 2007, foi aprovada a proposta de participação da UFMS no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

Em decorrência desta adesão, a UFMS ampliou a oferta de cursos de graduação a partir do ano letivo de 2009 em três novos Câmpus: Bonito (CPBO), implantado pela Resolução COUN nº 90 de 28 de outubro de 2008; Naviraí (CPNV) e de Ponta Porã (CPPP), implantados, respectivamente, pelas Resoluções COUN nº 89 e nº 88, ambas de 28 de outubro de 2008; na Cidade Universitária com a Faculdade de Direito (FADIR), Resolução COUN nº 99 de 10 de novembro de 2008, e a Faculdade de Computação (FACOM), segundo a Resolução COUN nº 44 de 21 de agosto de 2009.

Em 2013, foram criados, pela Resolução COUN nº 25 de 16 de abril de 2013, o Instituto de Física (INFI), o Instituto de Química (INQUI) e o Instituto de Matemática (INMA), bem como a Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (FAENG), em razão da reestruturação e respectiva desativação do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET). No ano de 2014, foi criada a Escola de Administração e Negócios (ESAN), Resolução COUN nº 96 de 05 de dezembro de 2014.

Em 2017, com a Resolução COUN nº 18 de 21 de março de 2017, foram criados o Instituto de Biociências (INBIO) e o Instituto Integrado de Saúde (INISA), bem como a Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (FACFAN); a Faculdade de Ciências Humanas (FACH); a Faculdade de Educação (FAED) e a Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC), mediante a extinção dos Centro de Ciências Biológicas e Saúde (CCBS) e o do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS). Em 2019, a Resolução do COUN nº 50 de 27 de março, aprovou a extinção do Campus de Bonito.

A UFMS possui cursos de graduação e de pós-graduação, presenciais e a distância, nas vinte e cinco unidades acadêmicas setoriais, sendo dezesseis na Cidade Universitária e nove Câmpus nos municípios de Aquidauana (CPAQ); Chapadão do Sul (CPCS); Corumbá, o Câmpus do Pantanal (CPAN); Coxim (CPCX); Naviraí (CPNV); Nova Andradina (CPNA); Paranaíba (CPAR); Ponta Porã (CPPP); e Três Lagoas (CPTL), além de atender a EaD em polos nos diversos municípios do Estado.

Outras unidades integram a estrutura da UFMS como a Base de Estudos do Pantanal e de Bonito, o Hospital Veterinário, a Fazenda Escola, a Pantanal Incubadora Mista de Empresas, o Museu de Arqueologia, a Coleção Zoológica, o Biotério, os Herbários, a Micoteca, as Clínicas-escola de Psicologia, as Farmácias-escola, a Clínica de Odontologia, os Escritórios Modelo de Assistência Judiciária, os complexos culturais e poliesportivos (Estádio Esportivo Pedro Pedrossian, Teatro Glauce Rocha, dentre outros), com a finalidade de apoiar às atividades de ensino,





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo e comunicação e possibilitar o desenvolvimento de atividades técnica, cultural desportiva e recreativa, além de oferecer laboratórios que servem de suporte ao ensino, pesquisa e extensão.

A estrutura organizacional da UFMS compreende os Conselhos Superiores quais sejam, Conselho Universitário (COUN), Conselho Diretor (CD), Conselho de Extensão, Cultura e Esportes (COEX) e o Conselho de Pesquisa e Pós-graduação (COPP); as unidades da Administração Central (Reitoria, Vice-Reitoria e Pró-Reitorias); as Unidades da Administração Setorial (Câmpus, Faculdades, Institutos e Escola); e as Unidades Suplementares (Agências).

Destaca-se que a estrutura organizacional da UFMS foi reorganizada para melhorar a identidade e o diálogo institucional; aprimorar os procedimentos educacionais, científicos e administrativos simplificando canais e dando mais agilidade aos processos. Dessa forma, a estrutura tem se mostrado mais eficaz e apropriada, pois permite que seja dada mais atenção aos estudantes, tanto da Cidade Universitária quanto dos Câmpus.

Em sua trajetória histórica, a UFMS busca consolidar seu compromisso social com a comunidade sul-mato-grossense, gerando conhecimentos voltados à necessidade regional, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Sempre evidenciou a necessidade de expandir a formação profissional no contexto social-demográfico e político sul-mato-grossense. Para concretizar sua missão e seus objetivos, a UFMS atua nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação, firmando-se como instituição que interage na busca de soluções para o desenvolvimento do Mato Grosso do Sul e da sociedade brasileira.

Assim, sua atuação abrange as seguintes áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes. Em busca do atendimento de sua missão, a UFMS propicia e disponibiliza ao ser humano, por meio dos cursos de graduação e de pós-graduação, condições de atuar como força transformadora da realidade local, regional e nacional, assumindo o compromisso de construir uma sociedade justa, ambientalmente responsável, com respeito a diversidade em um ambiente inclusivo.

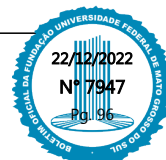
3.2. HISTÓRICO DA UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL DE LOTAÇÃO DO CURSO (PRESENCIAIS) OU DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFMS (CURSOS A DISTÂNCIA)

Em 1967, com o objetivo de ampliar a Rede Pública Estadual de Ensino Superior, o Governo do Estado de Mato Grosso criou o Instituto Superior de Pedagogia, em Corumbá e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras.

Em 02 de janeiro de 1970, a Lei nº 2972, promulgada pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, transformou os estabelecimentos de Ensino Superior em Centros e Subunidades, denominados Departamentos. Desta forma, no Câmpus de Campo Grande, foram criados os Centros de Estudos Sociais, Tecnológico, Ciências Biológicas, Educação Física e Desporto e, em Corumbá e Três Lagoas, o Instituto Superior de Pedagogia e o Instituto de Ciências Humanas e Letras, foram transformados em Centros Pedagógicos.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT) e, em 02 de janeiro de 1970, a Lei Estadual nº 2.972, transformou o Instituto de Ciências Humanas e Letras de Três Lagoas em Centro Pedagógico de Três Lagoas com o funcionamento dos Cursos de Licenciatura Plena em Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia.

O primeiro concurso vestibular, do então Centro Pedagógico de Três





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Lagoas, foi realizado no período de 25 a 27 de janeiro de 1970, com a inscrição de 246 candidatos, dos quais foram aprovados 228. Ainda como Centro Pedagógico obedecia-se a legislação acadêmica emanada do Conselho Estadual de Educação, sediado em Cuiabá/MT.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, a UEMT foi federalizada pela Lei Federal nº 6.674, de 05 de julho de 1979, passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O então Centro Pedagógico de Três Lagoas passou a se chamar Centro Universitário de Três Lagoas (Ceul) e foi em 26 de fevereiro de 2000, com a aprovação do Estatuto da UFMS por meio da Portaria MEC nº 1.100, de 13 de julho de 1999, que o Centro Universitário de Três Lagoas passou a se chamar Câmpus de Três Lagoas (CPTL).

Atualmente, o CPTL possui duas Unidades: Na Unidade I são oferecidos os Cursos de Licenciaturas em Pedagogia, Letras – Português e Inglês, Letras – Português e Espanhol, e Letras – Português. Nesta unidade também são oferecidos os Cursos de Pós-Graduação Acadêmico em Letras –Mestrado e Doutorado e o Mestrado Profissional em Letras.

Na Unidade II são oferecidos os Cursos de Licenciaturas em Geografia, História, Ciências Biológicas e Matemática e os Cursos de Bacharelados em Administração, Ciências Contábeis, Direito – Integral, Direito – Noturno, Enfermagem, Engenharia de Produção, Geografia, Sistemas de Informação e Medicina. Nesta unidade também são oferecidos os Cursos de Pós-Graduação Acadêmico em Geografia - Mestrado e o Mestrado Profissional em Matemática.

3.3. HISTÓRICO DO CURSO

No Câmpus de Três Lagoas, o Curso de Direito do período noturno foi criado pela Resolução nº 59, Coun, de 22 de dezembro de 1995, implantado em 1996 e reconhecido pela Portaria nº 3.888/2003, MEC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de dezembro de 2003. Já o Curso do período integral foi criado pela Resolução nº 10, Coun, de 03 de maio de 2001, passando a funcionar a partir do segundo semestre do ano de 2001.

Até o ano de 2003, o Curso só contava com professores substitutos. No ano de 2004, com a realização do primeiro concurso público, o Curso passou a contar com 02 (dois) professores mestres no quadro efetivo. Algum tempo depois, mais 02 (dois) professores doutores integraram o quadro. Um dos professores doutores foi transferido para Campo Grande.

Em 2009, ingressaram mais 04 (quatro) professores mestres. Nos últimos anos, outros concursos foram realizados e, atualmente, o Curso é atendido por 25 (vinte e cinco) professores efetivos, sendo 18 (dezoito) doutores e 07 (sete) mestres, dos quais 05 (cinco) estão prestes a concluir Doutorado em Direito.

A primeira turma colou grau no ano de 2000. No ano de 2012, o Curso obteve a renovação do reconhecimento através da Portaria nº. 29, MEC, publicada no dia 28 de março no Diário Oficial da União, página 20. No ano de 2016, recebeu nova visita de comissão de avaliação do MEC, alcançando o conceito 4 (quatro). Ao longo de duas décadas, o Curso de Direito do CPTL vem formando pessoas e profissionais preparados para os desafios do mundo contemporâneo e contribuindo com o desenvolvimento da região e do país.

Entre as avaliações e prêmios/reconhecimentos, é possível destacar:

- Exame Nacional de Cursos (ENC): em 2000, obteve conceito “B”; em 2001, obteve conceito “C”; em 2002, obteve conceito “B”; e, em 2003, obteve conceito “C”;
- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade): em 2006, recebeu o conceito 4 em uma escala de 1 a 5;
- Avaliação das condições de oferta: realizada em 2002, obteve os





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

- seguintes conceitos por item de avaliação: a) Corpo docente: “Bom”; b) Organização didático-pedagógica: “Bom”; c) Instalações: “Regular”;
- Avaliação da OAB 2004/2007: Selo OAB Recomenda;
 - Avaliação da OAB 2016/2019: Selo OAB Recomenda;
 - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade): em 2018, recebeu o conceito 4, sendo Conceito Preliminar de Curso (CPC) 3, Conceito de Curso (CC) 4 e Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) 3.

4. NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

4.1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO

O município de Três Lagoas está localizado na costa leste do estado de Mato Grosso do Sul (MS) e possui uma área de 10.217,071 quilômetros quadrados. Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Três Lagoas é o terceiro município mais populoso do estado, com população de 125.137 habitantes no ano de 2021 e densidade demográfica de 9,97 habitantes por quilômetro quadrado.

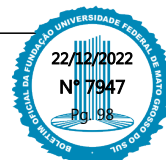
Ao longo do tempo, a posição privilegiada da cidade favoreceu a implantação do polo industrial da região do bolsão sul-mato-grossense, diversificando-se nos setores de alimentação, energético, têxtil, de papel e celulose. Também se instalou no município a primeira usina termoelétrica de Mato Grosso do Sul. No cenário estadual, Três Lagoas é uma cidade de porte médio, desempenhando função de intermediação entre os pequenos e grandes centros urbanos e consolidando-se como centro regional de serviços, indústria e comércio.

Com Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 85.297,87 (IBGE, 2019) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,744 (IBGE, 2010), Três Lagoas exerce posição de centralidade entre as cidades que compõem a mesorregião leste do estado de Mato Grosso do Sul, alcançando, inclusive, cidades localizadas na região oeste do estado de São Paulo e influenciando áreas/setores como comércio, educação, geração de serviços e negócios, saúde, dentre outras. Tal condição faz da cidade um polo ou referência regional no campo da educação e da produção de conhecimento técnico-científico e de inovação, fomentando a dinâmica social, política, econômica e cultural da região.

Segundo dados disponíveis no sítio eletrônico do IBGE, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, no município, é de 97,5% (2010). No ano de 2018, foram registradas 18.524 matrículas no ensino fundamental e 4.203 matrículas no ensino médio, 878 docentes no ensino fundamental, 383 docentes no ensino médio. Na área da saúde, o município é atendido por inúmeros estabelecimentos, na rede pública e privada, podendo contar em breve com o funcionamento do Hospital Regional de Três Lagoas, que será capaz de atender a população da região leste do estado.

A cidade possui alta influência em um raio de 150 quilômetros, abrangendo municípios do estado de MS, como Selvíria, Água Clara, Chapadão do Sul, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Brasilândia, Inocência, Cassilândia, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, dentre outros. Situada em zona fronteiriça, influencia também cidades do oeste paulista, próximas aos limites estaduais: Castilho, Andradina, Murutinga do Sul, Ilha Solteira, Pereira Barreto, Nova Independência, Itapura, Mirandópolis, Guaraçaí, Tupi Paulista, Dracena, Santa Fé do Sul, entre outras.

A geoeconomia industrial da cidade é marcada pela presença ativa do setor de papel e celulose, gerando a expansão de plantações de eucalipto por vários





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

municípios do estado, modificando gradativamente o perfil agropecuário e diminuindo as áreas tradicionais de pastagens e de agricultura. O município conta com a presença de duas empresas produtoras de energia elétrica: uma hidrelétrica, com capacidade de geração de 1.560 megawatts; e uma termelétrica que utiliza gás natural, com capacidade de geração de 240 megawatts. Também possui uma unidade produtora de biocombustíveis, uma siderúrgica e tem a perspectiva de implantação de uma unidade de fertilizantes nitrogenados.

Observa-se, portanto, que Três Lagoas e região formam um polo atrativo de investimentos, serviços e empregos, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento econômico do estado e do país. Por outro lado, os dados apresentados revelam a necessidade de espaços estratégicos de produção do conhecimento, proporcionando um diálogo profícuo entre organismos da sociedade civil e instituições públicas, formando pessoas e profissionais capazes de compreender a dinâmica social, a pluralidade de valores e vozes em uma sociedade justa e democrática, fazendo com que o crescimento econômico possa produzir bons indicadores sociais e ambientais e melhorar a qualidade de vida das pessoas da cidade e da região.

4.2. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO

A economia do estado de Mato Grosso do Sul é baseada no agronegócio, com alguns polos de extrativismo mineral e siderúrgico e de produção de celulose. Com baixa industrialização, seus principais produtos de exportação são a pasta de celulose, grãos (principalmente soja e milho), álcool e gado de corte (carne e couro).

Situado na região centro-oeste do país, o ecossistema estadual é dividido em duas grandes regiões: o Pantanal e o Cerrado. O ecossistema pantaneiro, presente na região noroeste do estado, tem como principal atividade econômica a criação de gado de corte e o turismo, enquanto o ecossistema do Cerrado encontra-se bastante destruído pela implantação das culturas de soja, milho, cana (para produção de álcool) e eucalipto (usado para produção de madeira e celulose), além da criação de gado (com aproximadamente 21 milhões de cabeças em todo o estado).

No município e região de Três Lagoas, os terrenos são predominantemente sedimentares, apresentando grandes deficiências estruturais e inviabilizando o cultivo agrícola de espécies que exigem solo fértil. A partir de 1970, a pecuária tornou-se a principal opção de ocupação econômica das extensas áreas municipais. Rapidamente, os espaços naturais - vegetação nativa - foram tomados por extensas áreas de pastagem, alimentando um dos mais numerosos rebanhos bovinos não só no/do estado de Mato Grosso do Sul, mas de todo o Brasil.

Caracteristicamente, a pecuária tradicional produz baixos salários, adotando como instrumento a oferta reduzida de postos de trabalho e a absorção de mão-de-obra semiespecializada, contribuindo para a consolidação de um modelo econômico, com uma base social de baixa mobilidade, manchado pela exacerbada concentração da renda por alguns e contraditoriamente sufocado pelas limitações sociais, desemprego e, conseqüentemente, pela falta de perspectiva e pela indignidade humana, fazendo da região um espaço marcado por sensíveis mazelas sociais e ambientais.

O modelo econômico então aplicado gerou um conjunto de problemas sociais em nível local, exigindo medidas institucionais capazes de reparar seus disparates e insuficiências. A partir de 1997, o poder público municipal adotou uma nova linha desenvolvimentista e apresentou novas perspectivas produtivas, acreditando que a incorporação de novas atividades à base local seria por si só capaz de promover a estruturação econômica do município e, simultaneamente, criar um ambiente social ascendente, registrando expressivo aumento de postos de trabalho e, conseqüentemente, amenizando a problemática social então constituída.





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Dentro da nova linha de atuação, a indústria de transformação apresentou-se como solução eficaz para o rápido desenvolvimento socioeconômico local. Incumbido de fazer as propostas de desenvolvimento se tornarem ações sólidas, o Governo do Estado adotou um modelo agressivo de atração industrial, criando, sem restrições, instrumentos legislativos que tornaram o estado competitivo dentro do processo de absorção das indústrias que estão se descentralizando das regiões tradicionalmente industriais.

Segundo dados da Secretaria de Estado da Produção de Mato Grosso do Sul, somente entre janeiro de 1999 e março de 2002, foram incorporados 154 novos empreendimentos ao parque industrial do estado. Neste contexto, a microrregião do Bolsão Sul-mato-grossense, na qual o município de Três Lagoas está inserido, destacou-se como uma das principais beneficiárias do processo de expansão/atração industrial. Em pouco mais de três anos, muitos recursos foram investidos em novos empreendimentos industriais em processo de instalação na microrregião, desencadeado um conjunto de transformações sociais, em grande parte concebida pela reorganização da força de trabalho.

Por outro lado, o poder público ainda não foi capaz de garantir à população, com números em franca ascensão, melhores condições sociais, econômicas e ambientais. O desrespeito às normas de desflorestamento de matas ciliares em rios, o não tratamento (ou tratamento insuficiente) de esgoto e seu depósito em fossas sépticas, a falta de um sistema adequado de drenagem e escoamento das águas pluviais, o desmatamento para cultivo agrícola e criação de gado e a caça de animais silvestres tem degradado ainda mais o ecossistema de Três Lagoas e região.

O fator preponderante de degradação socioambiental reside nas ações do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel na região, que impulsiona toda uma cadeia de influências socioambientais, em especial, o uso indiscriminado das águas do Rio Paraná e o despejo de dejetos em suas águas, a rede de velhas e novas estradas rurais para escoamento da produção florestal (os chamados deserto verdes), o lançamento de fumaça, diariamente, no entorno de Três Lagoas, Brasilândia e Selvíria, o incremento e expansão populacional não-programado nessas cidades, com grandes impactos nos índices de violência, limitação da capacidade de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), bolha inflacionária de aluguéis etc.

Apesar de mudanças na rede hidrográfica local em razão da construção de hidrelétricas, é importante destacar, consoante informações disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal, que o município está localizado na Bacia Hidrográfica do Paraná, contemplando, em seu território, duas sub-bacias, a do Rio Verde e a do Rio Sucuriú, além de alguns rios (Paraná, Pombo, Sucuriú, Verde), ribeirões (Baguaçu, Bonito, Brioso, Campo Triste, Imbaúba, Palmito, Piaba, Prata) e córregos (Azul, Boa Vista, Cervo, Estiva, Jacaré, Lajeado, Moeda, Pontal, Porto, Pratinha, Taboca, Urutu). Tal posição hidrográfica faz do município um potencial polo turístico, mas traz consigo eventuais riscos de degradação.

O cenário supracitado vem ocasionando impactos ambientais e favorecendo o aparecimento de doenças, vetores e animais peçonhentos. Nos últimos anos, nota-se o aumento de casos de dengue e leishmaniose visceral. Além disso, observa-se que acidentes com animais peçonhentos, principalmente com escorpiões, tem se tornado comum na zona urbana da cidade. Embora a população da cidade não seja tão grande, o acelerado processo de industrialização requer planejamento ambiental e urbano e ações capazes de proporcionar melhores condições de vida e saúde à população.

Ao enfrentar a sensível relação entre urbanização, responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável, o Curso vem contribuindo para a melhoria dos indicadores socioambientais do município e da região nos últimos





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

anos.

Observa-se, portanto, com base nas informações oficiais mais recentes e sem indicativos explícitos de alteração significativa, que Três Lagoas e região formam um polo atrativo de investimentos, serviços e empregos, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento econômico do estado e do país. Por outro lado, os dados apresentados revelam a necessidade de espaços estratégicos de produção do conhecimento, proporcionando um diálogo profícuo entre organismos da sociedade civil e instituições públicas, formando pessoas e profissionais capazes de compreender a dinâmica social, a pluralidade de valores e vozes em uma sociedade justa e democrática, fazendo com que o crescimento econômico possa produzir bons indicadores sociais e ambientais e melhorar a qualidade de vida das pessoas da cidade e da região.

4.3. ANÁLISE DA OFERTA DO CURSO NA REGIÃO

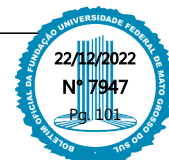
No século XXI, a pluralidade de vozes e valores vem produzindo novos padrões regulatórios e novos arranjos sociais. Nas interações cotidianas, somos cada vez mais impelidos a conviver em meio à diversidade de opiniões e pontos de vista, com pessoas e grupos que disputam ou compartilham diferentes espaços e lutam pela realização de projetos de vida e/ou satisfação de necessidades materiais, como alimentação, educação, emprego, moradia, saúde, segurança, transporte etc (SILVA, 2017).

Na dinâmica da vida social, econômica e cultural, sociedade e mercado exigem qualificação, pessoas e profissionais que possam se movimentar em cenário(s) de expansão tecnológica e novas possibilidades de comunicação/integração. Aludida(s) demanda(s) pressupõem uma formação acadêmica mais flexível, conhecimento ou compreensão de problemas persistentes e capacidade de adaptação/ajuste às situações ou necessidades emergentes, revelando raciocínio lógico, postura ética, senso de justiça e sólida formação técnica e humanística.

Exigências de formação sólida, engajada no processo constante de transformação e inovação, perfil empreendedor, visão sistêmica do local e do mundo em que está inserido, promoção de formas de cooperação e solidariedade, são trabalhadas em diferentes áreas ou campos do saber, fomentando ações de ensino, pesquisa e extensão, que possam refletir e façam cumprir a função social da Educação e da Universidade em uma sociedade plural e democrática. Nesse cenário, é possível situar o papel e a importância social e política do Curso de Direito.

Enquanto instrumento de integração social, o Direito é, consoante as palavras de Jürgen Habermas (2011, 2012), um dos mais influentes pensadores do mundo contemporâneo, um recurso capaz de promover formas inclusivas de participação em processos de tomada de decisão. Através do Direito, é possível construir canais democráticos de participação e mecanismos legítimos de regulação. Não obstante notável precarização/vulgarização do ensino jurídico, em boa parte decorrente da expansão exacerbada de cursos de Direito nos últimos anos ou décadas, uma formação jurídica de qualidade é ainda um dos maiores atrativos para jovens e adultos.

Na costa leste do estado de Mato Grosso do Sul, é possível encontrar, ao menos, outros dois cursos jurídicos, no entanto, o Curso de Direito do CPTL é o único a ser ofertado por uma instituição federal de ensino superior. Importante destacar que em toda costa oeste do estado de São Paulo, não há oferta de curso jurídico em uma instituição estadual ou federal. Em um espaço de grande movimentação e produção de riquezas, que encontra em Três Lagoas um polo regional de desenvolvimento e um corredor privilegiado de circulação (aéreo, ferroviário, fluvial e rodoviário) no âmbito do Mercosul, o Curso de Direito do CPTL é





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

uma referência para jovens e adultos que procuram formação jurídica de qualidade em instituição pública de ensino superior.

Aferindo as condições sociais de demanda e oferta, é possível perceber que o Curso atrai alunos e alunas não só da costa leste, mas da capital ou mesmo de outras região de MS, de todo o estado e, sobretudo, da costa oeste de São Paulo, do noroeste do Paraná, do sul de Minas Gerais, de Goiás, do Mato Grosso e demais estados ou regiões do Brasil. Tanto é assim que os processos seletivos de ingresso (Sistema de Seleção Unificada - Sisu, vestibular ou quaisquer outras formas de ingresso) são sempre concorridos e o Curso praticamente não apresenta vagas ociosas nos últimos anos.

Na microrregião, só há mais um curso de Direito, ofertado por instituição privada. Em duas décadas de existência, o Curso de Direito do CPTL já é conhecido e reconhecido em todo o país, consolidando-se como um referencial de qualidade no acesso ao ensino público superior e um polo de pesquisa e extensão na área do Direito. Interagindo com as instituições do sistema de justiça e demais entidades públicas, organismos da sociedade civil e setores do mercado, é, seguramente, um importante fator para o desenvolvimento de Três Lagoas e região.

5. CONCEPÇÃO DO CURSO

5.1. DIMENSÕES FORMATIVAS

O Curso de Direito do CPTL/UFMS propõe um espaço público de excelência para a formação acadêmica e profissional na área do Direito.

Identificando na educação a realização de potenciais emancipatórios e fazendo da universidade pública não só um centro de produção de conhecimentos, mas um espaço de transformação, o Curso assume a missão de proporcionar sólida formação técnica, ética, humanística (cultural, social, desenvolvimento pessoal) e política, articulando saberes e práticas e formando cidadãos comprometidos com o ideal da justiça, com o desenvolvimento da sociedade brasileira e com os valores de um Estado Democrático de Direito.

5.1.1. TÉCNICA

No que concerne à dimensão técnica, o Curso propõe a formação de um profissional imbuído de espírito analítico aguçado, senso crítico, capacidade de comunicação e argumentação, habilidades de negociação e, sobretudo, criatividade para enfrentar e resolver problemas.

Com base nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Direito, a dimensão técnica então proposta pressupõe as seguintes habilidades e competências:

- a) Interpretar e aplicar as normas do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- b) Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- c) Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- d) Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- e) Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- f) Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

- g) Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- h) Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- i) Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
- j) Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- k) Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
- l) Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- m) Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;
- n) Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre Direitos Humanos.

A realização das habilidades e competências supracitadas passará pela problematização – ou eventual desconstrução - de um modelo secular de formação jurídica, fundado em exposição dedutiva e enciclopédica de conteúdos normativos a partir de fórmulas doutrinárias e entendimentos jurisprudenciais. O atual desafio é ir além da práxis forense e fazer do ensino jurídico um espaço ou instrumento de reflexão/interlocução sobre os temas que movimentam a agenda política nacional/global e as novas exigências advindas do mundo do trabalho.

Além de aulas expositivas e dialogadas, serão exploradas metodologias ativas e/ou participativas, entre as quais: análise de conteúdo documental (leis, políticas, processos, projetos, decisões judiciais etc.); apreciação crítica de textos e/ou vídeos; debates sobre temas/problemas locais, regionais e globais; elaboração de artigos científicos e consequente socialização do conhecimento; interação com a comunidade através de atividades de extensão; metodologia de caso; pesquisas bibliográficas, documentais e empíricas; práticas jurídicas reais e simuladas; seminários de aprofundamento teórico; entre outras.

5.1.2. POLÍTICA

A Dimensão Política diz respeito à formação de um sujeito capaz de compreender as relações de poder, de natureza ideológica, que regulam o ambiente social e o ambiente do trabalho. Diz respeito à compreensão dos processos de exploração, dominação e subordinação que se estabelecem no convívio social e as diferentes formas de manipulação para a consecução dos objetivos de classe.

Sem partir de modelos ideais utópicos, o Curso propõe o exame crítico das instituições políticas e da ordem normativa ou padrões regulatórios, reconhecendo que o fenômeno jurídico não se esgota em instâncias formais estatais ou convenções e acordos internacionais. Tomando o Direito como um dos mais importantes fatores de integração social e reconhecendo a vida em sociedade como um sensível campo de disputas, pressupõe uma estrutura curricular relativamente flexível, capaz de articular ações de ensino, pesquisa e extensão e viabilizar um diálogo profícuo entre os diferentes eixos de formação acadêmica: fundamental, prático e profissional.

Refletindo sobre a realidade/problemas contemporâneos e dialogando com sociedade, será possível formar sujeitos críticos e politicamente engajados, capazes de lutar pelos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, expressamente previstos na Constituição Federal de 1988: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Seguramente, uma das principais funções sociais e políticas da





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

universidade e, em especial da educação jurídica, em uma sociedade plural e democrática, é exercer o controle permanente das instituições políticas e da ordem normativa.

5.1.3. DESENVOLVIMENTO PESSOAL

O desenvolvimento pessoal envolve atividades e experiências proporcionadas aos estudantes, que lhes permitam o desenvolvimento de centros de interesse outros que os ligados ao fazer profissional. Buscar-se-á o desenvolvimento de atividades que sejam gratificantes e/ou enriquecedoras para os acadêmicos, que partam de escolhas livres e conscientes, pois sabe-se que os valores são, de certa forma, descobertos, criados ou escolhidos pelos próprios sujeitos em seu processo de formação/desenvolvimento pessoal. Nesta dimensão, o Curso estimulará os acadêmicos a participarem de:

- Eventos científicos que possibilitem a troca de experiências acadêmicas e/ou profissionais;
- Oficinas e cursos de arte, com vistas ao desenvolvimentos de habilidades inerentes às Humanidades ou outras formas de expressão;
- Atividades de extensão que configurem um meio de interação e contato com as necessidades/demandas da comunidade;
- Atividades de extensão tanto disciplinares quanto não disciplinares que estimulem a vivência de experiências que contribuam para a realização do próprio exercício profissional;
- Atividades transversais em instituições de ensino superior internacionais voltadas para a formação em Direito Comparado e vivências internacionais; e
- Outras atividades que se fizerem necessárias aos interesses do Curso e dos acadêmicos e que agreguem a sua formação pessoal e profissional.

5.1.4. CULTURAL

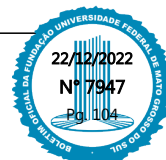
A dimensão cultural passa pela experiência da alteridade, ou seja, a capacidade de estranhamento, o poder de extrapolar ou transcender o mais do mesmo e alcançar o outro, a diversidade, as diferenças.

Extrapolando as peculiaridades inerentes ao processo de formação jurídica, a parceria entre a Coordenação de Curso e os estudantes, representados pelos diretórios estudantis, Centro Acadêmico de Direito Professor Olyntho Cestari Mancini (CAOM) e Associação Atlética do Curso de Direito do CPTL, possibilitará a realização de atividades e participações em movimentos ou produções culturais dentro e fora da UFMS, como: cafés filosóficos; diálogos entre direito e literatura, direito e cinema; festas ou eventos de integração; jogos jurídicos; rodas de conversa; saraus; **shows** musicais; teatros etc.

5.1.5. ÉTICA

Sem desconsiderar o significado e a importância das demais dimensões no processo formativo, a dimensão ética é aquela que perpassa todas as atividades do Curso. O sentido ético da alteridade e da comunicação, presente não só na dimensão cultural e no desenvolvimento pessoal dos acadêmicos, é aquilo que faz parte ou compõe a razão de ser do próprio Direito e, de forma especial, um dos principais fundamentos da educação jurídica.

Enquanto atualização concreta e constante dos princípios de liberdade e princípios de justiça, o Direito pressupõe uma formação pessoal e profissional compatível com a aceitação da diversidade e do pluralismo cultural, com o desenvolvimento da cultura do diálogo e o conseqüente respeito pela formas





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

democráticas de tomada de decisão, com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Neste sentido, o Curso de Direito do CPTL propõe uma formação acadêmica em que o compromisso com a socialização ou uso responsável do conhecimento, que deve sempre estar à serviço da coletividade, requer que todos os atores que integram o ambiente acadêmico possam se portar eticamente em todos os espaços sociais. Tal compromisso começa com o desenvolvimento de quaisquer atividades acadêmicas até às atividades desenvolvidas no contexto social do Curso.

A correta citação de referências bibliográficas usadas em pesquisas e/ou produção de trabalhos acadêmicos, o respeito na relação acadêmico/professor dentro e fora de sala de aula, o respeito aos prazos e às normas institucionais, a realização de atividades e avaliações sem fraudes tais como o plágio e cópia ilegal de respostas representam alguns exemplos de postura ética em um Curso de Direito. Sobre a ética nas atividades de pesquisa, é ainda possível citar a contribuição do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMS.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul foi criado no âmbito desta Instituição pela Instrução de Serviço nº 005, de 18 de fevereiro 1997, estando credenciado para exercer suas finalidades junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Ministério da Saúde desde o dia 18 de março de 1997. Conforme Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à apreciação do Sistema CEP/Conep, que, ao analisar e decidir, se torna corresponsável por garantir a proteção dos participantes. Os CEPs são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

O CEP é um órgão consultivo, educativo e fiscalizador. Os trâmites e processos dentro do Comitê de Ética seguem as normas estabelecidas nas resoluções e regulamentos próprios do comitê.

5.1.6. SOCIAL

Identificando nos conflitos de interesse uma das principais causas ou razões do fenômeno jurídico, as ações pedagógicas do Curso de Direito do CPTL serão norteadas pela ideia de que a função social do Direito é gerir e não necessariamente eliminar os conflitos ou diferenças sociais.

Considerando o atual cenário de interdependência econômica global e eventual enfraquecimento do Estado-nação, necessidades sustentáveis de desenvolvimento humano e social, o advento de novas tecnologias no campo da informação ou comunicação, as atuais transformações no mercado de serviços jurídicos, o Curso encontrará seu ponto de apoio na relação necessária entre Direito, cidadania, desenvolvimento e gestão de conflitos, formando sujeitos socialmente engajados e conscientes de que a cooperação e a alteridade são caminhos inevitáveis para a construção de sociedades justas, pacíficas e solidárias.

Além de outras competências, o Curso enfatizará o desenvolvimento da cultura do diálogo, a capacidade de ouvir e respeitar as diferenças, a valorização das formas consensuais de solução de conflitos.

5.2. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTERDISCIPLINARES

O processo formativo será norteadado por abordagens interdisciplinares de conteúdos e pela triangulação metodológica entre diferentes estratégias de aprendizagem, como o uso de metodologias ativas e/ou participativas, fazendo dos





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

acadêmicos agentes ou sujeitos ativos em seu processo de formação. Importante destacar que as atividades serão permeadas por temas transversais e pelos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

As temáticas Direitos Humanos, Educação Especial, Educação Ambiental, História Africana, Indígena e Afro-brasileira, Relações Étnico Raciais, Relações entre Ciência e Tecnologia e Sociedade e Ética serão tratadas por meio da abordagem direta em disciplinas específicas, mas também em outras disciplinas do Curso por meio da contextualização do conhecimento utilizando-se situações problematizadoras nas quais estes aspectos sejam discutidos. Esta discussão se dará nos exemplos, exercícios, situações de ensino, trabalhos produzidos pelos alunos e assim por diante.

De forma mais específica, a temática Educação Especial será abordada nas seguintes disciplinas: Deficiência, Direito e Inclusão; Direito e Educação; Educação Especial; Educação em Direitos Humanos. A temática Educação Ambiental será abordada em disciplinas como Direito Ambiental, Direito Internacional Público, entre outras. As temáticas História Africana, Indígena e Afro-brasileira e Relações Étnico Raciais serão abordadas nas disciplinas História do Direito, Sociologia Jurídica, Direitos dos Povos, Educação das relações étnico-raciais. Já a temática Relações entre Ciência e Tecnologia e Sociedade e Ética será diretamente abordada na disciplina de Introdução à Metodologia da Pesquisa Científica; Direito Digital e Processo Judicial Eletrônico; Direito Digital e Tecnológico; Métodos e Técnicas de Pesquisa em Direito.

5.3. ESTRATÉGIAS PARA INTEGRAÇÃO DAS DIFERENTES COMPONENTES CURRICULARES

A concepção curricular então proposta não confere primazia a um eixo ou atividade em detrimento de outro(a)s. Ao contrário, entende que a interação de saberes e práticas é um caminho necessário para a realização de um processo pedagógico de qualidade, capaz de formar sujeitos éticos e criativos, social e politicamente engajados, que saibam respeitar as diferenças, prevenir e solucionar conflitos de interesses, zelar pela paz e pela realização da justiça em suas diferentes formas de manifestação: redistribuição, reconhecimento ou representação.

Neste sentido, é importante destacar o diálogo entre os diferentes componentes curriculares: os conteúdos de formação fundamental, por exemplo, estão presentes em quaisquer disciplinas dos eixos de formação prática e profissional como em quaisquer atividades de ensino, pesquisa e extensão. O propósito é que, em qualquer componente curricular, os acadêmicos sejam capazes de refletir sobre os problemas sociais que afetam o campo jurídico e sua relação necessária com os demais campos ou áreas do conhecimento.

Tal orientação pressupõe, por oportuno, a realização de um programa de formação continuada docente e a constante atualização do projeto pedagógico de curso. Além disso, o Núcleo Docente Estruturante e a Coordenação de Curso promoverão, periodicamente, o diálogo entre os diferentes componentes curriculares através de oficinas, reuniões de trabalho e seminários de integração. O Colegiado de Curso promoverá as seguintes ações para promover a integração entre as componentes curriculares:

- Seminários integradores entre os docentes do Curso antes do início de cada ano letivo. Esses seminários têm por objetivo a apresentação, por parte dos docentes, de seus planejamentos para o ano letivo, de modo a buscar sinergias e temáticas comuns às disciplinas alocadas no mesmo semestre letivo e disciplinas que compõem os diferentes eixos de formação.





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

- Reuniões de Trabalho (**Workshops**) com especialistas em Didática para a discussão de temáticas relacionadas ao ensino do Direito. Estas reuniões trarão aos docentes, técnicos - administrativos em educação e discentes temáticas atuais na Didática do Ensino de Direito e a discussão sobre como essas temáticas são trabalhadas ou como podem ser contempladas no currículo do Curso.
- Encontros semestrais entre docentes de um mesmo semestre para analisar a situação de estudantes com problemas com a aprendizagem dos conteúdos disciplinares. Nestes encontros, acadêmicos com problemas de aprendizagem em uma ou mais disciplinas terão sua situação analisada e buscar-se-ão alternativas para que essas dificuldades sejam sobrepujadas.
- Elaboração de avaliações do Curso entre estudantes e docentes e sua discussão com o grupo de docentes que ministram disciplinas no Curso. Por meio da avaliação permanente do Curso e a discussão com a comunidade dos resultados da avaliação, o Colegiado de Curso promoverá a reflexão sobre o andamento das atividades acadêmicas e o que precisa ser ajustado nos componentes curriculares e entre os componente curriculares.
- Produção de materiais didáticos que contemplem temáticas interdisciplinares por meio de projetos de ensino desenvolvidos pelos estudantes. A partir da elaboração desses materiais, pretende-se que os acadêmicos coloquem em diálogo os conhecimentos adquiridos nas disciplinas desenvolvidas naquele semestre e em semestres anteriores.
- Seminários integradores com os estudantes do Curso, docentes e servidores técnicos - administrativos em educação. O objetivo desses seminários é a discussão de dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades do Curso e a construção coletiva de soluções para essas dificuldades.

5.4. PERFIL DESEJADO DO EGRESSO

O egresso deve ser um profissional eclético, consciente dos princípios éticos, científicos e de cidadania que necessitam ser constantemente aprimorados e praticados no exercício profissional.

No sentido amplo, deve possuir visão globalizada dos aspectos sociais, culturais e administrativos relacionados às diferentes áreas de formação. Deve ser capaz de exercer sua profissão, inserido no contexto social, acompanhar a evolução do conhecimento em sua área, ser comprometido com o desenvolvimento regional e com as questões ligadas à sustentabilidade ambiental e responsabilidade social. Deve também ser capaz de identificar e exercer sua profissão de acordo com as demandas locais, regionais e nacionais, bem como trabalhar em equipe interdisciplinar e multiprofissional. Seguindo essa orientação, o egresso do Curso de Direito do CPTL/UFMS deverá ser um cidadão ou cidadã com sólida formação técnica, ética e humanística, capaz de gerir conflitos e dirimir problemas sociais, comprometendo-se com o ideal de justiça, com o desenvolvimento da sociedade brasileira e com os valores de um Estado Democrático de Direito.

Além de atuar no universo forense, poderá participar da formulação de políticas públicas, prestar atividades de consultoria no âmbito dos negócios privados e/ou relações transnacionais, mediar conflitos de interesses, assessorar organismos da sociedade civil etc. Independentemente das eventuais possibilidades profissionais, o egresso deverá ser imbuído de um espírito analítico aguçado, senso crítico, capacidade de comunicação e argumentação, habilidades de negociação e, sobretudo, criatividade para enfrentar e resolver problemas contemporâneos.





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

5.5. OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

O Curso de graduação em Direito tem por objetivo geral propiciar a formação de profissionais de excelência, a partir da oferta de uma sólida formação geral, axiológica e humanística, bem como capacitar o graduando para o domínio das categorias e termos jurídicos, à adequada interpretação, argumentação e compreensão dos fenômenos sociais e jurídicos, com vistas a desenvolver uma postura autônoma e crítica, imprescindível ao exercício da Ciência do Direito e ao enfrentamento dos desafios do mercado de trabalho e do mundo contemporâneo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) Compreender a função social e política do Direito em uma sociedade plural e democrática;
- b) Refletir sobre as peculiaridades do campo jurídico e interagir com as demais áreas ou formas de produção do conhecimento;
- c) Construir a cultura do diálogo, viabilizando modelos consensuais de gestão de conflitos e promovendo sociedades pacíficas e inclusivas;
- d) Identificar demandas sociais e prestar serviços/ações à comunidade, comprometendo-se com formas sustentáveis de desenvolvimento;
- e) Exercer a cidadania, capacitando-se para cuidar do meio ambiente local, regional e global, em busca do equilíbrio do meio;
- f) Agir em defesa da dignidade humana em busca da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- g) Valorizar o desenvolvimento de práticas inovadoras e fomentar ações empreendedoras.
- h) Formar profissionais capazes de atuarem na prestação da justiça voltados ao desenvolvimento da região de Três Lagoas e fronteira.
- i) Fomentar uma postura crítica e reflexiva em face ao Direito, para adequá-lo à realidade socioeconômica local e regional.
- j) Promover a compreensão das desigualdades sociais e culturais com vistas a combater toda e qualquer forma de preconceito e discriminação, bem como contribuir à erradicação e superação da pobreza, da marginalização e das desigualdades socioculturais e regionais.

5.6. METODOLOGIAS DE ENSINO

A execução do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) pressupõe a desconstrução de práticas homogeneizadoras, de caráter conteudista, pautadas em aulas predominantemente expositivas, com pouca interação e em desrespeito às individualidades. As metodologias de ensino devem promover o desenvolvimento de competências e habilidades que permitam aos discentes uma remodelagem mental do objeto estudado, um processo significativo em que a informação deve ser relacionada a algum(s) aspecto(s) substancial, valorizando elementos como: afetividade, entusiasmo, expressividade, imaginação, senso crítico e trocas.

A proposta pedagógica se ampara, portanto, em uma abordagem crítica dos conteúdos, concebida numa formação humanística e profissional, considerando a trans/multi/interdisciplinaridade, flexibilização e integração teórico-prática, possibilitando experiências de aprendizagem em um contexto real, onde a teoria e a prática se (inter)relacionam com a realidade histórica e política. Pauta-se em metodologias ativas que preconizam a relação entre o ensino e o contexto global, trata-se de uma dinâmica interativa entre docentes e discentes (VASQUEZ, 2007).

Neste sentido, é possível citar: a) o ensino híbrido ou **blended**, que integra os espaços físicos da universidade com os ambientes virtuais; b) a aprendizagem baseada em projetos (**project-based learning** – PBL), pautada na autonomia, no trabalho em equipe, na liderança e na solução de problemas; c) a aprendizagem baseada em problemas (**problem based learning** – PBL), pauta-se





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

na aprendizagem colaborativa para solucionar situações-problema e desafios, podendo ou não fazer uso de tecnologias e/ou outros recursos para tal escopo, incentivando a habilidade de investigar, refletir e criar perante a uma situação; d) aprendizagem entre times (**team based learning – TBL**), pauta-se na aprendizagem através de um estudo de caso, em que os estudantes, em equipes, vão compartilhar ideais e fazer em conjunto, levando os discentes a aprender uns com os outros, através de pensamento crítico a ser construído por discussões e reflexões em grupos.

Em se tratando de um processo dinâmico e interativo, prima-se pela formação que integre a teoria e a prática, na (co)relação entre os conteúdos de forma inter/trans/multi e conectado com a realidade, efetivando o tríduo do ensino superior ensino/pesquisa/extensão. Importante destacar a disponibilidade de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), mantido pela Agência de Educação à Distância (Agead), para facilitar a interação acadêmica entre professores e estudantes e o desenvolvimento das metodologias supracitadas.

Consoante políticas de educação inclusiva vigentes no país, especial atenção deve ser dada às metodologias voltadas ao atendimento de necessidades especiais (permanentes ou temporárias), respeitando-se a Resolução nº 430, Cograd, de 16 de dezembro de 2021 e Instrução Normativa nº 59-Gab/Prograd/UFMS, de 10 março de 2022, que estabelece o Regime Especial consiste na realização das atividades acadêmicas remotamente, com acompanhamento do professor responsável pela disciplina.

Sobre a atenção voltada aos acadêmicos com dificuldades de aprendizagem, que possam demandar quaisquer tipos de necessidades educacionais especiais; a acadêmicos com altas habilidades/superdotação ou acadêmicos com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), de acordo com recomendação da Lei nº 12.764/2012, as metodologias a serem utilizadas estão sujeitas a variar de acordo com as necessidades específicas de cada estudante, considerando seus pontos fortes e habilidades a serem desenvolvidas, bem como sua trajetória escolar e estratégias anteriormente desenvolvidas diante de suas necessidades.

Para a situação que se apresentar durante o curso de graduação na UFMS, serão observadas as demandas identificadas pelos acadêmicos e por seus professores e considerados os princípios do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que visa oferecer meios para que os grupos citados (pessoas com deficiências, altas habilidades e TEA) possam ter subsídios que garantam o acesso, a permanência e o sucesso na formação do Ensino Superior.

No que concerne às atividades de estágio, o Escritório Modelo de Assistência Judiciária (Emaj) do Curso de Direito do CPTL foi concebido sob a ótica de uma estrutura multiportas para a solução de conflitos, encampando estratégias de ensino preocupadas com o desenvolvimento de competências, que buscam a integração e exploração dos conteúdos dogmáticos, a partir de situações-problema reais ou simulados da prática profissional, com estímulo para o desencadeamento do processo ensino-aprendizagem previstos no projeto pedagógico, atendendo perspectivas para formação técnico-jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação inerentes as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação com vistas às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de mediação e conciliação.

Diante deste contexto, as práticas jurídicas reais e simuladas são desenvolvidas em laboratórios concebidos, no âmbito da estrutura administrativa do Emaj do Curso de Direito do CPTL, bem como demais espaços necessários, como:





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

salas de aula, anfiteatros, ambientes externos, entre outros, seguindo regulamentos e normas pertinentes.

No Emaj do Curso de Direito do CPTL, cada laboratório tem um regulamento próprio para o desenvolvimento de atividades em seu respectivo âmbito. Cabe ressaltar que, obrigatoriamente, três laboratórios são estruturas permanentes do Curso, sendo eles: o Núcleo de Apoio e Assistência Judiciária (Naaj/CPTL) e o Núcleo de Mediação e Conciliação (NMC/CPTL) e o Laboratório de Desenvolvimento Humano (LDH/CPTL). No Naaj são realizadas atividades jurídicas reais e/ou simuladas de acompanhamento processual e atendimento à população. No NMC são realizadas atividades jurídicas reais e/ou simuladas envolvendo formas consensuais de solução de conflitos, entre as quais mediação, conciliação e arbitragem. No LDH são concentradas atividades jurídicas reais e simuladas de Ensino/Pesquisa/Extensão que visam promover o desenvolvimento humano por meio do fortalecimento do exercício da cidadania e das instituições democráticas que promovam a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, bem como a dignidade humana.

As avaliações periódicas das atividades têm o objetivo de apresentar subsídios e indicativos para o planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, das atividades de práticas jurídicas reais e simuladas, incluindo-se visitas orientadas.

Ao final de cada ano serão apresentados relatórios que apresentem a relação do atendimento dos objetivos previamente estabelecidos para cada período e o atendimento da demanda interna do Curso, bem como da externa, constituída pela comunidade local e regional. Os relatórios subsidiarão os indicativos para as avaliações, que serão utilizadas para análise da necessidade de criação de novos laboratórios ou expansão dos já existentes, bem como a revisão de estratégias adotadas e o planejamento de ações que visem aprimorar eventuais atividades que tenham apresentado fragilidades ou a potencialização daquelas que se mostraram eficientes em um contínuo processo de aprimoramento e atualização das demandas do Curso.

Seguindo a prerrogativa da Portaria MEC 2.117/2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais, as componentes curriculares do Curso poderão ter carga horária parcial ou total na modalidade a distância, observado o limite de CH previsto na Portaria MEC 2.117/2019 e demais normativas institucionais. As componentes curriculares serão ministradas por profissionais capacitados, com formação específica, com material didático específico, com metodologias inovadoras e uso integrado de tecnologias digitais.

A oferta das componentes curriculares na modalidade a distância se dará de forma articulada com os demais componentes presenciais, seguindo critérios e normativas institucionais que preveem credenciamento obrigatório para docentes por meio de realização de curso de capacitação, atendimento às exigências específicas para elaboração de plano de ensino, produção e curadoria de materiais didáticos digitais e exercício da tutoria integrada à docência. Esse acompanhamento sistemático será realizado por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem da UFMS - Moodle (AVA UFMS) e de outras ferramentas de apoio, que sejam acessíveis aos estudantes.

Nas componentes curriculares ofertadas a distância, o professor responsável por ministrar a disciplina exercerá o papel de professor tutor, atrelando à docência as atividades de tutoria, mediação e acompanhamento dos estudantes, que se integram ao trabalho pedagógico nesse contexto. Nessa perspectiva, a tutoria está integrada à docência, no sentido da mediação pedagógica, da orientação constante, da comunicação, do acompanhamento, do desenvolvimento da autonomia de aprendizagem, do feedback, da avaliação e da personalização da





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

aprendizagem.

As disciplinas ofertadas parcial ou totalmente a distância, além de utilizar as metodologias propostas para todo o Curso, utilizarão obrigatoriamente o AVA UFMS, regulamentado pela instituição e disponível em ava.ufms.br, com recursos tecnológicos e recursos educacionais abertos, em diferentes suportes de mídia, visando o desenvolvimento da aprendizagem autônoma dos estudantes.

Assim o professor poderá dinamizar a composição do material didático no AVA UFMS com a utilização de livros, e-books, tutoriais, guias, vídeos, videoaulas, documentários, podcasts, revistas científicas, conteúdos interativos, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, apps para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

No âmbito das ofertas das unidades curriculares, o AVA será utilizado como ponto focal para o gerenciamento das atividades acadêmicas dos estudantes, para acesso dos materiais e recursos das disciplinas e também para realização de atividades que envolvam trabalho colaborativo, pensamento crítico e desenvolvimento de competências necessárias ao exercício profissional.

A UFMS possui plano de avaliação das atividades de Tutoria e do AVA, que são avaliados periodicamente pelos estudantes e equipe pedagógica durante os processos de avaliação realizados pela CPA, os resultados das avaliações serão utilizados para nortear o planejamento de melhorias, ações corretivas e aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras. No caso de identificação de necessidades de capacitação de tutores, a Agência de Educação Digital e a Distância (Agead) realizará planejamento de cursos institucionais com a finalidade atender as necessidades identificadas.

O material didático para disciplinas parcial ou totalmente a distância deverá ser validada pela Equipe Multidisciplinar de Validação da Unidade de Ensino, por meio de instrumento específico. Para ofertar disciplinas parcial ou totalmente a distância o professor responsável deverá estar credenciado pela Agead.

5.7. AVALIAÇÃO

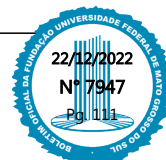
O sistema de avaliação do processo formativo praticado no Curso de Direito do CPTL/UFMS advém da Resolução nº 430/2020, do Cograd, que define os princípios metodológicos e os procedimentos acadêmicos e administrativos para nortear a organização, a estrutura e o funcionamento dos cursos de graduação da UFMS.

No caso de disciplinas ofertadas parcialmente ou integralmente a distância, o sistema de avaliação do processo formativo contemplará as atividades avaliativas a distância e/ou presenciais.

Dentre os elementos do processo ensino-aprendizagem, a avaliação apresenta-se como instrumento capaz de aferir conhecimentos, competências e habilidades preceituadas para cada componente da matriz curricular. Possibilita a apreciação e análise do rendimento acadêmico dos discentes, diagnosticando de forma individual e/ou coletiva as potencialidades e fragilidades, além dos objetivos propostos por cada disciplina e pelo Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

A avaliação do processo formativo, pelos dados coletados pelos docentes, através de um trabalho sistemático e com diversidade de instrumentos, que contemplam conceitos, procedimentos, entre outros aspectos trabalhados ao longo de um período letivo, permite verificar se os objetivos de ensino foram ou não alcançados, possibilitando ao docente orientar, acompanhar e mediar a construção de conhecimentos, atitudes e valores necessários à formação de competências políticas, éticas e técnicas inerentes à formação no Curso de Direito.

Por se tratar de um ato formal, cada componente curricular e cada docente deve especificar de forma objetiva os critérios e metodologias avaliativas, a composição e integralização da nota, as formas de (auto)reflexão dos resultados





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

obtidos. A formalização dos resultados tem caráter somativo, englobando presença e aproveitamento nas atividades de ensino dos componentes curriculares disciplinares.

A definição dos instrumentos avaliativos, critérios, metodologias de avaliação e sua composição é uma decisão de cada docente, pautada no PPC, no plano de ensino dos componentes curriculares e suas especificidades. Todavia, compete ao docente apresentar tais dados aos discentes no início de cada semestre letivo, tendo em vista que docentes e discentes são os sujeitos do processo ensino-aprendizagem, possibilitando que os dados aferidos na avaliação indiquem mecanismos e caminhos a serem percorridos para alcançar o objetivo comum: aprendizagem significativa e de qualidade.

Em relação às avaliações para discentes da educação especial, no caso do autismo ou de outros estudantes público-alvo da Educação Especial, a Seaaf os identifica por meio do Sistema de Controle Acadêmico. A partir da identificação, a Seaaf entra em contato com os discentes para diálogo e confirmação de dados, bem como para elaborar/planejar o atendimento que ele necessita no que diz respeito ao suporte para que sua vida acadêmica na Universidade possa ocorrer da melhor forma possível.

6. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

6.1. ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

De acordo com o Art. 46, do Estatuto da UFMS, aprovado pela Resolução nº 93, Coun, de 28 de maio de 2021, e pelo Regimento Geral da UFMS (Art. 16, Seção I do Capítulo V) a Coordenação de Curso do Curso de Graduação será exercida em dois níveis:

- a) em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso;
- b) em nível executivo, pelo Coordenador de Curso.

De acordo com o Art. 14 do Regimento Geral da UFMS, aprovado pela Resolução nº 137, Coun, de 29 de outubro de 2021, compõem o Colegiado de Curso de Graduação: quatro docentes da Carreira do Magistério Superior lotados na Unidade da Administração Setorial de oferta do curso, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; e um representante discente matriculado no respectivo curso, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

Ainda, o Art. 16 do Regimento estabelece que ao Colegiado de Curso de Graduação compete: I - aprovar os Planos de Ensino das disciplinas da estrutura curricular do Curso; II – garantir coerência entre as atividades didático-pedagógicas e as acadêmicas com os objetivos e o perfil do profissional definidos no Projeto Pedagógico do Curso; III – manifestar sobre as alterações do Projeto Pedagógico do Curso; IV – aprovar as solicitações de aproveitamento de estudos; V – aprovar o Plano de Estudos dos estudantes; VI – manifestar sobre a alteração, a suspensão e a extinção do Curso; VII – propor estratégias para atingir as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) integrado ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e ao Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), em relação aos indicadores de desempenho do curso; VIII - fixar normas em matérias de sua competência; e IX – resolver, na sua área de competência, os casos não previstos no Art. 16.

6.2. ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Resolução nº 537/2019, Cograd:

Art. 6º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

curso;

II - propor estratégias de integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - sugerir ações no PPC que contribuam para a melhoria dos índices de desempenho do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação;

V - atuar no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso, na realização de estudos visando a atualização periódica, a verificação do impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e na análise da adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e

VI - referendar e assinar Relatório de Adequação de Bibliografia Básica e Complementar que comprove a compatibilidade entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, nas bibliografias básicas e complementares de cada Componente Curricular.

VII – Elaborar a cada 2 anos relatório de acompanhamento do PPC.

6.3. PERFIL DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Segundo o art. 50. do Estatuto da UFMS, o Coordenador de Curso de Graduação será um dos professores do Colegiado de Curso, lotado na Unidade da Administração Setorial do Curso, eleito pelos professores que ministram disciplinas no Curso e pelos acadêmicos, com mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

O Coordenador de Curso deverá ser portador de título de Mestre ou de Doutor, preferencialmente com formação na área de graduação ou de pós-graduação **stricto sensu** do Curso. Como sugestão para uma boa gestão, o Coordenador poderá, em seu período de exercício, fazer o Curso de Capacitação para Formação de Coordenadores de Curso ofertado pela Agência de Educação Digital e a Distância (AGEAD).

6.4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A organização acadêmico-administrativa no âmbito da UFMS encontra-se descrita no Manual de Competências UFMS 2022.

O controle acadêmico encontra-se atualmente informatizado e disponibilizado aos professores e às Coordenações de cada curso de graduação. O acesso ao Sistema de Controle Acadêmico e Docente (Siscad) funciona como um diário eletrônico com senha própria e acesso através de qualquer computador ligado à Internet. Nele, os professores lançam o plano de ensino de cada disciplina, o calendário de aulas, ausências e presenças, o critério e fórmula de cálculo das diferentes avaliações e o lançamento de notas e conteúdos.

O sistema Siscad permite a impressão de listas de chamada ou de assinatura na forma do diário convencional, o quadro de notas parcial ou final do período letivo e a ata final, com a devida emissão do comprovante, é enviada eletronicamente para a Secretaria de Controle Escolar (Seconte), secretaria subordinada à Diretoria de Planejamento e Gestão Acadêmica (Digac), vinculada à Pró-reitoria de Graduação (Prograd), responsável pela orientação e acompanhamento das atividades de controle acadêmico, como execução do controle e a manutenção do sistema de controle acadêmico, conferência dos processos de prováveis formandos e autorização da colação de grau.

Havendo diligências no processo de colação como falta de integralização curricular, ou pendência em relação às obrigações do acadêmico perante a instituição, o processo volta para a Unidade de Origem, que é responsável por





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

preparar os documentos para cerimônia de colação de grau, não havendo pendências em relação às suas obrigações perante a instituição, a mesma ata é impressa e depois de assinada, é arquivada eletronicamente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para eventual posterior comprovação.

A Coordenação de Curso tem acesso a qualquer tempo aos dados das disciplinas, permitindo um amplo acompanhamento do desenvolvimento e rendimento dos acadêmicos do Curso, por meio dos seguintes relatórios:

- Acadêmicos por situação atual;
- Acadêmicos que estiveram matriculados no período informado;
- Histórico Escolar do acadêmico em todo o Curso ou no período letivo atual;
- Relação dos acadêmicos por disciplina;
- Relação dos endereços residenciais, título eleitoral e demais dados cadastrais dos acadêmicos;
- Relação dos acadêmicos com respectivo desempenho no Curso comparando seu desempenho individual com a média geral do Curso.

É disponibilizado ainda neste Sistema, um programa específico para verificação da carga horária cumprida pelos acadêmicos dos cursos avaliados pelo Enade, com a finalidade de listar os acadêmicos habilitados, das séries iniciais e da última, conforme a Portaria MEC de cada ano que regulamenta a sua aplicação.

No âmbito das Unidades de Administração Setorial, os cursos de graduação da UFMS contam com o apoio das Coordenações de Gestão Acadêmicas (Coac), que realizam o controle acadêmico, emissão de históricos escolares, documentos acadêmicos e outros assuntos pertinentes.

As atividades de apoio administrativo pertinentes às coordenações de curso são executadas pela Coac, dentre elas organizar e executar as atividades de apoio administrativo necessários às reuniões dos Colegiados de Curso, providenciar a publicação das Resoluções homologadas nas reuniões do colegiado, colaborar na elaboração do horário de aula e ensalamento, auxiliar no lançamento da lista de oferta de disciplinas no Siscad, orientar os coordenadores de curso sobre os candidatos à monitoria.

O planejamento pedagógico do Curso, bem como, a distribuição de disciplinas, aprovação dos planos de ensino, entre outros, é realizado pelo Colegiado de Curso. Além disso, o Colegiado de Curso, bem como a coordenação acompanham o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para que todas as componentes curriculares sejam atendidas.

6.5. ATENÇÃO AOS DISCENTES

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes) é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação da política estudantil da UFMS. Estão vinculadas à Proaes: a Diretoria de Assuntos Estudantis (Diaes) e a Diretoria de Inclusão e Integração Estudantil (Diest)

A Diaes é a unidade responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação da política de assistência estudantil, alimentação, saúde e acompanhamento das ações dirigidas ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Está estruturada em três secretarias:

- Secretaria de Assistência Estudantil (Seae): é a unidade responsável pelo atendimento, orientação e acompanhamento aos estudantes participantes de programas de assistência estudantil da UFMS;
- Secretaria de Espaços de Alimentação (Seali): é a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção à alimentação dos estudantes oferecidas nos espaços da UFMS;





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

- Secretaria de Atenção à Saúde do Estudante (Sease): é a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção à saúde dos estudantes da UFMS.

A Diiest é a unidade responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação de políticas e programas de ações afirmativas, acessibilidade, estágios, egressos e de integração com os estudantes no âmbito da UFMS. Está estruturada em três secretarias:

- Secretaria de Desenvolvimento Profissional e Egressos (Sedepe): é a unidade responsável pela supervisão das ações de acompanhamento profissional dos egressos e pelo monitoramento dos acordos e/ou termos de cooperação de estágio dos estudantes da UFMS.
- Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Seaaf): é a unidade responsável pelo desenvolvimento das ações voltadas à acessibilidade, ações afirmativas e serviço de interpretação em Libras visando à inclusão dos estudantes na UFMS.
- Secretaria de Formação Integrada (Sefi): é a unidade responsável pela recepção dos estudantes na UFMS e a integração destes na vida universitária visando o acolhimento, à permanência e qualidade de vida estudantil.

No âmbito de cada Câmpus, de forma a implementar e acompanhar a política de atendimento aos acadêmicos promovida pela Proaes/RTR, os discentes recebem orientação e apoio por meio de atividades assistenciais, psicológicas, sociais e educacionais.

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (Proece) é a unidade responsável pelo planejamento, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de extensão, cultura e esporte da UFMS.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propp) é a unidade responsável pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação das atividades de pesquisa e de pós-graduação da UFMS. Por meio da Secretaria de Iniciação Científica e Tecnológica (Seict) a Propp gerencia e acompanha os programas institucionais, projetos e bolsas de Iniciação Científica, nas diferentes modalidades, desenvolvidas na UFMS, tais como os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI).

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Prograd) é a unidade responsável pela administração, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de ensino de graduação da UFMS.

A Prograd promove a participação dos acadêmicos em programas de Mobilidade Acadêmica, oportunizando a complementação de estudos e enriquecimento da formação acadêmica por meio de componentes curriculares e pela experiência de entrar em contato com ambientes acadêmicos diferentes e com as diversidades regionais do nosso país. Há também a possibilidade de mobilidade internacional, na forma de intercâmbio, que possibilita o aprimoramento da formação acadêmica e humana, por meio da imersão cultural em outro país, oportunizando a troca de experiências acadêmicas que contribuam para o fortalecimento dos conhecimentos técnicos, científicos e profissionais.

Quanto ao apoio pedagógico, além das monitorias semanais oferecidas pelos acadêmicos (orientados pelos professores) que se destacam pelo bom rendimento em disciplinas, os docentes do Curso disponibilizam horários especiais aos acadêmicos para esclarecimento de dúvidas relativas aos conteúdos das disciplinas em andamento. O Colegiado de Curso, juntamente com a Coordenação pode constatar se o acadêmico precisa de orientação psicológica. Nesse caso, o discente é encaminhado à Secretaria de Atenção à Saúde do Estudante





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

(Sease)/Proaes para o atendimento psicológico e outras providências.

O Colegiado de Curso, juntamente com a Coordenação pode constatar se o acadêmico precisa de orientação psicológica. Nesse caso, o discente é encaminhado à Seção de Psicologia da Proaes para o atendimento psicológico e outras providências.

No caso da necessidade de acompanhamento psicopedagógico, a coordenação do Curso solicitará ao setor competente as medidas cabíveis para orientação psicopedagógica ao discente, conforme necessidade.

Os acadêmicos do Curso, além dos egressos, são estimulados a participarem de eventos acadêmicos e culturais, tanto aqueles promovidos pelos docentes do próprio Curso, quanto aqueles externos à UFMS. Para tanto, os docentes promovem ampla divulgação dessas possibilidades, tanto nos murais, quanto por meio de cartazes, e-mails e redes sociais. Os acadêmicos e egressos também são estimulados a participarem em congressos e simpósios com apresentação de trabalhos, com a orientação dos docentes do Curso, podendo divulgar, assim, suas pesquisas. Os trabalhos dos acadêmicos são divulgados tanto por meio de cadernos de resumos apresentados em congressos quanto em revistas dirigidas a esse público-alvo.

O Curso mantém uma base de dados sobre informações dos egressos, de forma a acompanhar a atuação destes e avaliar o impacto do Curso na sociedade local e regional. Incentiva-se a participação de egressos nas atividades acadêmico-artísticas realizadas pelo Curso.

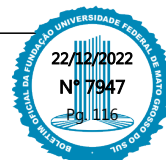
Ainda quanto à atenção aos discentes, a UFMS dispõe de várias modalidades de bolsas disponíveis, dentre elas: a Bolsa Permanência que visa estimular a permanência do acadêmico no Curso e cujos critérios de atribuição são socioeconômicos; a Bolsa Alimentação para as Unidades que não contam com Restaurante Universitário. Além destes auxílios, são desenvolvidos os seguintes Projetos no âmbito da instituição: Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, Brinquedoteca, atendimento e apoio ao acadêmico, nutrição, fisioterapia e odontologia, inclusão digital, incentivo à participação em eventos, passe do estudante, recepção de calouros, suporte instrumental.

Existem ainda, outras modalidades de bolsas na UFMS que estimulam a participação do acadêmico em ações de extensão, ensino e pesquisa, como: bolsas de monitoria de ensino de graduação, Programa de Educação Tutorial (PET), bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e bolsas de extensão.

Nos últimos anos tem sido verificada carência na formação básica dos discentes, especialmente em língua portuguesa, química e matemática, o que dificulta o processo ensino-aprendizagem. Objetivando minimizar esse problema, Cursos de Nivelamento em Matemática, Língua Portuguesa e Química serão oferecidos via Projeto de Ensino de Graduação (PEG), obedecendo a resolução vigente. Tais Cursos de Nivelamento serão oferecidos aos discentes, em horário extracurricular, no primeiro semestre de cada ano e/ou em período especial, via Sistema de Ensino a Distância da UFMS. Além disso, de acordo com a necessidade e ao longo do Curso, reforço pedagógico será aplicado por meio de monitorias nas disciplinas curriculares.

7. CURRÍCULO

7.1. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL	
Antropologia Jurídica	68
Ciência Política e Teoria Geral do Estado	68
Economia Política	34
Filosofia Geral e Jurídica	68
História do Direito	68
Psicologia Aplicada ao Direito	34
Sociologia Jurídica	68
Ética Profissional	34
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Direito Administrativo I	68
Direito Administrativo II	68
Direito Ambiental	68
Direito Constitucional I	68
Direito Constitucional II - Direitos Fundamentais, Sociais e Políticos	68
Direito Constitucional III - do Estado	68
Direito Constitucional IV - dos Poderes	68
Direito Contratual	68
Direito Digital e Tecnológico	34
Direito Empresarial I	34
Direito Empresarial II	68
Direito Empresarial III	68
Direito Financeiro	34
Direito Internacional Privado	68
Direito Internacional Público	68
Direito Penal - Parte Especial I	68
Direito Penal - Parte Especial II	68
Direito Penal - Parte Geral I	68
Direito Penal - Parte Geral II	68
Direito Previdenciário e Seguridade Social	68
Direito Processual Constitucional	34
Direito Processual Penal I	68
Direito Processual Penal II	68
Direito Processual Penal III	34
Direito Processual do Trabalho	68
Direito Tributário I	68
Direito Tributário II	68
Direito das Coisas	68





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

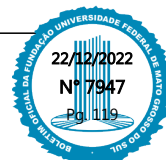
COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Direito das Obrigações	68
Direito das Sucessões	68
Direito de Família	68
Direito do Trabalho I	68
Direito do Trabalho II	68
Formas Consensuais de Solução de Conflitos	34
Responsabilidade Civil	68
Teoria do Direito	68
Teoria do Direito Privado I	68
Teoria do Direito Privado II	68
Tutela Executiva	68
Tutela Recursal	68
Tutela de Conhecimento	68
Tutela de Conhecimento - Teoria Geral do Direito Processual Civil	68
Tutela de Conhecimento - Tutelas Provisórias e Procedimentos Especiais	68
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PRÁTICA	
Estágio Obrigatório - Extensão I	34
Estágio Obrigatório - Extensão II	34
Estágio Obrigatório - Prática Real I	34
Estágio Obrigatório - Prática Real II	34
Estágio Obrigatório - Prática Real III	34
Estágio Obrigatório - Prática Real IV	34
Estágio Obrigatório - Prática Simulada I	34
Estágio Obrigatório - Prática Simulada II	34
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR OBRIGATÓRIA	
Atividades Integrativas de Extensão I	34
Atividades Integrativas de Extensão II	34
Atividades Integrativas de Extensão III	34
Direito do Consumidor	34
Direitos Humanos	68
Introdução à Metodologia da Pesquisa	34
Linguagem Jurídica	34





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
COMPLEMENTARES OPTATIVAS	
Para integralizar o Curso, o estudante deverá cursar, no mínimo, 68 horas em componentes curriculares optativos do rol abaixo ou em componentes curriculares oferecidos por outros cursos da UFMS (Art. 34 da Resolução nº 430, COGRAD/UFMS, de 16 de dezembro de 2021).	
Acesso à Justiça	34
Administração Aplicada ao Direito	34
Análise Econômica do Direito	34
Análise de Cenários Econômicos e Educação Financeira	34
Arbitragem	34
Biodireito e Bioética	34
Conflitos Socioambientais	68
Controle Judicial da Administração Pública	68
Criminologia	34
Deficiência, Direito e Inclusão	34
Direito Agrário	34
Direito Civil e Literatura	34
Direito Comunitário	34
Direito Condominial	34
Direito Constitucional Comparado	68
Direito Constitucional Subnacional	34
Direito Constitucional e Literatura	34
Direito Desportivo	34
Direito Digital e Processo Judicial Eletrônico	34
Direito Econômico e Concorrencial	34
Direito Eleitoral	68
Direito Imobiliário	34
Direito Internacional Humanitário	34
Direito Portuário	34
Direito Processual Tributário	34
Direito da Criança e do Adolescente	34
Direito da Pessoa Idosa	34
Direito da Propriedade Intelectual	34
Direito das Organizações Internacionais	34
Direito das Águas	34
Direito de Trânsito	34
Direito de Vizinhança	34
Direito dos Animais	34
Direito dos Povos	34





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
COMPLEMENTARES OPTATIVAS	
Para integralizar o Curso, o estudante deverá cursar, no mínimo, 68 horas em componentes curriculares optativas do rol abaixo ou em componentes curriculares oferecidos por outros cursos da UFMS (Art. 34 da Resolução nº 430, COGRAD/UFMS, de 16 de dezembro de 2021).	
Direito e Cidade	34
Direito e Educação	34
Direito e Estado	68
Direito e Hannah Arendt: o Caso Eichmann	68
Direito e Poder	68
Direito e Saúde	34
Direito Civil e Literatura	34
Estudo de Libras	51
Educação Especial	51
Educação das Relações Étnico-raciais	34
Educação em Direitos Humanos	34
Empreendedorismo e Inovação	68
Estatística Aplicada ao Direito - Jurimetria	34
Execução Penal	34
Gênero, Direitos Humanos e Sociedade	34
Hermenêutica Constitucional	68
Hermenêutica Jurídica	68
História Constitucional	34
Juizados Especiais	34
Legislação Especial Penal	68
Medicina Forense	34
Processo Administrativo	34
Responsabilidade Civil e Saúde	34
Temas Especiais de Processo e Democracia	34
Tutela dos Direitos Humanos no Sistema Interamericano	68
Tópicos Especiais de Antropologia Jurídica	34
Tópicos Especiais de Direito Administrativo	34
Tópicos Especiais de Direito Ambiental	34
Tópicos Especiais de Direito Constitucional	34
Tópicos Especiais de Direito Contratual	34
Tópicos Especiais de Direito Digital e Tecnológico	34
Tópicos Especiais de Direito Empresarial	34
Tópicos Especiais de Direito Internacional Privado	34
Tópicos Especiais de Direito Internacional Público	34





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
COMPLEMENTARES OPTATIVAS	
Para integralizar o Curso, o estudante deverá cursar, no mínimo, 68 horas em componentes curriculares optativas do rol abaixo ou em componentes curriculares oferecidos por outros cursos da UFMS (Art. 34 da Resolução nº 430, COGRAD/UFMS, de 16 de dezembro de 2021).	
Tópicos Especiais de Direito Penal	34
Tópicos Especiais de Direito Processual Civil	68
Tópicos Especiais de Direito Processual Civil Comparado	34
Tópicos Especiais de Direito Processual Empresarial	34
Tópicos Especiais de Direito Processual Penal	34
Tópicos Especiais de Direito Processual do Trabalho	34
Tópicos Especiais de Direito Tributário	34
Tópicos Especiais de Direito das Obrigações	34
Tópicos Especiais de Direito das Sucessões	34
Tópicos Especiais de Direito de Família	34
Tópicos Especiais de Direito do Trabalho	34
Tópicos Especiais de Direito e Política	34
Tópicos Especiais de Direitos Humanos	34
Tópicos Especiais de Direitos Reais	34
Tópicos Especiais de Direitos Sociais	34
Tópicos Especiais de Filosofia do Direito	34
Tópicos Especiais de História do Direito	34
Tópicos Especiais de Jurisdição Constitucional	34
Tópicos Especiais de Metodologia da Pesquisa em Direito	34
Tópicos Especiais de Processo Coletivo	34
Tópicos Especiais de Psicologia Aplicada ao Direito	34
Tópicos Especiais de Responsabilidade Civil	34
Tópicos Especiais de Sociologia Jurídica	34
Tópicos Especiais de Teoria do Direito	34
Tópicos Especiais em Formas Consensuais de Solução de Conflitos	34
Tópicos Especiais em Novas Relações Privadas	34
Tópicos de Jurisprudência do Stf	68
Tópicos de Jurisprudência do Stj	68

COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	CH
(ACS-ND) Atividades Complementares (OBR)	120
(AEX-ND) Atividades de Extensão (OBR)	102
(AEX-ND) Atividades de Extensão (OPT)	400
(AOE-ND) Atividades Orientadas de Ensino (OPT)	68





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	CH
(Enade) Exame Nacional de Desempenho (OBR)	
(TCC-ND) Trabalho de Conclusão de Curso (OBR)	68

Para integralização do Curso, o estudante deverá cursar, no mínimo, dez por cento da carga horária total do Curso em atividades de extensão, de forma articulada com o ensino, em componentes curriculares disciplinares e/ou não disciplinares, definidos na oferta por período letivo e registrado a cada oferta.

As Componentes Curriculares Disciplinares do Curso poderão ser cumpridas total ou parcialmente na modalidade a distância definidas na oferta, observando o percentual máximo definido nas normativas vigentes.

COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	Definições Específicas
(ACS-ND) Atividades Complementares (OBR)	
(AEX-ND) Atividades de Extensão (OBR)	
(AEX-ND) Atividades de Extensão (OPT)	
(AOE-ND) Atividades Orientadas de Ensino (OPT)	
(Enade) Exame Nacional de Desempenho (OBR)	
(TCC-ND) Trabalho de Conclusão de Curso (OBR)	

7.2. QUADRO DE SEMESTRALIZAÇÃO

ANO DE IMPLANTAÇÃO: A partir de 2023-1

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
1º Semestre						
Ciência Política e Teoria Geral do Estado	68					68
Filosofia Geral e Jurídica	68					68
História do Direito	68					68
Introdução à Metodologia da Pesquisa	34					34
Linguagem Jurídica	34					34
Teoria do Direito	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

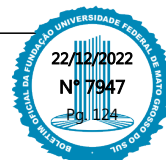
COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
2º Semestre						
Atividades Integrativas de Extensão I	34					34
Direito Constitucional I	68					68
Direito Penal - Parte Geral I	68					68
Economia Política	34					34
Sociologia Jurídica	68					68
Teoria do Direito Privado I	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
3º Semestre						
Antropologia Jurídica	68					68
Atividades Integrativas de Extensão II	34					34
Direito Constitucional II - Direitos Fundamentais, Sociais e Políticos	68					68
Direito do Trabalho I	68					68
Direito Penal - Parte Geral II	68					68
Psicologia Aplicada ao Direito	34					34
Teoria do Direito Privado II	68					68
SUBTOTAL	408	0	0	0	0	408
4º Semestre						
Direito Constitucional III - do Estado	68					68
Direito das Obrigações	68					68
Direito do Trabalho II	68					68
Direito Internacional Público	68					68
Direito Penal - Parte Especial I	68					68
Tutela de Conhecimento - Teoria Geral do Direito Processual Civil	68					68
SUBTOTAL	408	0	0	0	0	408
5º Semestre						
Direito Administrativo I	68					68
Direito Constitucional IV - dos Poderes	68					68
Direito Contratual	68					68
Direito Penal - Parte Especial II	68					68
Direito Processual do Trabalho	68					68
Tutela de Conhecimento	68					68
SUBTOTAL	408	0	0	0	0	408





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
6º Semestre						
Direito Administrativo II	68					68
Direito Ambiental	68					68
Direito Processual Penal I	68					68
Direitos Humanos	68					68
Responsabilidade Civil	68					68
Tutela Recursal	68					68
SUBTOTAL	408	0	0	0	0	408
7º Semestre						
Direito das Coisas	68					68
Direito Empresarial I	34					34
Direito Processual Constitucional	34					34
Direito Processual Penal II	68					68
Estágio Obrigatório - Prática Real I	34					34
Estágio Obrigatório - Prática Simulada I	34					34
Formas Consensuais de Solução de Conflitos	34					34
Tutela Executiva	68					68
SUBTOTAL	374	0	0	0	0	374
8º Semestre						
Direito de Família	68					68
Direito Empresarial II	68					68
Direito Financeiro	34					34
Direito Processual Penal III	34					34
Estágio Obrigatório - Prática Real II	34					34
Estágio Obrigatório - Prática Simulada II	34					34
Tutela de Conhecimento - Tutelas Provisórias e Procedimentos Especiais	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
9º Semestre						
Direito Digital e Tecnológico	34					34
Direito do Consumidor	34					34
Direito Empresarial III	68					68
Direito Internacional Privado	68					68
Direito Tributário I	68					68
Estágio Obrigatório - Extensão I	34					34



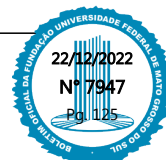


ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
9º Semestre						
Estágio Obrigatório - Prática Real III	34					34
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
10º Semestre						
Atividades Integrativas de Extensão III	34					34
Direito das Sucessões	68					68
Direito Previdenciário e Seguridade Social	68					68
Direito Tributário II	68					68
Estágio Obrigatório - Extensão II	34					34
Estágio Obrigatório - Prática Real IV	34					34
Ética Profissional	34					34
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
COMPLEMENTARES OPTATIVAS						
Disciplinas Complementares Optativas (Carga Horária Mínima)						68
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	68
COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES						
(Acs-nd) Atividades Complementares						120
(Aex-nd) Atividades de Extensão						102
(Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso						68
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	290
TOTAL	3706	0	0	0	0	4064

LEGENDA:

- Carga horária em hora-aula de 60 minutos (CH)
- Carga horária das Atividades Teórico-Práticas (ATP-D)
- Carga horária das Atividades Experimentais (AES-D)
- Carga horária das Atividades de Prática como Componentes Curricular (APC-D)
- Carga horária das Atividades de Campo (ACO-D)
- Carga horária das Outras Atividades de Ensino (OAE-D)





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

PRÉ-REQUISITOS DAS COMPONENTES CURRICULARES DISCIPLINARES

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
1º Semestre	
Ciência Política e Teoria Geral do Estado	
Filosofia Geral e Jurídica	
História do Direito	
Introdução à Metodologia da Pesquisa	
Linguagem Jurídica	
Teoria do Direito	
2º Semestre	
Atividades Integrativas de Extensão I	
Direito Constitucional I	
Direito Penal - Parte Geral I	
Economia Política	
Sociologia Jurídica	
Teoria do Direito Privado I	
3º Semestre	
Antropologia Jurídica	
Atividades Integrativas de Extensão II	
Direito Constitucional II - Direitos Fundamentais, Sociais e Políticos	Direito Constitucional I
Direito do Trabalho I	
Direito Penal - Parte Geral II	Direito Penal - Parte Geral I
Psicologia Aplicada ao Direito	
Teoria do Direito Privado II	Teoria do Direito Privado I
4º Semestre	
Direito Constitucional III - do Estado	
Direito das Obrigações	Teoria do Direito Privado II
Direito do Trabalho II	Direito do Trabalho I
Direito Internacional Público	Ciência Política e Teoria Geral do Estado
Direito Penal - Parte Especial I	Direito Penal - Parte Geral II; Direito Penal - Parte Geral I
Tutela de Conhecimento - Teoria Geral do Direito Processual Civil	
5º Semestre	
Direito Administrativo I	Direito Constitucional III - do Estado
Direito Constitucional IV - dos Poderes	Direito Constitucional I
Direito Contratual	Direito das Obrigações
Direito Penal - Parte Especial II	Direito Penal - Parte Especial I





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

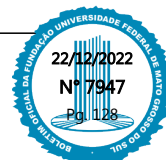
DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
5º Semestre	
Direito Processual do Trabalho	Tutela de Conhecimento - Teoria Geral do Direito Processual Civil
Tutela de Conhecimento	Tutela de Conhecimento - Teoria Geral do Direito Processual Civil
6º Semestre	
Direito Administrativo II	Direito Administrativo I
Direito Ambiental	Direito Administrativo I
Direito Processual Penal I	Tutela de Conhecimento - Teoria Geral do Direito Processual Civil
Direitos Humanos	Direito Internacional Público
Responsabilidade Civil	Direito Contratual
Tutela Recursal	Tutela de Conhecimento
7º Semestre	
Direito das Coisas	Teoria do Direito Privado II
Direito Empresarial I	Teoria do Direito Privado I; Economia Política
Direito Processual Constitucional	Direito Constitucional IV - dos Poderes
Direito Processual Penal II	Direito Processual Penal I
Estágio Obrigatório - Prática Real I	Tutela Recursal
Estágio Obrigatório - Prática Simulada I	Tutela Recursal
Formas Consensuais de Solução de Conflitos	
Tutela Executiva	Tutela Recursal
8º Semestre	
Direito de Família	Teoria do Direito Privado II
Direito Empresarial II	Direito Empresarial I
Direito Financeiro	Economia Política
Direito Processual Penal III	Direito Processual Penal II
Estágio Obrigatório - Prática Real II	Estágio Obrigatório - Prática Real I
Estágio Obrigatório - Prática Simulada II	
Tutela de Conhecimento - Tutelas Provisórias e Procedimentos Especiais	Tutela Executiva
9º Semestre	
Direito Digital e Tecnológico	Teoria do Direito Privado II
Direito do Consumidor	Responsabilidade Civil
Direito Empresarial III	Direito Empresarial II
Direito Internacional Privado	Direito Internacional Público
Direito Tributário I	Direito Administrativo I
Estágio Obrigatório - Extensão I	Estágio Obrigatório - Prática Simulada I





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
9º Semestre	
Estágio Obrigatório - Prática Real III	Estágio Obrigatório - Prática Real II
10º Semestre	
Atividades Integrativas de Extensão III	
Direito das Sucessões	Direito de Família
Direito Previdenciário e Seguridade Social	Direito Constitucional IV - dos Poderes; Economia Política
Direito Tributário II	Direito Tributário I
Estágio Obrigatório - Extensão II	Estágio Obrigatório - Prática Simulada I
Estágio Obrigatório - Prática Real IV	Estágio Obrigatório - Prática Real III
Ética Profissional	
Optativas	
Acesso à Justiça	
Administração Aplicada ao Direito	
Análise de Cenários Econômicos e Educação Financeira	Economia Política
Análise Econômica do Direito	Economia Política
Arbitragem	
Biodireito e Bioética	Filosofia Geral e Jurídica
Conflitos Socioambientais	Direito Ambiental
Controle Judicial da Administração Pública	Direito Administrativo II; Direito Processual Constitucional
Criminologia	
Deficiência, Direito e Inclusão	
Direito Agrário	
Direito Civil e Literatura	
Direito Comunitário	Direito Internacional Público
Direito Condominial	Direito das Coisas
Direito Constitucional Comparado	Ciência Política e Teoria Geral do Estado
Direito Constitucional e Literatura	
Direito Constitucional Subnacional	
Direito da Criança e do Adolescente	
Direito da Pessoa Idosa	
Direito da Propriedade Intelectual	
Direito das Águas	Direito das Coisas
Direito das Organizações Internacionais	Direito Internacional Público
Direito Desportivo	
Direito de Trânsito	
Direito de Vizinhança	Direito das Coisas





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

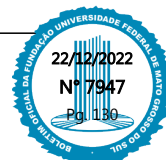
DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
Optativas	
Direito Digital e Processo Judicial Eletrônico	
Direito dos Animais	
Direito dos Povos	
Direito e Cidade	
Direito Economico e Concorrencial	
Direito e Educação	
Direito e Estado	Ciência Política e Teoria Geral do Estado
Direito e Hannah Arendt: o Caso Eichmann	
Direito Eleitoral	Direito Constitucional II - Direitos Fundamentais, Sociais e Políticos
Direito e Poder	Ciência Política e Teoria Geral do Estado
Direito e Saúde	
Direito Imobiliário	
Direito Internacional Humanitário	Direito Internacional Público
Direito Portuário	
Direito Processual Tributário	Direito Administrativo II
Direto Civil e Literatura	
Educação das Relações Étnico-raciais	
Educação em Direitos Humanos	
Educação Especial	
Empreendedorismo e Inovação	
Estatística Aplicada ao Direito - Jurimetria	Introdução à Metodologia da Pesquisa
Estudo de Libras	
Execução Penal	Direito Processual Penal III
Gênero, Direitos Humanos e Sociedade	
Hermenêutica Constitucional	Direito Constitucional I
Hermenêutica Jurídica	Teoria do Direito
História Constitucional	Direito Constitucional I
Juizados Especiais	Tutela de Conhecimento
Legislação Especial Penal	Direito Penal - Parte Geral II
Medicina Forense	
Processo Administrativo	Direito Administrativo II
Responsabilidade Civil e Saúde	Responsabilidade Civil
Tópicos de Jurisprudência do Stf	Direito Processual Constitucional
Tópicos de Jurisprudência do Stj	Tutela de Conhecimento; Direito Processual Penal III
Tópicos Especiais de Antropologia Jurídica	Antropologia Jurídica





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
Optativas	
Tópicos Especiais de Direito Administrativo	Direito Administrativo I
Tópicos Especiais de Direito Ambiental	Direito Ambiental
Tópicos Especiais de Direito Constitucional	Direito Constitucional I
Tópicos Especiais de Direito Contratual	Teoria do Direito Privado II
Tópicos Especiais de Direito das Obrigações	Teoria do Direito Privado II
Tópicos Especiais de Direito das Sucessões	Direito de Família
Tópicos Especiais de Direito de Família	Direito de Família
Tópicos Especiais de Direito Digital e Tecnológico	Direito das Obrigações
Tópicos Especiais de Direito do Trabalho	Direito do Trabalho I
Tópicos Especiais de Direito Empresarial	Direito Empresarial I
Tópicos Especiais de Direito e Política	Ciência Política e Teoria Geral do Estado
Tópicos Especiais de Direito Internacional Privado	Teoria do Direito Privado II
Tópicos Especiais de Direito Internacional Público	Direito Constitucional I; Direito Internacional Público
Tópicos Especiais de Direito Penal	Direito Penal - Parte Geral II
Tópicos Especiais de Direito Processual Civil	Tutela de Conhecimento
Tópicos Especiais de Direito Processual Civil Comparado	Tutela de Conhecimento
Tópicos Especiais de Direito Processual do Trabalho	Direito Processual do Trabalho
Tópicos Especiais de Direito Processual Empresarial	Tutela Recursal
Tópicos Especiais de Direito Processual Penal	Direito Processual Penal I
Tópicos Especiais de Direitos Humanos	Direitos Humanos
Tópicos Especiais de Direitos Reais	Direito das Coisas
Tópicos Especiais de Direitos Sociais	Direito Constitucional II - Direitos Fundamentais, Sociais e Políticos
Tópicos Especiais de Direito Tributário	Direito Administrativo I
Tópicos Especiais de Filosofia do Direito	Filosofia Geral e Jurídica
Tópicos Especiais de História do Direito	História do Direito
Tópicos Especiais de Jurisdição Constitucional	Direito Processual Constitucional
Tópicos Especiais de Metodologia da Pesquisa em Direito	Introdução à Metodologia da Pesquisa
Tópicos Especiais de Processo Coletivo	Tutela Recursal
Tópicos Especiais de Processo e Democracia	Tutela de Conhecimento; Direito Processual Penal II





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
Optativas	
Tópicos Especiais de Psicologia Aplicada ao Direito	Psicologia Aplicada ao Direito
Tópicos Especiais de Responsabilidade Civil	Teoria do Direito Privado II
Tópicos Especiais de Sociologia Jurídica	Sociologia Jurídica
Tópicos Especiais de Teoria do Direito	Teoria do Direito
Tópicos Especiais em Formas Consensuais de Solução de Conflitos	Formas Consensuais de Solução de Conflitos
Tópicos Especiais em Novas Relações Privadas	Teoria do Direito Privado II
Tutela dos Direitos Humanos no Sistema Interamericano	

PRÉ-REQUISITOS DAS COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES

CCNDs	DISCIPLINAS	Porcentagem
	NÃO SE APLICA	

LEGENDA:

- Percentual de CH (em relação a CH total do Curso) que o estudante deve ter cursado para realizar a componente

7.3. TABELA DE EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS

Em vigor até 2022/2	CH	Em vigor a partir de 2023/1	CH
Antropologia Jurídica	68	Antropologia Jurídica	68
Direito Administrativo I	68	Direito Administrativo I	68
Direito Administrativo II	68	Direito Administrativo II	68
Direito Ambiental	68	Direito Ambiental	68
Direito Constitucional I	68	Direito Constitucional II - Direitos Fundamentais, Sociais e Políticos	68
Direito Constitucional II	68	Direito Constitucional III - do Estado	68
Direito Constitucional III	68	Direito Constitucional IV - dos Poderes	68
Direito Contratual	68	Direito Contratual	68
Direito das Coisas	68	Direito das Coisas	68
Direito das Obrigações	68	Direito das Obrigações	68
Direito das Sucessões	68	Direito das Sucessões	68





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

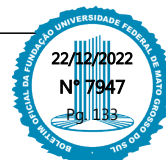
Em vigor até 2022/2	CH	Em vigor a partir de 2023/1	CH
Direito de Família	68	Direito de Família	68
Direito Digital e Tecnológico	34	Direito Digital e Tecnológico	34
Direito do Consumidor (Optativa)	34	Direito do Consumidor	34
Direito do Trabalho I	68	Direito do Trabalho I	68
Direito do Trabalho II	68	Direito do Trabalho II	68
Direito Empresarial I	34	Direito Empresarial I	34
Direito Empresarial II	68	Direito Empresarial II	68
Direito Empresarial III	68	Direito Empresarial III	68
Direito Financeiro (Optativa)	34	Direito Financeiro	34
Direito Internacional Privado	68	Direito Internacional Privado	68
Direito Internacional Público	68	Direito Internacional Público	68
Direito Penal - Parte Especial I	68	Direito Penal - Parte Especial I	68
Direito Penal - Parte Especial II	68	Direito Penal - Parte Especial II	68
Direito Previdenciário II ; Direito Previdenciário I	34 34	Direito Previdenciário e Seguridade Social	68
Direito Processual Civil I	68	Tutela de Conhecimento - Teoria Geral do Direito Processual Civil	68
Direito Processual Civil II	68	Tutela de Conhecimento	68
Direito Processual Civil III	68	Tutela Recursal	68
Direito Processual Civil IV	68	Tutela Executiva	68
Direito Processual Civil V	68	Tutela de Conhecimento - Tutelas Provisórias e Procedimentos Especiais	68
Direito Processual Constitucional	34	Direito Processual Constitucional	34
Direito Processual do Trabalho	68	Direito Processual do Trabalho	68
Direito Processual Penal I	34	Direito Processual Penal I	68
Direito Processual Penal II	68	Direito Processual Penal II	68
Direito Processual Penal III	68	Direito Processual Penal III	34
Direito Tributário I	68	Direito Tributário I	68
Direito Tributário II	68	Direito Tributário II	68
Direitos Humanos	68	Direitos Humanos	68
Economia	68	Economia Política	34
Estágio Obrigatório - Prática Real I	34	Estágio Obrigatório - Prática Real I	34
Estágio Obrigatório - Prática Real II	34	Estágio Obrigatório - Prática Real II	34
Estágio Obrigatório - Prática Real III	34	Estágio Obrigatório - Prática Real III	34
Estágio Obrigatório - Prática Real IV	34	Estágio Obrigatório - Prática Real IV	34





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Em vigor até 2022/2	CH	Em vigor a partir de 2023/1	CH
Estágio Obrigatório - Prática Simulada I	34	Estágio Obrigatório - Prática Simulada I	34
Estágio Obrigatório - Prática Simulada II	34	Estágio Obrigatório - Prática Simulada II	34
Estágio Obrigatório - Prática Simulada III	34	Sem Equivalência	
Estágio Obrigatório - Prática Simulada IV	34	Sem Equivalência	
Filosofia do Direito	68	Filosofia Geral e Jurídica	68
Formas Consensuais de Solução de Conflitos	34	Formas Consensuais de Solução de Conflitos	34
História do Direito	68	História do Direito	68
I (Acs-nd) Atividades Complementares	222	I (Acs-nd) Atividades Complementares	120
Introdução à Metodologia da Pesquisa em Direito	34	Introdução à Metodologia da Pesquisa	34
IV (Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso	68	IV (Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso	68
Linguagem Jurídica	34	Linguagem Jurídica	34
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Direito	34	Sem Equivalência	
Psicologia Aplicada ao Direito	68	Psicologia Aplicada ao Direito	34
Responsabilidade Civil	68	Responsabilidade Civil	68
Sociologia Jurídica	68	Sociologia Jurídica	68
Sem Equivalência		Estágio Obrigatório - Extensão II	34
Sem Equivalência		(Aex-nd) Atividades de Extensão	102
Sem Equivalência		Atividades Integrativas de Extensão III	34
Sem Equivalência		Estágio Obrigatório - Extensão I	34
Sem Equivalência		Atividades Integrativas de Extensão I	34
Sem Equivalência		Atividades Integrativas de Extensão II	34
Teoria Constitucional	68	Direito Constitucional I	68
Teoria do Direito	68	Teoria do Direito	68
Teoria do Direito Penal I	68	Direito Penal - Parte Geral I	68
Teoria do Direito Penal II	68	Direito Penal - Parte Geral II	68
Teoria do Direito Privado I	68	Teoria do Direito Privado I	68
Teoria do Direito Privado II	68	Teoria do Direito Privado II	68
Teoria do Estado	68	Ciência Política e Teoria Geral do Estado	68





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Em vigor até 2022/2	CH	Em vigor a partir de 2023/1	CH
Ética Profissional	34	Ética Profissional	34

7.4. LOTAÇÃO DAS DISCIPLINAS NAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL

As disciplinas do curso de Direito estão lotadas no Câmpus de Três Lagoas, exceto:

DISCIPLINA	UNIDADE
Empreendedorismo e Inovação	Disciplinas sem Lotação

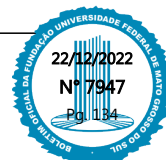
7.5. EMENTÁRIO

7.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

- **ACESSO À JUSTIÇA:** Estrutura do Judiciário. Acesso à justiça e cidadania e sustentabilidade. Assistência judiciária. Os interesses difusos e coletivos. Propostas de soluções adequadas e efetivas do litígio. **Bibliografia Básica:** Garcia Laguardia, Jorge Mario. **Acesso a Justiça e Cidadania.** São Paulo, Sp: Fundação Konrad Adenauer, 2000. 118 P. (Cadernos Adenauer ; 3). Isbn 8585535962. Vasconcelos, Carlos Eduardo De. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas.** 5. Rio de Janeiro Método 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530974473. Fiorelli, José Osmir. **Mediação e Solução de Conflitos** Teoria e Prática. São Paulo Atlas 2011 1 Recurso Online Isbn 9788522468164. **Bibliografia Complementar:** Ferreira Filho, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais.** 15. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788502208537. Vasconcelos, Carlos Eduardo De. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas.** 5. Rio de Janeiro Método 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530974473. Correia, José Gladston Viana. **Sociologia dos Direitos Sociais** Escassez, Justiça e Legitimidade. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online Isbn 9788502210196.

- **ADMINISTRAÇÃO APLICADA AO DIREITO:** Organizações e organizações públicas. Administração e Administração Pública. Fundamentos e Tipos de controle. Racionalidade e tomada de decisão na administração. Instrumentos de controle do desempenho organizacional. O fator humano no processo de controle. Gestão de Pessoas na Administração Pública e Finanças Públicas). Gerenciamento de Projetos. **Bibliografia Básica:** Silva, Adelphino Teixeira Da. **Administração Básica.** 6. São Paulo Atlas 2011 1 Recurso Online Isbn 9788522464746. Schermerhorn Jr, John R. **Administração** Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro Ltc 2005 1 Recurso Online Isbn 978-85-216-2365-6. Campos, Alexandre De. **Administração** Guia Prático e Didático. 2. São Paulo Erica 2016 1 Recurso Online Isbn 9788536517728. **Bibliografia Complementar:** Jones, Gareth R. **Administração Contemporânea.** 4. Porto Alegre Amgh 2008 1 Recurso Online Isbn 9788563308863. De Sordi, José Osvaldo. **Administração da Informação** Fundamentos e Práticas para Uma Nova Gestão do Conhecimento. 2. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502634824. Chiavenato, Idalberto. **Administração** Teoria, Processo e Prática. 5. São Paulo Manole 2015 1 Recurso Online Isbn 9788520445457.

- **ANÁLISE DE CENÁRIOS ECONÔMICOS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA:** Principais variáveis econômicas. Análise do cenário econômico. Conceito e introdução da



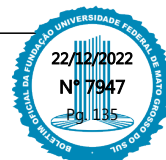


ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

educação financeira. Conceito de finanças pessoais. Ciclo de vida financeiro. Introdução a Finanças Comportamentais. Teoria da Contabilidade Mental. Arquitetura da Escolha. Heurísticas e Viés comportamental. Diagnóstico e comportamento financeiro. Sonhos materiais e não-materiais. Decisões de compras e consumo. Orçamento e planejamento financeiro pessoal e familiar. Crédito. Dívidas. Poupança. Investimentos e aposentadoria. Bibliografia Básica: Araújo, Carlos Roberto Vieira. **Matemática Financeira : Uso das Minicalculadoras Hp-12c e Hp-19bii : Mais de 500 Exercícios Propostos e Resolvidos**. São Paulo, Sp: Atlas, 1993. 325 P. Isbn 85-224-0762-2. Cavalcante, Francisco; Misumi, Jorge Yoshio; Rudge, Luiz Fernando. **Mercado de Capitais: o que É, Como Funciona**. 6. Ed. Rev. e Atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005. 371 P. Isbn 978-85-352-1673-8. Castelo Branco, Anísio Costa. **Matemática Financeira Aplicada** Método Algébrico, Hp-12c e Microsoft Excel®. 4. São Paulo Cengage Learning 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522122721. Hoji, Masakazu. **Administração Financeira na Prática** Guia para Educação Financeira Corporativa e Gestão Financeira Pessoal. 5. Rio de Janeiro Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522492381. Mankiw, N. Gregory. **Introdução à Economia**. 4. São Paulo: Cengage Learning, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788522127924. Bibliografia Complementar: Teixeira, James; Di Pierro Netto, Scipione. **Matemática Financeira**. São Paulo, Sp: Makron Books, 2005. 134 P. Isbn 85-346-0767-2. Vieira Sobrinho, José Dutra. **Matemática Financeira** Juros, Capitalização, Descontos e Séries de Pagamentos : Empréstimos, Financiamentos e Aplicações Financeiras : Utilização de Calculadoras Financeiras. 7. Ed. São Paulo, Sp: Atlas, 2000-2011. 409 P. Isbn 85-224-2461-6. Lund, Myrian Layr Monteiro Pereira; Souza, Cristovão Pereira De; Carvalho, Luiz Celso Silva De. **Mercado de Capitais**. Rio de Janeiro, RJ: Fgv, 2012. 180 P. (Série Cademp). Isbn 978-85-225-0972-0. Assaf Neto, Alexandre. **Matemática Financeira e suas Aplicações**. 14. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597021615.

- ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: Introdução e visão geral da análise econômica do direito. Aspectos históricos do movimento direito e economia. Noções de teoria econômica e microeconomia. Teoria da escolha racional e teoria dos jogos: visão geral. Análise econômica do direito público e privado. Aplicações e estudos de casos. Bibliografia Básica: Mackaay, Evert Johannes P. **Análise Econômica do Direito**. 2. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522497652. Figueiredo, Leonardo Vizeu. **Direito Econômico**. 10. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986445. Almeida, Luiz Carlos Barnabé De. **Introdução ao Direito Econômico, Direito da Economia, Economia do Direito, Law And Economics, Análise Econômica do Direito, Direito Econômico Internacional**. 4. São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502138889. Bibliografia Complementar: Jakobi, Karin Bergit. **a Análise Econômica do Direito e a Regulação do Mercado de Capitais**. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522487721. **Direito e Economia no Brasil**. 2. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522480555. Lins, Luiz dos Santos. **Introdução à Gestão Ambiental Empresarial** Abordando Economia, Direito, Contabilidade e Auditoria. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597001082. Caggiano, Monica Herman Salem (Org.). **Reflexões em Direito Político e Econômico**. São Paulo, Sp: Ed. Mackenzie, 2002. 411 P. Isbn 8587739328. Bêni, Duílio de Ávila. **Teoria dos Jogos**. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502220577.

- ANTROPOLOGIA JURÍDICA: Antropologia: definições, objeto, desenvolvimento, corrente, método, qualidade científica do estudo antropológico. O campo e a abordagem antropológicos. Antropologia e direito: relações, utilidade teórica da





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

antropologia para o direito, função social do direito. A invenção do conceito de homem. O que é o homem? Indivíduo e sociedade. Cultura – um conceito antropológico. Antropologia e Direitos Humanos. **Bibliografia Básica:** Mello, Luiz Gonzaga De. **Antropologia Cultural:** Iniciação, Teoria e Temas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982. 526 P. Assis, Olney Queiroz. **Manual de Antropologia Jurídica.** São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online Isbn 9788502120174. Marconi, Marina de Andrade; Presotto, Zelia Maria Neves (Null). **Antropologia:** Uma Introdução. 8. São Paulo: Atlas, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788597022681. Laraia, Roque de Barros. **Cultura** um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro Zahar 1986 1 Recurso Online Isbn 9788537801864. **Bibliografia Complementar:** Kuschnir, Karina. **Antropologia da Política.** Rio de Janeiro Zahar 2007 1 Recurso Online Isbn 9788537802908. Velho, Gilberto. **um Antropólogo na Cidade** Ensaios de Antropologia Urbana. Rio de Janeiro Zahar 2013 1 Recurso Online Isbn 9788537810804. Carnio, Henrique Garbellini. **Direito e Antropologia** Reflexões sobre a Origem do Direito a Partir de Kelsen e Nietzsche. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online Isbn 9788502181250. Kottak, Conrad P. **um Espelho para a Humanidade** Uma Introdução à Antropologia Cultural. 1. Porto Alegre Amgh 2013 1 Recurso Online Isbn 9788580551914. Boas, Franz. **Antropologia Cultural.** Rio de Janeiro Zahar 2004 1 Recurso Online Isbn 9788537802885.

- ARBITRAGEM: Autotutela, autocomposição e heterocomposição – os diversos métodos de solução de conflitos; ADR e ODR; espécies de arbitragem; Convenção arbitral; procedimento arbitral; Sentença arbitral; Árbitros **Bibliografia Básica:** Arbitragem e Mediação a Reforma da Legislação Brasileira. 2. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012798. Beraldo, Leonardo de Faria. **Curso de Arbitragem** nos Termos da Lei Nº 9.307/96. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522488797. Scavone Junior, Luiz Antonio. **Manual de Arbitragem** Mediação e Conciliação. 7. São Paulo Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530971779. **Bibliografia Complementar:** Carmona, Carlos Alberto. **20 Anos da Lei de Arbitragem** Homenagem a Petrônio R. Muniz. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597013276. Junqueira, Gabriel Herscovici. **Arbitragem Brasileira na Era da Informática** um Estudo das Principais Questões Processuais. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000221. Cahali, Francisco. **Arbitragem** Comentários ao Projeto de Lei Nº 406/2013. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788502625310. Salles, Carlos Alberto De. **Negociação, Mediação e Arbitragem** Curso Básico para Programas de Graduação em Direito. Rio de Janeiro Método 2012 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-4565-7.

- ATIVIDADES INTEGRATIVAS DE EXTENSÃO I: Atividades de extensão em Efetividade dos Direitos Humanos, Educação Ambiental, educação para a terceira idade, educação em políticas de gênero, acesso à Justiça, democracia e políticas públicas. **Bibliografia Básica:** Almeida, Roseli Maria Rosa de (Org.). **Formação de Professores em Leitura e Literatura:** Experiências com Extensão Universitária. Campo Grande, MS: Ed. Ufms, 2013. 115 P. Isbn 9788576134411. Nogueira, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos Projetos** Etapas, Papéis e Atores. 4. São Paulo Erica 2009 1 Recurso Online Isbn 9788536522296. Klafke, Guilherme Forma; Feferbaum, Marina (Null). **Metodologias Ativas em Direito:** Guia Prático para o Ensino Jurídico Participativo e Inovador. São Paulo: Atlas, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788597025545. **Bibliografia Complementar:** Souza, Neusa Maria Marques De; Espíndola, Ana Lucia (Org.). **Experiências de Formação de Professores:** Ensino, Pesquisa e Extensão. Campo Grande, MS: Ed. Ufms, 2011. 121 P. Isbn 9788576132974. Aprendizagem Digital: Curadoria, Metodologias e Ferramentas para o Novo Contexto Educacional. Porto Alegre: Penso, 2020. 1 Recurso Online.





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

(Desafios da Educação). Isbn 9786581334154. Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria (Null). **Metodologia Científica:** Ciência e Conhecimento Científico, Métodos Científicos, Teoria, Hipóteses e Variáveis, Metodologia Jurídica. 8. São Paulo: Atlas, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559770670. Warburton, Roger. **Gestão de Projetos.** São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Fundamentos). Isbn 9788502180109. Prado, Fernando Leme Do. **Metodologia de Projetos.** São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502133297.

- ATIVIDADES INTEGRATIVAS DE EXTENSÃO II: Atividades de extensão em Efetividade dos Direitos Humanos, Educação Ambiental, educação para a terceira idade, educação em políticas de gênero, acesso à Justiça, democracia e políticas públicas. **Bibliografia Básica:** Silva, Maria das Graças Martins Da. **Extensão:** a Face Social da Universidade? Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2000. 234 P. (Fontes Novas Ciências Humanas). Isbn 8585917601. Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria (Null). **Metodologia Científica:** Ciência e Conhecimento Científico, Métodos Científicos, Teoria, Hipóteses e Variáveis, Metodologia Jurídica. 8. São Paulo: Atlas, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559770670. Aprendizagem Digital: Curadoria, Metodologias e Ferramentas para o Novo Contexto Educacional. Porto Alegre: Penso, 2020. 1 Recurso Online. (Desafios da Educação). Isbn 9786581334154. Nogueira, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos Projetos** Etapas, Papéis e Atores. 4. São Paulo Erica 2009 1 Recurso Online Isbn 9788536522296. Freitas, Maria Teresa de Assunção. **Cibercultura e Formação de Professores.** São Paulo Autêntica 2009 1 Recurso Online Isbn 9788582176474. **Bibliografia Complementar:** Souza, Neusa Maria Marques De; Espíndola, Ana Lucia (Org.). **Experiências de Formação de Professores:** Ensino, Pesquisa e Extensão. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2011. 121 P. Isbn 9788576132974. Prado, Fernando Leme Do. **Metodologia de Projetos.** São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502133297. Warburton, Roger. **Gestão de Projetos.** São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Fundamentos). Isbn 9788502180109. Klafke, Guilherme Forma; Feferbaum, Marina (Null). **Metodologias Ativas em Direito:** Guia Prático para o Ensino Jurídico Participativo e Inovador. São Paulo: Atlas, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788597025545.

- ATIVIDADES INTEGRATIVAS DE EXTENSÃO III: Atividades de extensão em Efetividade dos Direitos Humanos, Educação Ambiental, educação para a terceira idade, educação em políticas de gênero, acesso à Justiça, democracia e políticas públicas. **Bibliografia Básica:** Silva, Maria das Graças Martins Da. **Extensão:** a Face Social da Universidade? Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2000. 234 P. (Fontes Novas Ciências Humanas). Isbn 8585917601. Oliveira, Marina Cardoso De; Araújo, Geraldino Carneiro De; Sales, Eliana da Mota Bordin de (Org.). **Extensão Universitária e Economia Solidária:** Práticas e Reflexões. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2013. 182 P. Isbn 9788576134329. Aprendizagem Digital: Curadoria, Metodologias e Ferramentas para o Novo Contexto Educacional. Porto Alegre: Penso, 2020. 1 Recurso Online. (Desafios da Educação). Isbn 9786581334154. Cleyson de Moraes Mello; José Rogério Moura de Almeida Neto; Regina Pentagna Petrillo. **Curricularização da Extensão Universitária.** Editora Processo, 2022. 125 P. Isbn 9786589351955. **Bibliografia Complementar:** Souza, Neusa Maria Marques De; Espíndola, Ana Lucia (Org.). **Experiências de Formação de Professores:** Ensino, Pesquisa e Extensão. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2011. 121 P. Isbn 9788576132974. Almeida, Roseli Maria Rosa de (Org.). **Formação de Professores em Leitura e Literatura:** Experiências com Extensão Universitária. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2013. 115 P. Isbn 9788576134411. Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria (Null). **Metodologia Científica:**





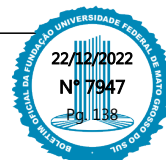
ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Ciência e Conhecimento Científico, Métodos Científicos, Teoria, Hipóteses e Variáveis, Metodologia Jurídica. 8. São Paulo: Atlas, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559770670. Molinari, Leonardo. **Gestão de Projetos** Teoria, Técnicas e Práticas. São Paulo Erica 2010 1 Recurso Online Isbn 9788536517827.

- BIODIREITO E BIOÉTICA: Noções fundamentais de Bioética e Biodireito. Temas persistentes e temas emergentes em Bioética e Biodireito. Bioética, Biodireito e temas transversais: Direitos Humanos, educação ambiental. Bibliografia Básica: Silva, Reinaldo Pereira E. **Biodireito**: a Nova Fronteira dos Direitos Humanos. São Paulo, Sp: Ltr, 2003. 222 P. Isbn 853610497X. Soares, André Marcelo M.; Esteves Piñeiro, Walter. **Bioética e Biodireito**: Uma Introdução. 2. Ed. São Paulo, Sp: Loyola, 2006. 135 P. (Gestão em Saúde ; 1). Isbn 8515024659. Diniz, Maria Helena. **o Estado Atual do Biodireito**. 7. Ed. Rev., Aum. e Atual. São Paulo, Sp: Saraiva, 2010. 967 P. Isbn 9788502086043. Bibliografia Complementar: Catão, Marconi do O. **Biodireito**: Transplantes de Órgãos Humanos e Direitos de Personalidade. São Paulo, Sp: Madras, Campina Grande, Pb: Eduerp, 2004 293 P. (Produção Interdisciplinar). Isbn 8573747749. Namba, Edison Tetsuzo. **Manual de Bioética e Biodireito**. 2. Ed. Ampl., Atual. e Rev. São Paulo, Sp: Atlas, 2015. X, 248 P. Isbn 9788522495603. Gama, Guilherme Calmon Nogueira Da. **a Nova Filiação**: o Biodireito e as Relações Parentais : o Estabelecimento da Parentalidade-filiação e os Efeitos Jurídicos da Reprodução Assistida Heteróloga. Rio de Janeiro, Rj: Renovar, 2003. 1040 P. Isbn 85-7147-372-2.

- CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO: O fenômeno político e seu estudo. Teoria do Estado e ciência política. Estado: conceito, características, origem, e desenvolvimento histórico. Elementos constitutivos do Estado. Território, povo e soberania. Críticas e concepções alternativas. Organização dos poderes ou funções do Estado. Sistemas de divisão de poderes. Forma de Estado e organização territorial do poder político. Teoria do governo. Forma de governo. Sistemas de governo. Regimes políticos. Teoria da democracia. Direitos políticos e conexos. Representação política e sistemas eleitorais. Sistemas partidários. Bibliografia Básica: Zippelius, Reinhold. **Linha de Direito Comparado** Teoria Geral do Estado. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online (ldp). Isbn 9788502617995. Miranda, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. 5. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online (Fora de Série). Isbn 9788530982768. Acquaviva, Marcus Cláudio. **Teoria Geral do Estado**. 3. São Paulo Manole 2010 1 Recurso Online Isbn 9788520442227. Bibliografia Complementar: Pinto, Kleber Couto. **Curso de Teoria Geral do Estado** Fundamento do Direito Constitucional Positivo. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522480616. Dallari, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 33. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2018. 304 P. Isbn 9788502638617. Ranieri, Nina Beatriz Stocco. **Teoria do Estado** do Estado do Direito ao Estado Democrático do Direito. São Paulo Manole 2013 1 Recurso Online Isbn 9788520445068. Filomeno, José Geraldo Brito. **Teoria Geral do Estado e da Constituição**. 11. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986858.

- CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: Conflito e conflitualidade socioambientais. Expropriação por despossessão. O raubauld capitalista. O espírito do capitalismo. Conflitos socioambientais e distributividade ecológico-espacial. O ecologismo dos pobres (ou ecossocialismo). Concentração fundiária e expropriação capitalista. Terra é poder; terra e poder. Racismo ambiental. Bibliografia Básica: Padilha, Norma Sueli. **Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro**. Rio de Janeiro, Rj: Elsevier, 2010. Xxx, 452 P. Isbn 9788535228182. Prado, Luiz Regis. **Direito**





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Penal do Ambiente Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998). 7. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986919. Tachizawa, Takeshy; Andrade, Rui Otávio Bernardes de (Null). **Gestão Socioambiental: Estratégias na Nova Era da Sustentabilidade.** 2. São Paulo: Gen Atlas, 2011. 1 Recurso Online. Isbn 9788595156401. **Bibliografia Complementar:** Marx, Karl. **o Capital: Crítica da Economia Política : Livro Primeiro : o Processo de Produção do Capital, Volume li.** 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1971. P. 583-924 (Coleção Perspectivas do Homem. Série Economia; 38-a). Weber, Max. **Economia e Sociedade, Volume 1: Fundamentos da Sociologia Compreensiva.** 4. Ed. Brasília, Df: Ed. Unb, 2015. Xxxvii, 422 P. Isbn 9788523003142. Weber, Max. **a Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** 4. Ed. São Paulo, Sp: Pioneira, 1985. 233 P. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Sociologia). Loureiro, C. F. B.; Layrargues, P. P.; Castro, R. S. De. **Sociedade e Meio Ambiente: a Educação Ambiental em Debate.** 4º Ed São Paulo: Cortez 2006. Rocha, Jefferson Marçal Da. **Sustentabilidade em Questão: Economia, Sociedade e Meio Ambiente.** Jundiaí, Sp: Paco Editorial, 2011 166 P. Isbn 978-85-64367-07-4.

- **CONTROLE JUDICIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:** Controle da Administração Pública. Controle judicial das políticas públicas. Meios de controle judicial: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, mandado de injunção, habeas data, ação direta de inconstitucionalidade. Súmulas. **Bibliografia Básica:** Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 30. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976163. Nohara, Irene Patrícia. **Direito Administrativo.** 9. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597021363. Carvalho Filho, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 33. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597020540. **Bibliografia Complementar:** Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo.** 5. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974985. Mazza, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo #Napratca.** 7. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online (#Napratca). Isbn 9788547222031. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo.** 6. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530979607.

- **CRIMINOLOGIA:** Criminologia: conteúdo e evolução histórica. Criminologia do consenso e criminologia crítica. Escolas criminológicas. Criminologia crítica e minimalismo penal. Criminologia crítica e abolicionismo penal **Bibliografia Básica:** Carvalho, Salo De. **Antimanual de Criminologia.** 6. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502618428. Bacila, Carlos Roberto. **Criminologia e Estigmas** um Estudo sobre os Preconceitos. 4. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522499601. Penteado Filho, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia.** 6. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547206765. **Bibliografia Complementar:** Sá, Alvino Augusto De. **Criminologia Clínica e Execução Penal** Proposta de um Modelo de Terceira Geração. 2. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Saberes Críticos). Isbn 9788502230514. Penteado Filho, Nestor Sampaio. **Criminologia e Medicina Legal.** São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Preparatória para Concurso de Delegado de Polícia). Isbn 9788502226920. Carvalho, Salo De. **Antimanual de Criminologia.** 6. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502618428.

- **DEFICIÊNCIA, DIREITO E INCLUSÃO:** Cidadania e inclusão. Direitos fundamentais individuais. Lei Brasileira de Inclusão. Direito e educação inclusiva. **Bibliografia Básica:** Código Civil Comentado Doutrina e Jurisprudência : Lei N.





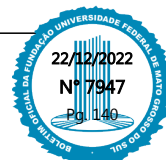
ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

10.406, de 10.01.2002. 11. São Paulo Manole 2017 1 Recurso Online Isbn 9788520454343. Leite, Flávia Piva Almeida. **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547209728. Madruga, Sidney. **Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos** Ótica da Diferença e Ações Afirmativas. 2. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547202514. Piovesan, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 11. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553600298. Bibliografia Complementar: Marquezan, Reinaldo. **o Deficiente no Discurso da Legislação**. Campinas, Sp: Papyrus, 2009. 160 P. (Educação Especial) Isbn 978-85-308-0888-4 Diniz, Margareth. **Inclusão de Pessoas com Deficiência E/Ou Necessidades Específicas** Avanços e Desafios. São Paulo Autêntica 2012 1 Recurso Online Isbn 9788565381543. Bataliotti, Soellyn Elene. **Profissionalização dos Deficientes no Contexto Atual**, 2. São Paulo Cengage Learning 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522123797.

- DIREITO ADMINISTRATIVO I: Estado. Direito administrativo. Administração Pública e suas relações com os direitos humanos e socioambientais. Regime Jurídico Administrativo e Princípios constitucionais administrativos. Organização Administrativa. Poderes. Ato Administrativo. Bibliografia Básica: Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976163. Nohara, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 7. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011104. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e Contratos Administrativos** Teoria e Prática. 6. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976446. Bibliografia Complementar: França, Maria Adelaide de Campos. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública**. 7. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online Isbn 9788502201118. Justen Filho, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 12. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2016. 1321 P. Isbn 9788520369296. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 5. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974985.

- DIREITO ADMINISTRATIVO II: Licitações e Contratos administrativos. Teoria geral do serviço público. Agentes públicos. Controle da Administração Pública. Bens públicos. Intervenção no domínio privado e econômico. Bibliografia Básica: Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976163. Nohara, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 7. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011104. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e Contratos Administrativos** Teoria e Prática. 6. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976446. Bibliografia Complementar: França, Maria Adelaide de Campos. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública**. 7. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online Isbn 9788502201118. Justen Filho, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 12. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2016. 1321 P. Isbn 9788520369296. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 5. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974985.

- DIREITO AGRÁRIO: A agricultura, a ciência do direito e o desenvolvimento integrado do Brasil. A atividade agrária. Conteúdo do direito agrário brasileiro. As fontes do direito agrário. Relações do direito agrário com outros ramos jurídicos. Princípios gerais peculiares do direito agrário. As normas de direito agrário na Constituição Federal. A lei para o desenvolvimento rural do Brasil. Bibliografia





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Básica: Cassettari, Christiano. **Direito Agrário** Atualizado com as Leis NºS 13.001/14, 13.043/14 e Ec 81/14. 2. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522499441. Marques, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. 12. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597009118. Cipelli, Antonio Marco V. **Teoria e Desenvolvimento de Projetos de Circuitos Eletrônicos**. 23. São Paulo Erica 2008 1 Recurso Online Isbn 9788536520438. **Bibliografia Complementar:** Marques, Benedito Ferreira; Marques, Carla Regina Silva. **Direito Agrário Brasileiro**. 12. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo, Sp: Atlas, 2017. Xxv, 260 P. Isbn 9788597008876. Braga, Jose dos Santos Pereira. **Introducao ao Direito Agrario**. Belém: Cejup/Fundacao Lourenco Braga, 1991. 141 P. Trentini, Flavia. **Teoria Geral do Direito Agrário Contemporâneo**. São Paulo Atlas 2012 1 Recurso Online Isbn 9788522480784.

- DIREITO AMBIENTAL: Conceito, Fontes e Princípios. Consciência Ecológica. Direito Internacional do Meio Ambiente. O Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988. Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento Ambiental. Código Florestal Brasileiro. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Responsabilidade Civil, Penal e Administrativa por Danos ao Meio Ambiente. A Proteção do Meio Ambiente e os Direitos Humanos. A Educação Ambiental. **Bibliografia Básica:** Fiorillo, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 17. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547215255. Antunes, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 20. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597016819. Granziera, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental** Revista e Atualizada. 4. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000016. **Bibliografia Complementar:** Derani, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. 3. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2009. Xxv, 290 P. Isbn 9788502066373. Canotilho, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. 6. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502625822. Padilha, Norma Sueli. **Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro**. Rio de Janeiro, Rj: Elsevier, 2010. Xxx, 452 P. Isbn 9788535228182.

- DIREITO CIVIL E LITERATURA: Relações entre o direito civil e a literatura. Narrativa jurídica e narrativa literária. Aspectos históricos do direito civil e da literatura. Emancipação pelo diálogo entre o direito e a literatura. **Bibliografia Básica:** Direito e Literatura. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522478538. Streck, Lenio Luiz. **os Modelos de Juiz** Ensaios de Direito e Literatura. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000207. Oliveira, Maria Regina De. **Shakespeare e o Direito**. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online (Para Entender). Isbn 978-85-309-6551-8. **Bibliografia Complementar:** Piglia, Ricardo. **Crítica Y Ficción**. Barcelona, Spa: Debolsillo, ©2014. 216 P. (Contemporânea). Isbn 9788490326756. Streck, Lenio Luiz. **os Modelos de Juiz** Ensaios de Direito e Literatura. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000207. Agamben, Giorgio. **o Tempo que Resta**. São Paulo Autêntica 2016 1 Recurso Online Isbn 9788582175101. Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 52. Ed. São Paulo, Sp; Rio de Janeiro, Rj: Paz e Terra, 2015. 143 P. Isbn 9788577531639. Facina, Adriana. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro Zahar 2004 1 Recurso Online Isbn 9788537807552.

- DIREITO COMUNITÁRIO: Origem, natureza e evolução dos processos de integração regional. Inovações das estruturas comunitárias e instituições políticas e jurídicas comunitárias. Novos princípios de representatividade. Desenvolvimento estrutural e objetivos comunitários. Conceito de soberania na integração regional e o





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

princípio da supranacionalidade. O direito da integração ou comunitário. Objeto do direito comunitário. Fontes e princípios do direito comunitário. O princípio da autonomia no direito comunitário. Perspectivas do direito comunitário. Processos de integração na Europa, América do Norte, América Central, América do Sul, na África e na Ásia. **Bibliografia Básica:** Gomes, Eduardo Biacchi. **Direito da Integração Regional** Diálogo entre Jurisdições na América Latina. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502627475. Machado, Diego Pereira. **Direito da União Europeia.** São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online (Saberes Monográficos). Isbn 9788502197947. Ramirez, José Maria Porras. **Integração Supranacional** Dimensões da Proteção Multinível dos Direitos e Sistema de Governo da União Europeia. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788502623446. **Bibliografia Complementar:** Silva, Pedro Sousa E. **Direito Comunitario e Propriedade Industrial : o Princípio do Esgotamento dos Direitos.** Coimbra, Pt: Coimbra Editora, 1996. 261 P. Isbn 972-32-0720-6. Monnet, Jean. **Memorias:** a Construção da Unidade Europeia. Brasília, Df: Ed. Unb, 1986. 472 P. (Itinerários (Ed. Universidade de Brasília)). Isbn 85-230-0038-0. Sayeg, Ricardo Hasson. **Práticas Comerciais Abusivas:** Monopólio X Consumo - Abuso do Poder Econômico ; Responsabilidade Civil e Penal : Brasil, Mercosul, União Européia : Doutrina e Legislação. Bauru, Sp: Edipro, 1995. 302 P. Isbn 8572831312.

- DIREITO CONDOMINIAL: Do condomínio. Do condomínio edilício. Do condomínio de lotes **Bibliografia Básica:** Elias Filho, Rubens Carmo. **Condomínio Edifício** Aspectos de Direito Material e Processual. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522497454. Rizzardo, Arnaldo. **Condomínio Edifício e Incorporação Imobiliária.** 5. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975913. Pereira, Caio Mario da Silva. **Condomínio e Incorporações.** 13. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980986. **Bibliografia Complementar:** Pereira, Caio Mário da Silva. **Condomínio e Incorporações.** 10. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Forense, 2002. 566 P. Isbn 853090172X. Lôbo, Paulo. **Direito Civil** Coisas. 2. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547215477. Tepedino, Gustavo. **Fundamentos de Direito Civil, V. 5** Direitos Reais. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530989613.

- DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO: Noções de Direito Constitucional, constitucionalismo e constituição. Famílias ou tradições constitucionais. Constitucionalismo ocidental e liberal. Constitucionalismo britânico. Constitucionalismo norte-americano. Constitucionalismo francês. Constitucionalismo soviético. Outros sistemas constitucionais. Jurisdição e processo constitucionais comparados. Controle de constitucionalidade. Sistemas políticos, judiciais e mistos. Jurisdição constitucional das liberdades e remédios constitucionais em perspectiva comparativa. **Bibliografia Básica:** Almeida, Carlos Ferreira De. **Introdução ao Direito Comparado.** 2. Ed. Coimbra, Pt: Livraria Almeida, 1998. 169 P. Isbn 972-40-1129-1. World Conference On Procedural Law, 13Th, 2007, Salvador, Ba. **os Processos Coletivos nos Países de Civil Law e Common Law:** Uma Análise de Direito Comparado. 2. Ed. Rev., e Atualizada. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2011. 464 P. Isbn 9788520339039. Silva, José Afonso Da. **um Pouco de Direito Constitucional Comparado.** São Paulo, Sp: Malheiros, 2009. 519 P. Isbn 978-85-742-0890-9. **Bibliografia Complementar:** Martins, Leonardo. **Direito Processual Constitucional Alemão.** São Paulo Atlas 2011 1 Recurso Online Isbn 9788522481149. Mendes, Gilmar Ferreira. **Estado de Direito e Jurisdição Constitucional** 2002/2010. São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502176478. Moraes, Alexandre De. **Jurisdição Constitucional e Tribunais Constitucionais** Garantia Suprema da Constituição. 3. São Paulo Atlas 2013 1





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Recurso Online Isbn 9788522478323.

- DIREITO CONSTITUCIONAL E LITERATURA: Aspectos históricos do direito constitucional e literatura: formação jurídica e literatura no Brasil. Literatura no tempo. Diálogo e interdisciplinaridade: dimensão literária do direito constitucional Bibliografia Básica: Bosi, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 2. Ed. São Paulo, Sp: Cultrix, 1972. 571 P. Streck, Lenio Luiz. **os Modelos de Juiz** Ensaio de Direito e Literatura. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000207. Direito e Literatura. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522478538. Bibliografia Complementar: Constituição Federal Interpretada Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo. 11. São Paulo Manole 2020 1 Recurso Online Isbn 9788520464373. Faoro, Raymundo. **os Donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. 6. Ed. Porto Alegre, Rs: Globo, 1984. 2 V. Cândido, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira**. 4. Ed. São Paulo, Sp: Martins Fontes, S.d.p. 365 P. Personagens ou Pacientes?, V. 2 Mais Clássicos da Literatura Mundial para Refletir sobre a Natureza Humana. Porto Alegre Artmed 2019 1 Recurso Online Isbn 9788582715529.

- DIREITO CONSTITUCIONAL I: Teoria da Constituição. Conceito e classificações das constituições. Histórico das constituições brasileiras. Normas Constitucionais. Eficácia e Aplicabilidade. Poder constituinte. Hermenêutica constitucional. Bibliografia Básica: Tavares, Andre Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 15. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547216962. Sarlet, Ingo Wolfgang. **Curso de Direito Constitucional**. 6. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547217082. Silva, José Afonso Da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 36. Ed., Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Malheiros, 2013. 928 P. Isbn 9788539201600. Bibliografia Complementar: Bonavides, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 19. Ed. Atual. São Paulo, Sp: Malheiros, 2006. 808 P. Isbn 8574207551. Ommati, José Emílio Medauar. **Teoria da Constituição**. 5. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Lumen Juris, 2016. 349 P. Isbn 9788584404322. Helene, Otaviano a M. **Tratamento Estatístico de Dados** em Física Experimental. 2. São Paulo Blucher 1991 1 Recurso Online Isbn 9788521216438.

- DIREITO CONSTITUCIONAL II - DIREITOS FUNDAMENTAIS, SOCIAIS E POLÍTICOS: Direito constitucional positivo brasileiro. Constituição Federal de 1988. Preâmbulo. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Nacionalidade. Direitos políticos e partidos políticos. Constituição e educação ambiental. Bibliografia Básica: Barroso, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo** os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610112. Mendes, Gilmar Ferreira. **Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade** Estudos de Direito Constitucional. 4. São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502134249. Sarlet, Ingo Wolfgang. **Curso de Direito Constitucional**. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610105. Bibliografia Complementar: Bonavides, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 28. Ed. Atual. São Paulo, Sp: Malheiros, 2013. 864 P. Isbn 853920181X. Agra, Walber de Moura. **Curso de Direito Constitucional**. 8. Rio de Janeiro Forense 2014 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-5451-2. Silva, José Afonso Da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 39. Ed., Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Malheiros, 2016. 936 P. Isbn 9788539203185. Tavares, Andre? Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609451. Moraes, Guilherme Peña De. **Curso de Direito Constitucional**. 10. Rio de Janeiro Atlas 2018 1





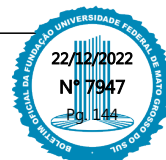
ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Recurso Online Isbn 9788597015805.

- DIREITO CONSTITUCIONAL III - DO ESTADO: Organização do Estado. Intervenção federal. Defesa do Estado e instituições democráticas. Bibliografia Básica: Fernandes, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 9. Ed. Rev., Atual. e Ampl. Salvador, Ba: Juspodivm, 2017. 1719 P. Isbn 9788544214282. Silva, José Afonso Da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 28. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Malheiros, 2007. 928 P. Isbn 9788574207773. Mendes, Gilmar Ferreira. **Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade** Estudos de Direito Constitucional. 4. São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502134249. Bibliografia Complementar: Tavares, Andre Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 15. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547216962. Araujo, Luiz Alberto David; Nunes Junior, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 17. Ed. São Paulo, Sp: Verbatim, 2013. 655 P. Isbn 9788561996789. Vasconcelos, Clever. **Curso de Direito Constitucional**. 4. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547218591. Moraes, Guilherme Peña De. **Curso de Direito Constitucional**. 9. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011678.

- DIREITO CONSTITUCIONAL IV - DOS PODERES: Poder Legislativo. Processo legislativo, direitos humanos e educação ambiental. Poder Executivo. Poder Judiciário. Funções essenciais à Justiça. Bibliografia Básica: Fernandes, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 9. Ed. Rev., Atual. e Ampl. Salvador, Ba: Juspodivm, 2017. 1719 P. Isbn 9788544214282. Silva, José Afonso Da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 28. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Malheiros, 2007. 928 P. Isbn 9788574207773. Mendes, Gilmar Ferreira. **Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade** Estudos de Direito Constitucional. 4. São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502134249. Bibliografia Complementar: Tavares, Andre Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 15. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547216962. Araujo, Luiz Alberto David; Nunes Junior, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 17. Ed. São Paulo, Sp: Verbatim, 2013. 655 P. Isbn 9788561996789. Vasconcelos, Clever. **Curso de Direito Constitucional**. 4. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547218591. Moraes, Guilherme Peña De. **Curso de Direito Constitucional**. 9. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011678.

- DIREITO CONSTITUCIONAL SUBNACIONAL: Direito constitucional e organização do Estado. Estados federais e Estados regionais. Direito Constitucional subnacional e direito constitucional estadual. Subconstitucionalismo e subconstituições. Bibliografia Básica: Barcellos, Ana Paula De. **Curso de Direito Constitucional**. 2. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530983918. Nunes Junior, Flávio Martins Alves. **Curso de Direito Constitucional**. 3. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553611430. Miranda, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. 5. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online (Fora de Série). Isbn 9788530982768. Bibliografia Complementar: Bonavides, Paulo. **Ciência Política**. 20. Ed. São Paulo, Sp: Malheiros, 2013. 550 P. Mendes, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 14. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788553610945. Carvalho, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição : Direito Constitucional Positivo**. 15. Ed. Rev., Atual. e Ampl. Belo Horizonte, Mg: Del Rey, 2009. 1543 P. Isbn 978-85-38400110. Miranda, Jorge. **Formas e Sistemas de Governo**. Rio de Janeiro, Rj: Forense, 2007. X, 276 P. Isbn 978-85-309-2543-7. Motta, Sylvio. **Direito Constitucional**





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Teoria, Jurisprudência e Questões: Atualizado até a Ec Nº 99. 28. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986544.

- DIREITO CONTRATUAL: Noções Gerais e Teoria Fundamental dos Contratos. Classificação, formação e interpretação dos contratos. Relações jurídicas contratuais. Da extinção do contrato. Contratos em espécie: Compra e Venda. Permuta. Da Doação. Bibliografia Básica: Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 3** Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie. 14. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530984014. Callister Jr., William D. **Fundamentos da Ciência e Engenharia de Materiais** Uma Abordagem Integrada. 5. Rio de Janeiro Ltc 2019 1 Recurso Online Isbn 9788521636991. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 4** Contratos. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609536. Bibliografia Complementar: Gomes, Orlando. **Contratos**. 27. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986735. Farias, Cristiano Chaves De; Rosendal, Nelson. **Curso de Direito Civil: Contratos: Teoria Geral e Contratos em Espécies**. 8. Ed. Rev., Atual. e Ampl. Salvador, Ba: Juspodivm, 2018. 1151 P. Isbn 9788544219638. Azevedo, Álvaro Villaça. **Curso de Direito Civil, V. 4** Contratos Típicos e Atípicos. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609710. Frenzel Jr, Louis E. **Fundamentos de Comunicação Eletrônica, V.2** Linhas, Micro-ondas e Antenas. 3. Porto Alegre Amgh 2013 1 Recurso Online Isbn 9788580551563. Carvalho, Maria Auxiliadora De. **Microeconomia Essencial**. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502634534.

- DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Disposições preliminares. Direitos fundamentais. Política de atendimento. Medidas de proteção. Prática e ato infracional. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Conselho Tutelar. Acesso à justiça Bibliografia Básica: Elias, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 4. São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online Isbn 9788502139572. Curso de Direito da Criança e do Adolescente Aspectos Teóricos e Práticos. 12. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553611546. Zapater, Maíra. **Direito da Criança e do Adolescente**. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553613106. Bibliografia Complementar: Ramidoff, Mário Luiz. **Direitos Difusos e Coletivos 4** Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Saberes do Direito 37). Isbn 9788502174221. Araújo Júnior, Gediel Claudino De. **Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597019148. Nucci, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 4. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530979959.

- DIREITO DA PESSOA IDOSA: Direito da pessoa idosa na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional. O Estatuto do idoso. Sistema legal e judicial de proteção ao idoso. Educação para a terceira idade. Bibliografia Básica: Mendes, Gilmar Ferreira. **Manual dos Direitos da Pessoa Idosa**. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788547212247. Garcia, Maria Garcia. **Comentários ao Estatuto do Idoso**. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502634442. Ramos, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de Direito do Idoso**. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788502213968. Bibliografia Complementar: Freitas Junior, Roberto Mendes De. **Direitos e Garantias do Idoso** Doutrina, Jurisprudência e Legislação. 3. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522493814. Gonçalves, Víctor Eduardo Rios. **Legislação Penal Especial** Crimes do Eca, Crimes contra o Consumidor, Crimes contra as Relações de Consumo, Crimes contra a Ordem Tributária, Crimes Ambientais, Crimes do





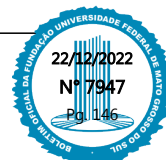
ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Estatuto do Idoso, Crimes Falimentares, Crime Organizado. 16. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V. 24, Tomo 2). Isbn 978655592351. Palma, Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira Da; Almeida, Willian Diego De; Silva, Ariel de Jesus (Org.). **Umí, 4:** Universidade da Melhor Idade : Educação, Conhecimento e Transdisciplinaridade. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2016. 294 P. Isbn 9788576135425.

- DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL: Propriedade Intelectual. Marcas. Patentes. Direitos Autorais. Proteção de Dados. Blockchain. Bibliografia Básica: Paesani, Liliana Minardi. **Manual de Propriedade Intelectual.** 2. Rio de Janeiro Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-970-0368-0. Santos, Manoel J. Pereira Dos; Jabur, Wilson Pinheiro,. **Propriedade Intelectual:** Contratos de Propriedade Industrial e Novas Tecnologias. São Paulo: Saraiva, 2007. 481 P. (Série Gvlaw) Isbn 978-85-02-06604-5 Silveira, Newton. **Propriedade Intelectual** Propriedade Industrial, Direito de Autor, Software, Cultivares, Nome Empresarial, Abuso de Patentes. 5. São Paulo Manole 2014 1 Recurso Online Isbn 9788520448618. Bibliografia Complementar: Mazzanetto, Nathalia. **Arbitragem e Propriedade Intelectual.** São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547219437. Hammes, Bruno Jorge. **o Direito da Propriedade Intelectual.** 2. Ed. São Leopoldo, Rs: Ed. Unisinos, 1998. 410 P. Isbn 85-85580-48-8. Carvalho, Patrícia Luciane De. **Patentes Farmacêuticas e Acesso a Medicamentos.** São Paulo Atlas 2007 1 Recurso Online Isbn 9788522471980. Ahlert, Ivan B. **Patentes** Proteção na Lei de Propriedade Industrial. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online (Soluções Jurídicas). Isbn 9788597021127.

- DIREITO DAS ÁGUAS: Das águas no Código Civil brasileiro. Das águas e a Constituição Federal. Lei de Águas Bibliografia Básica: Amorim, João Alberto Alves. **Direito das Águas** o Regime Jurídico da Água Doce no Direito Internacional e no Direito Brasileiro. 2. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522496891. Granziera, Maria Luiza Machado. **Direito de Águas** Disciplina Jurídica das Águas Doces. 4. Rio de Janeiro Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522491599. Vade Mecum de Direito Marítimo. São Paulo Manole 2015 1 Recurso Online Isbn 9788520451632. Bibliografia Complementar: Gomes, Fábio Luiz. **Direito Internacional** Perspectivas Contemporâneas. São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online Isbn 9788502139640. Brasil; Brasil Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas. **Saneamento Básico e Tratamento de Rejeitos e Resíduos:** Dispositivos Constitucionais Pertinentes, Atos Internacionais - Lei N. 11.445/2007, Leis Ordinárias - Regulamentações, Resoluções do Conama, Índice Geral de Normas Federais. Brasília, Df: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 153P. (Ambiental ; 7). Santos, Daniel Costa Dos. **Saneamento para Gestão Integrada das Águas Urbanas.** Rio de Janeiro: Gen Ltc, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788595154544.

- DIREITO DAS COISAS: Introdução aos Direitos em relação às coisas. Posse. Propriedade. Função socioambiental da propriedade e da posse. Do condomínio. Da multipropriedade. Propriedade resolúvel. Direito de vizinhança. Bibliografia Básica: Monteiro, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil** Direito das Coisas. 44. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502627130. Farias, Cristiano Chaves De; Rosenvald, Nelson. **Curso de Direito Civil:** Direitos Reais : Volume 5. 8. Ed. Rev., Ampl. e Atual. Salvador, Ba: Juspodivm, 2012. 988 P. Isbn 857761459X. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V.5** Direito das Coisas. 12. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547213039. Bibliografia Complementar: Venosa, Sílvio de Salvo. **Código Civil Comentado, V.12** Direito





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

das Coisas, Posse, Direitos Reais, Propriedade, Artigos 1.196 a 1.368. São Paulo Atlas 2003 1 Recurso Online Isbn 9788522477036. Pereira, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil, V.4** Direitos Reais. 25. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974596. Lisboa, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil, V. 4** Direitos Reais e Direitos Intelectuais. 7. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online Isbn 9788502201231.

- DIREITO DAS OBRIGAÇÕES: Teoria geral das obrigações. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Bibliografia Básica: Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V.2** Teoria Geral das Obrigações. 14. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547212940. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V.2** Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil. 12. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530974091. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 2** Obrigações. 18. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547217211. Bibliografia Complementar: Machado, Antônio Cláudio da Costa; Chinellato, Silmara Juny. **Código Civil Interpretado**: Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo. 6. Ed. Barueri, Sp: Manole, 2013 1709 P. Isbn 978-85-204-3590-8. Diniz, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro, Volume 3**: Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais. 34. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2018. 928 P. Isbn 9788547223595. Farias, Cristiano Chaves De; Rosendal, Nelson. **Curso de Direito Civil: Direito das Obrigações : Volume 2**. 6. Ed. Rev., Ampl. e Atual. Salvador, Ba: Juspodivm, 2012. 652 P. Isbn 8577614581. Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos : Volume 2**. 3. Ed. São Paulo, Sp: Atlas, 2003. 636 P. Isbn 8522433100. Tepedino, Gustavo. **Obrigações**: Estudos na Perspectiva Civil-constitucional. Rio de Janeiro, Rj: Renovar, 2005. 562 P. Isbn 85-7147-514-8.

- DIREITO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: Retrospectiva histórica das organizações internacionais. Conceito e funções. Personalidade jurídica. Composição e estrutura. Princípios jurídicos. Relacionamento com os Estados membros e com os Estados não membros. Sistema da ONU. Organizações internacionais regionais. Relações entre organizações internacionais para a manutenção da paz. Responsabilidade internacional. Bibliografia Básica: Trindade, Antônio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais**. 6. Ed. Rev., Atual. e Ampl. Belo Horizonte, Mg: Del Rey, 2014. Lvi, 846 P. Isbn 9788538403678. Oliveira, Odete Maria de (Org.). **Organizações Internacionais e seus Dilemas Formais e Informais**: a Construção da Arquitetura de Resistência Global. Ijuí, Rs: Ed. Unijuí, 2012. 661 P. (Coleção Relações Internacionais e Globalização ; 38). Isbn 9788541900089. Cretella Neto, José. **Teoria Geral das Organizações Internacionais**. 3. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online Isbn 9788502201293. Bibliografia Complementar: Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 13. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530990442. Almeida, Paula Wojcikiewicz; Barretto, Rafael Zelesco. **Direito das Organizações Internacionais**: Casos e Problemas. Rio de Janeiro, Rj: Fgv Ed., 2014. 830 P. Isbn 9788522514793. Campos, João Luiz Mota de (Coord.). **Organizações Internacionais**: Teoria Geral: Estudo Monográfico das Principais Organizações Internacionais de que Portugal É Membro. 3. Ed. Lisboa, Pt: Juruá Ed., 2012. 607 P. Isbn 978-85-362-1836-6.

- DIREITO DAS SUCESSÕES: Princípios gerais do direito sucessório. Sucessão legítima testamentária. Inventário e partilha. Sonogados. Colações. Bibliografia Básica: Nader, Paulo. **Curso de Direito Civil, V.6** Direito das Sucessões. 7. Rio de





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530968748. Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V.6** Sucessões. 17. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597009835. Diniz, Maria Helena. **Direito das Sucessões**. 21. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Saraiva, 2007. Xii, 431 P. (Curso de Direito Civil Brasileiro ; V. 6). Isbn 978-85-020-5995-5. **Bibliografia Complementar:** Hironaka, Giselda Maria Fernandes Novaes; Tartuce, Flávio; Simão, José Fernando. **Direito de Família e das Sucessões:** Temas Atuais. Rio de Janeiro, RJ: Forense, São Paulo, Sp: Método, 2009. 569 P. Isbn 9788530929862. Scalquette, Ana Claudia Silva. **Família e Sucessões**. 7. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522494132. Dias, Maria Berenice. **Manual das Sucessões**. 4. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2015. 708 P. Isbn 9788520361030.

- DIREITO DE FAMÍLIA: Direito de família: conceito, origem, evolução, concepção moderna e princípios constitucionais. Direito Matrimonial. Regime de bens. Dissolução da sociedade conjugal. União estável. Relações de parentesco. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Adoção. Poder familiar. Tutela. Curatela. Tomada de Decisão Apoiada. Alimentos. **Bibliografia Básica:** Freitas, Douglas Phillips. **Alimentos Gravídicos** Comentários à Lei 11.804/2008. 3. Rio de Janeiro Forense 2011 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-4200-7. Oliveira Filho, Bertoldo Mateus De. **Direito de Família:** Aspectos Sociojurídicos do Casamento, União Estável e Entidades Familiares. São Paulo: Atlas, 2011. 156 P. Isbn 978-85-224-6128-8 Cezarferreira, Verônica A. da Motta. **Guarda Compartilhada** Uma Visão Psicojurídica. Porto Alegre Artmed 2016 1 Recurso Online Isbn 9788582713334. **Bibliografia Complementar:** Silva, Regina Beatriz Tavares Da. **Divórcio e Separação** após a Ec N. 66/2010. 2. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online Isbn 9788502172074. Cassettari, Christiano. **Multiparentalidade e Parentalidade Socioafetiva Efeitos Jurídicos**. 3. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597010602. Ferraz, Ana Cláudia Brandão de Barros Correia. **Reprodução Humana Assistida e suas Consequências nas Relações de Família:** a Filiação e a Origem Genética sob a Perspectiva da Repersonalização. Curitiba, Pr: Juruá Ed., 2010. 235 P. Isbn 978-85-362-2698-9.

- DIREITO DESPORTIVO: História do Desporto e do Direito Desportivo. Fundamentos, Constituição Federal, Lei Geral sobre o Desporto. Entidades de Prática Desportiva. A Justiça Desportiva e CBJD. Estatuto de Defesa do Torcedor. Contratos desportivos (civis e trabalhistas). Direito Desportivo Internacional. Direito tributário desportivo. Direito Penal Desportivo **Bibliografia Básica:** Fontoura, Rodrigo Brandão. **Contratos de Prestação de Serviços e Mitigação de Riscos**. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000245. Direito Desportivo. Campinas, Sp: Mizuno, 2000. 576 P. Isbn 85-86557-19-6. Malina, André; Cesario, Sebastiana (Org.). **Esporte:** Fator de Integração e Inclusão Social? Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2009. 164 P. Isbn 9788576132219. **Bibliografia Complementar:** Ustároz, Daniel. **Contratos em Espécie**. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597001068. Cárnio, Thaís Cíntia. **Contratos Internacionais** Teoria e Prática. São Paulo Atlas 2009 1 Recurso Online Isbn 9788522474103. Cristiano Caús. **Direito Aplicado à Gestão do Esporte**. Trevisan Editora - 2014 299 Isbn 9788599519561.

- DIREITO DE TRÂNSITO: O Código de Trânsito Brasileiro. Responsabilidade civil no trânsito. Sistema administrativo do trânsito. Segurança no trânsito **Bibliografia Básica:** Capez, Fernando. **Aspectos Criminais do Código de Trânsito**. 3. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502618619. Almeida Sobrinho, José. **Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro**. Rio de Janeiro Forense





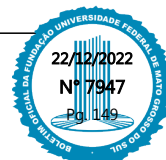
ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

2012 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-4440-7. Gonçalves, Victor Eduardo Rios. **Legislação Penal Especial:** Crimes Hediondos, Drogas, Terrorismo, Tortura, Armas de Fogo, Contravenções Penais, Crimes de Trânsito. 16. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. (Sinopses Jurídicas, V. 24, Tomo 2). Isbn 978655592290. Bibliografia Complementar: Mitidiero, Nei Pires. **Crimes de Trânsito e Crimes de Circulação Extratransito** Comentários à Parte Penal do Código de Trânsito Brasileiro. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502225299. Marcão, Renato. **Crimes de Trânsito.** 6. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547223991. Polastri, Marcellus. **Crimes de Trânsito** Aspectos Penais e Processuais. 2. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522497102.

- DIREITO DE VIZINHANÇA: Do uso anormal da propriedade. Das árvores limítrofes. Da passagem forçada. Da passagem de cabos e tubulações. Do limite entre prédios e do direito de tapagem. Do direito de construir Bibliografia Básica: Venosa, Sílvio de Salvo. **Código Civil Comentado, V.12** Direito das Coisas, Posse, Direitos Reais, Propriedade, Artigos 1.196 a 1.368. São Paulo Atlas 2003 1 Recurso Online Isbn 9788522477036. Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 4** Direitos Reais. 19. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597020854. Venosa, Sílvio de Salvo. **Código Civil Comentado, V.12** Direito das Coisas, Posse, Direitos Reais, Propriedade, Artigos 1.196 a 1.368. São Paulo Atlas 2003 1 Recurso Online Isbn 9788522477036. Bibliografia Complementar: Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 4** Direitos das Coisas. 10. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530978211. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil 3 Esquemático.** 4. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547211530. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V.5** Direito das Coisas. 12. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547213039.

- DIREITO DIGITAL E PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO: Introdução ao direito eletrônico. Questões constitucionais em direito eletrônico. Crimes eletrônicos. Responsabilidade civil na informática. Contratos eletrônicos. Propriedade imaterial no direito eletrônico. Processo judicial eletrônico. Bibliografia Básica: Teixeira, Tarcísio. **Curso de Direito e Processo Eletrônico** Doutrina, Jurisprudência e Prática. 3. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502628069. Fiorillo, Celso Antônio Pacheco. **Princípios Constitucionais do Direito da Sociedade da Informação** a Tutela Jurídica do Meio Ambiente Digital. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502230644. Abrão, Carlos Henrique. **Processo Eletrônico** Processo Digital. 5. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011784. Bibliografia Complementar: Peck, Patricia. **Direito Digital.** 6. São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online Isbn 9788502635647. De Lucca, Newton; Simão Filho, Adalberto (Coord.). **Direito & Internet:** Vol. II : Aspectos Jurídicos Relevantes. São Paulo, Sp: Quartier Latin, 2008. 718 P. Isbn 9788576743027. O Direito na Sociedade da Informação III a Evolução do Direito Digital, V.3. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522482139.

- DIREITO DIGITAL E TECNOLÓGICO: Sociedade da informação. Direito e tecnologias emergentes. Regulação da Internet: Lei dos Crimes Informáticos; Lei de Acesso à Informação; Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Regulação de Aplicações inovadoras: Criptomoedas, Big Data e Inteligência Artificial no Direito. Responsabilidade Civil e Penal no direito digital. Relações entre ciência e tecnologia e sociedade e ética. Bibliografia Básica: Peck, Patricia. **Direito Digital.** 6. São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online Isbn 9788502635647. Direito Privado e Internet Atualizado pela Lei Nº 12.965/2014. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522490486. Pinheiro, Patrícia Peck. **Proteção de Dados**





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Pessoais Comentários à Lei N. 13.709/2018 (Lgpd). São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553608324. **Bibliografia Complementar:** Carmargo, Liriane Soares de Araujo De. **Arquitetura da Informação** Uma Abordagem Prática. Rio de Janeiro Ltc 2011 1 Recurso Online Isbn 978-85-216-2094-5. Teixeira, Tarcísio. **Comércio Eletrônico Conforme o Marco Civil da Internet e a Regulamentação do E-commerce no Brasil.** São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502622494. O Direito na Sociedade da Informação III a Evolução do Direito Digital, V.3. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522482139. Fiorillo, Celso Antônio Pacheco. **o Marco Civil da Internet e o Meio Ambiente Digital na Sociedade da Informação** Comentários à Lei N. 12.965/2014. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502627741. Bioni, Bruno Ricardo. **Proteção de Dados Pessoais** a Função e os Limites do Consentimento. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530983291.

- DIREITO DO CONSUMIDOR: Direitos básicos do consumidor. Conceito e princípios no Código de Defesa do Consumidor. Os contratos na relação de consumo. Esferas de responsabilização e sanções no CDC. Proteção do consumidor em juízo. O sistema nacional de defesa do consumidor **Bibliografia Básica:** Nunes, Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor.** 11. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547217037. Filomeno, José Geraldo Brito. **Curso Fundamental de Direito do Consumidor.** 3. São Paulo Atlas 1 Recurso Online Isbn 9788522490653. Khouri, Paulo Roberto Roque Antonio. **Direito do Consumidor** Contratos, Responsabilidade Civil e Defesa do Consumidor em Juízo. 6. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522486472. **Bibliografia Complementar:** Bolzan, Fabrício. **Direito do Consumidor Esquemático.** 5. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547217600. Theodoro Júnior, Humberto. **Direitos do Consumidor.** 9. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976828. Almeida, João. **Manual de Direito do Consumidor.** 6. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502616844.

- DIREITO DOS ANIMAIS: Aspectos filosóficos e históricos sobre o estatuto jurídico dos animais não-humanos. Diferença entre as correntes de proteção animal: de "direitos dos animais" e "bem-estar animal". Relação entre o movimento dos direitos dos animais com outros movimentos de justiça social. Normas de proteção animal. Relação entre direitos e deveres fundamentais de proteção do animal não-humano. Animais como sujeito de direitos. **Bibliografia Básica:** Souza, Luiz Antonio De. **Direitos Difusos e Coletivos.** 6. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online (Oab Nacional). Isbn 9788502226210. Durand, Guy. **Introdução Geral à Bioética:** História, Conceitos e Instrumentos. 5. Ed. São Paulo, Sp: Ed. Centro Universitário São Camilo, Loyola, 2014. 431 P. Isbn 9788515025787. Leite, José Rubens Morato. **Manual de Direito Ambiental.** São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502622524. **Bibliografia Complementar:** Molinaro, Carlos Alberto. **a Dignidade da Vida e os Direitos Fundamentais para Além dos Humanos:** Uma Discussão Necessária. Belo Horizonte, Mg: Fórum, 2008. 542 P. (Coleção Fórum de Direitos Fundamentais ; 3). Isbn 978-85-7700-120-0. May, Peter Herman. **Economia do Meio Ambiente:** Teoria e Prática. 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Elsevier, 2010. 379 P. Isbn 978-85-352-3765-8. Namba, Edison Tetsuzo. **Manual de Bioética e Biodireito.** 2. Ed. Ampl., Atual. e Rev. São Paulo, Sp: Atlas, 2015. X, 248 P. Isbn 9788522495603.

- DIREITO DOS POVOS: Direito à diversidade. Direito dos idosos. Direito dos índios. Direito da pessoa com deficiência. Direito do preso (recluso). Direito dos estrangeiros. Direito das minorias religiosas. Direito e relações étnico-raciais.





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Bibliografia Básica: Ramos, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de Direito do Idoso.** São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788502213968. Ferraz, Carolina Valença. **Direito à Diversidade.** São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522496532. Direitos da Infância, Juventude, Idoso e Pessoas com Deficiência. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522486021. **Bibliografia Complementar:** Urquiza, Antonio Hilário Aguilera; Prado, José Henrique; Fernandes, Saulo Conde (Org.). **Antropologias em Mato Grosso do Sul: Povos Tradicionais na Contemporaneidade.** Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2018. 413 P. Isbn 9788576135760. Direitos Humanos e Diversidade. Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595028012. Ricardo, Beto; Ricardo, Fany (Ed.). **Povos Indígenas do Brasil: 2011-2016.** São Paulo, Sp: Instituto Socioambiental, 2017. 827 P. Isbn 97885994853. Ramos, Alcida Rita. **Sociedade Indígenas.** São Paulo, Sp: Atica, 1986. 96 P. (Princípios 59). Piovesan, Flavia. **Temas de Direitos Humanos.** 9. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2016. 662 P. Isbn 9788547203009.

- DIREITO DO TRABALHO I: Surgimento do Direito do Trabalho no Brasil e no Mundo. O Direito do Trabalho em transformação. Teoria do Direito do Trabalho. Direitos Humanos nas relações de trabalho. Direito Coletivo do Trabalho: liberdade e autonomia sindical; negociação coletiva de trabalho; Greve e lockout. Dissídio coletivo e sentença normativa. Direito Individual do Trabalho: contrato de trabalho, características, classificação, sujeitos. **Bibliografia Básica:** Martinez, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho** Relac?O?Es Individuais, Sindicais e Coletivas do Trabalho. 10. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610129. Jorge Neto, Francisco Ferreira. **Direito do Trabalho.** 9. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597018974. Seabra, Antonio. **Utilizando Eletrônica com Ao, Scr, Triac, Ujt, Put, C.i 555, Ldr, Led, Igbt e Fet de Potência.** 2. São Paulo Erica 2012 1 Recurso Online Isbn 9788536520469. **Bibliografia Complementar:** Redinz, Marco Antonio. **Contratos Trabalhistas na Prática** um Guia de Acordo com a Reforma Trabalhista. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610075. Barroso, Luís Roberto. **o Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro.** 8. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553611959. Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Controle Jurisdicional da Convencionalidade das Leis.** 5. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530982195. Calvo, Adriana. **Manual de Direito do Trabalho.** 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553611287.

- DIREITO DO TRABALHO II: Direito individual do trabalho: duração do trabalho; férias; remuneração e salário; alteração, suspensão, interrupção e terminação do contrato de trabalho; estabilidade, indenizações e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Prescrição e Decadência. Meio ambiente do trabalho: segurança e higiene do trabalho; ergonomia, insalubridade e periculosidade. **Bibliografia Básica:** Martinez, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho** Relac?O?Es Individuais, Sindicais e Coletivas do Trabalho. 10. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610129. Jorge Neto, Francisco Ferreira. **Direito do Trabalho.** 9. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597018974. Seabra, Antonio. **Utilizando Eletrônica com Ao, Scr, Triac, Ujt, Put, C.i 555, Ldr, Led, Igbt e Fet de Potência.** 2. São Paulo Erica 2012 1 Recurso Online Isbn 9788536520469. **Bibliografia Complementar:** Redinz, Marco Antonio. **Contratos Trabalhistas na Prática** um Guia de Acordo com a Reforma Trabalhista. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610075. Barroso, Luís Roberto. **o Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro.** 8. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553611959. Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Controle Jurisdicional da Convencionalidade das Leis.** 5. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Isbn 9788530982195. Calvo, Adriana. **Manual de Direito do Trabalho.** 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553611287.

- DIREITO E CIDADE: Direito à cidade. Função social da propriedade urbana. Plano diretor. Mecanismos de intervenção urbana e regularização fundiária. Parcelamento do solo urbano. A cidade como promotora de cidadania. A cidade e suas barreiras: formas de inclusão. Bibliografia Básica: Carvalho Filho, José dos Santos. **Comentários ao Estatuto da Cidade.** 5ª. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522476862. Fiorillo, Celso Antônio Pacheco. **Estatuto da Cidade Comentado** Lei N. 10.257/2001 : Lei do Meio Ambiente Artificial, 6ª Edição. 6. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502213906. Brasil.; Ramez, Tebet. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata.** Brasília, Df: Senado Federal, 2002. 92 P. Bibliografia Complementar: Silva, José Afonso Da. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo, Malheiros Editores, 2. Ed.1995. Mukai, Toshio. **Direito Urbano-ambiental Brasileiro.** 2. Ed. São Paulo, Sp: Dialética, 2002. 351 P. Isbn 85-7500-046-2. Cândido, Antônio. **o Discurso e a Cidade.** São Paulo, Sp: Duas Cidades, 1993. 316 P. Mukai, Toshio. **o Estatuto da Cidade** Anotações à Lei N. 10.257, de 10/7/2001. 3. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online Isbn 9788502182653. Santos Júnior, Orlando Alves Dos; Montandon, Daniel Todtmann (Org.). **os Planos Diretores Municipais Pós-estatuto da Cidade:** Balanço Crítico e Perspectivas. Rio de Janeiro, Rj: Observatório das Metrôpoles, 2011. 295 P. Isbn 9788577850891.

- DIREITO ECONOMICO E CONCORRENCIAL: Direito Constitucional Econômico e Políticas Públicas. A Ordem Econômica na Constituição Federal. Regulação Econômico Social e Exploração direta da Atividade Econômica pelo Estado. Direito da Concorrência. Bibliografia Básica: Rebêlo, Felipe Cesar José Matos. **Atividade Econômica e Publicidade Comparativa** a Defesa do Consumidor e da Concorrência. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522474721. Cretella Neto, José. **Curso de Direito Internacional Econômico.** São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online Isbn 9788502179660. Frazão, Ana. **Direito da Concorrência.** São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547219611. Bibliografia Complementar: Bagnoli, Vicente. **Comentários à Nova Lei de Defesa da Concorrência.** Rio de Janeiro Método 2012 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-4324-0. Tavares, Andre Ramos. **Direito Constitucional Econômico.** 3ª. Rio de Janeiro Método 2011 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-4775-0. Fonseca, João Bosco Leopoldino Da. **Direito Econômico.** 9. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974497.

- DIREITO E EDUCAÇÃO: As relações entre Direito e Educação. Legislação como etapa e como parte do Direito Educacional. Educação como direito subjetivo. Direito e Educação Especial. Pesquisa na jurisprudência administrativa e judiciária. A Educação nos tribunais. Bibliografia Básica: Sousa, Eliane Ferreira De. **Direito à Educação** Requisito para o Desenvolvimento do País. São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online (ldp). Isbn 9788502146655. Toledo, Margot De. **Direito Educacional.** São Paulo Cengage Learning 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522122479. Bittar, Carla Bianca. **Educação e Direitos Humanos no Brasil.** São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502213005. Bibliografia Complementar: Moll, Jaqueline. **Caminhos da Educação Integral no Brasil** Direito a Outros Tempos e Espaços Educativos. Porto Alegre Penso 2012 1 Recurso Online Isbn 9788563899637. Rayo, José Tuvilla. **Educação em Direitos Humanos** Rumo a Uma Perspectiva Global. 2. Porto Alegre Artmed 2013 1 Recurso Online Isbn 9788536317779. Menegat, Alzira Salete; Pereira, Veronica Aparecida.





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

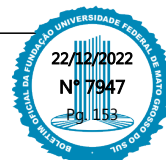
Movimentos Sociais em Rede de Diálogos: Assentamentos Rurais, Educação e Direitos Humanos. Dourados, Ms: Ed. Ufgd, 2013 288 P. Isbn 978-85-8147-038-2.

- DIREITO E ESTADO: Poder político e liberdade. Institucionalização do poder político. Sociedade e Estado. O Estado e seus elementos constitutivos. Globalização e soberania. Estado e direito: legitimidade e legalidade. O exercício do poder político. Representação política: modelos e institutos. Formas de Estado: centralização e descentralização política. Formas e sistemas de governo **Bibliografia Básica:** Pinto, Kleber Couto. **Curso de Teoria Geral do Estado** Fundamento do Direito Constitucional Positivo. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522480616. Zippelius, Reinhold. **Linha de Direito Comparado** Teoria Geral do Estado. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788502617995. Filomeno, José Geraldo Brito. **Teoria Geral do Estado e da Constituição.** 10. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530971656. **Bibliografia Complementar:** Sieyès, Abade. **Exposição Refletida dos Direitos do Homem e do Cidadão, V.1.** 2. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522499892. Acquaviva, Marcus Cláudio. **Teoria Geral do Estado.** 3. São Paulo Manole 2010 1 Recurso Online Isbn 9788520442227. Maluf, Sahid. **Teoria Geral do Estado.** 33. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547216993. Maluf, Sahid. **Teoria Geral do Estado.** 34. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553600571.

- DIREITO E HANNAH ARENDT: O CASO EICHMANN: Banalidade do mal. Julgamento de Eichmann. Posição de Hannah Arendt. **Bibliografia Básica:** Arendt, Hannah. **Escritos Judaicos.** Barueri: Manole, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788520457801. Correia, Adriano. **Hannah Arendt.** Rio de Janeiro Zahar 2007 1 Recurso Online Isbn 9788537805664. Arendt, Hannah. **a Condição Humana.** 13. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788530991937. **Bibliografia Complementar:** Dicionário Hannah Arendt. São Paulo: Grupo Almedina, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9788562938511. Bernstein, Richard. **por que Ler Hannah Arendt Hoje?.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786559641871. Luciano Oliveira. **10 Lições sobre Hannah Arendt.** Editora Vozes, 2012. 144 P. Isbn 9788532643865.

- DIREITO ELEITORAL: Direito eleitoral: conceito, fontes e princípios. Democracia e direitos políticos. Capacidade eleitoral. Alistabilidade, elegibilidade, inelegibilidade. Alistamento e voto. Partidos políticos. Justiça Eleitoral. Ministério Público Eleitoral. Sistema eleitoral. Eleições e campanhas eleitorais. Financiamento das campanhas eleitorais e prestação de contas. Pesquisas eleitorais e propaganda eleitoral. Votação, eleição e nulidades. Infrações eleitorais. Panorama do processo eleitoral. **Bibliografia Básica:** Gomes, José Jairo. **Direito Eleitoral.** 13. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011692. Chimenti, Ricardo Cunha. **Direito Eleitoral.** 7. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 29"). Isbn 9788547217501. Pereira, Erick Wilson. **Direito Eleitoral** Interpretação e Aplicação das Normas Constitucionais, Eleitorais. São Paulo Saraiva 2009 1 Recurso Online Isbn 9788502152342. **Bibliografia Complementar:** Cerqueira, Thales Tácito. **Direito Eleitoral Esquemático.** 5. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Esquemático). Isbn 9788502624702. Maquiavel, Nicolau. **o Príncipe.** São Paulo Blucher 2020 1 Recurso Online Isbn 9788521219507. Lunardi, Fabrício Castagna. **o Stf na Política e a Política no Stf** Poderes, Pactos e Impactos para a Democracia. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788553618347.

- DIREITO EMPRESARIAL I: Formação histórica do direito comercial, sua autonomia





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

e fontes. Teoria geral do direito empresarial. Direito societário: sociedades não personificadas (em comum e em conta de participação) e sociedades personificadas (simples, em nome coletivo e em comandita simples e sociedade limitada). **Bibliografia Básica:** Ramos, Andre Luis Santa Cruz. **Direito Empresarial**. 7. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975388. Bruscato, Wilges. **Manual de Direito Empresarial Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2011. 758 P. Isbn 978-85-02-09623-3. Mamede, Gladston. **Teoria Geral dos Contratos**. São Paulo, Sp: Atlas, 2010. 476 P. (Direito Empresarial Brasileiro, 5). Isbn 9788522460090. **Bibliografia Complementar:** Tomazette, Marlon. **Curso de Direito Empresarial, V.1** Teoria Geral e Direito Societário. 8. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011203. Chagas, Edilson Eneidino Das. **Direito Empresarial Esquemático**. 4. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547211561. Sanchez, Alessandro. **Direito Empresarial I** Teoria Geral do Direito Empresarial, Concorrência e Propriedade Intelectual. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Saberes do Direito 27). Isbn 9788502177314.

- DIREITO EMPRESARIAL II: Sociedade anônima (evolução histórica, mercado de capitais e CVM, valores mobiliários, órgão societários e resultados sociais). Títulos de crédito (teoria geral, letra de câmbio, nota promissória, cheque e duplicata mercantil). Contratos mercantis (aspectos gerais). **Bibliografia Básica:** Mamede, Gladston. **Direito Societário** Sociedades Simples e Empresárias: Direito Empresarial Brasileiro. 11. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597019063. Fazzio Junior, Valdo. **Manual de Direito Comercial**. 20. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597020366. Coelho, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial: Direito de Empresa**. 26. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2014. 552 P. Isbn 9788502216518. **Bibliografia Complementar:** Mamede, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro** Empresa e Atuação Empresarial. 10. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597014440. Bruscato, Wilges. **Manual de Direito Empresarial Brasileiro**. São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online Isbn 9788502113756. Salomão Filho, Calixto. **o Novo Direito Societário** Eficácia e Sustentabilidade. 5. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn 9788553611522.

- DIREITO EMPRESARIAL III: Teoria geral do direito falimentar. Da recuperação judicial (parte geral, do pedido e do processamento da recuperação judicial, do plano e do procedimento da recuperação judicial e do plano especial da recuperação judicial). Da falência. **Bibliografia Básica:** Negrão, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa, V. 3** Recuperação de Empresas, Falência e Procedimentos Concursais Administrativos. 13. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610051. Mamede, Gladston. **Direito Empresarial Brasileiro, V.4** Falência e Recuperação de Empresas. 8. São Paulo Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597007923. Salomão, Luis Felipe. **Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência** Teoria e Prática. 3. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976651. **Bibliografia Complementar:** Campinho, Sergio. **Curso de Direito Comercial** Falência e Recuperação de Empresa. 9. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547223212. Tomazette, Marlon. **Curso de Direito Empresarial, V. 3** Falência e Recuperação de Empresas. 7. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609178. Santa Cruz, André. **Direito Empresarial, Volume Único**. 10. Rio de Janeiro Método 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530990343.

- DIREITO E PODER: Direito, poder e legitimidade. O direito como regulação dos sistemas em sociedades diferenciadas. Poder disciplinar e violência. Poder simbólico





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

e campo jurídico. Poder administrativo, poder social e poder comunicativo. Cidadania ativa e poder. Formas de democracia. Direito e poder global **Bibliografia Básica:** Bonavides, Paulo. **Ciência Política.** 10. Ed. São Paulo, Sp: Malheiros, 2003. 498 P. Isbn 8574200239. D'urso, Flavia. **a Crise da Representação Política do Estado** Perspectivas da Soberania em Carl Schmitt, Michel Foucault e Giorgio Agamben. São Paulo Minha Editora 2016 1 Recurso Online Isbn 9788520452271. Bobbio, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade:** para Uma Teoria Geral da Política. Rio de Janeiro, Rj: Paz e Terra, 1987-2012. 173 P. (Coleção Pensamento Crítico ; 69). Isbn 9788577530175. **Bibliografia Complementar:** Martins, Estevão C. de Rezende. **Cultura e Poder.** 2. São Paulo Saraiva 2003 1 Recurso Online Isbn 9788502110717. Pinho, Rodrigo César Rebelo. **da Organização, do Estado, dos Poderes, e Histórico das Constituições.** 16. São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 18"). Isbn 9788547210458. Ommati, José Emílio Medauar. **Teoria da Constituição.** 5. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Lumen Juris, 2016. 349 P. Isbn 9788584404322. Bobbio, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico.** São Paulo, Sp: Edipro, 2011. 175 P. Isbn 9788572837514.

- DIREITO E SAÚDE: Sistema único de saúde. Direito fundamental à saúde. Saúde e iniciativa privada. Negócios jurídicos afetos à saúde. Noções de responsabilidade civil. A responsabilidade civil do profissional da saúde. A judicialização da saúde **Bibliografia Básica:** Direito e Medicina. Rio de Janeiro Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-970-0271-3. Bottesini, Maury Ângelo. **Lei dos Planos e Seguros de Saúde Comentada** Artigo por Artigo. 3. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6415-3. Cavalieri Filho, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil.** 12. Rio de Janeiro Grupo Gen 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000764. **Bibliografia Complementar:** Borges, Gustavo. **Erro Médico nas Cirurgias Plásticas.** São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522489534. Bucci, Maria Paula Dallari. **Judicialização da Saúde.** São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547211295. Melo, Nehemias Domingos De. **Responsabilidade Civil por Erro Médico** Doutrina e Jurisprudência. 3. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522493340.

- DIREITO FINANCEIRO: Conceito, Fontes e Princípios. Orçamento Público. Receita Pública. Despesa Pública. Crédito Público. Controle da Atividade Financeira do Estado. **Bibliografia Básica:** Martins, Ives Gandra da Silva. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal.** São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502230484. Abraham, Marcus. **Curso de Direito Financeiro Brasileiro.** 4. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974794. Carneiro, Claudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro.** 6. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502626859. **Bibliografia Complementar:** Squizzato, Ana Carolina. **Direito Financeiro e Econômico.** São Paulo Método 2013 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-4683-8. Piscitelli, Tathiane. **Direito Financeiro Esquemático.** 5. Rio de Janeiro Método 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6287-6. Harada, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário.** 26. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011067.

- DIREITO IMOBILIÁRIO: Propriedade urbana e função social. Mecanismos de inclusão social. Contratos de financiamento imobiliário: sistema financeiro de habitação. Alienação fiduciária. Proteção do consumidor imobiliário. Vícios e defeitos do imóvel. Novos modelos de propriedade imóvel **Bibliografia Básica:** Guilherme, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Comentários à Lei de Locações** Lei N. 8.245, de 18 de Outubro de 1991. São Paulo Manole 2017 1 Recurso Online Isbn 9788520454824. Scavone Junior, Luiz Antonio. **Direito Imobiliário** Teoria e





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Prática. 12. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975531. Araújo Júnior, Gediel Claudino De. **Prática de Locação**. 7. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597008579. Bibliografia Complementar: Pacheco, José da Silva. **Questões de Direito Imobiliário**. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 1998. 564 P. Isbn 85-7147-104-5. Junqueira, Gabriel J. P. **Teoria e Prática do Direito Imobiliário : Aquisição, Perda, Defesa, Ações**. 2. Ed. Bauru, Sp: Edipro, 1997. 234 P. Isbn 85-7283-184-3. Aghiarian, Hercules. **Curso de Direito Imobiliário**. 12. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000337.

- DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO: Evolução histórica do direito humanitário. Conceito, propósitos, objetivos e princípios. Âmbito de aplicação. Tratados e normas básicas. Intervenção humanitária. Atuação das Nações Unidas e organizações regionais. Responsabilidade de proteger. Bibliografia Básica: Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. 5. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980436. Sousa, Mônica Teresa Costa. **Direito Internacional Humanitário**. 2. Ed. Rev. e Atual. Curitiba, Pr: Juruá Ed., 2011. 206 P. (Biblioteca de Direito Internacional). Isbn 978-85-362-1488-7. Cinelli, Carlos Frederico. **Direito Internacional Humanitário: Ética e Legitimidade na Aplicação da Força em Conflitos Armados**. Curitiba, Pr: Juruá Ed., 2011. 312 P. Isbn 9788536233185. Bibliografia Complementar: Bouchet-saulnier, Françoise. **Dicionário Prático do Direito Humanitário**. Lisboa, Pt: Instituto Piaget, 1998. 545 P. Isbn 9727717489. Facciolli, Angêlo Fernando. **Direito Internacional Humanitário, Volume I: Guerras e Conflitos Armados**. Curitiba, Pr: Juruá Ed., 2015. 259 P. Isbn 9788536253237. Pereira, Gustavo Oliveira de Lima. **Direitos Humanos e Hospitalidade a Proteção Internacional para Apátridas e Refugiados**. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522490738.

- DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: Objetos, fontes normativas e estruturas do direito internacional privado. Preceitos básicos e princípios gerais de direito processual civil internacional. Homologação de sentença estrangeira. Cooperação judiciária internacional. Direito Internacional Privado, educação ambiental e Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Privado**. 4. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985448. Rechsteiner, Beat Walter. **Direito Internacional Privado Teoria e Prática**. 20. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553608225. Basso, Maristela. **Curso de Direito Internacional Privado**. 6. São Paulo: Atlas, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788597023060. Bibliografia Complementar: Tavora, Fabiano. **Direito Internacional Público, Privado e Comercial**. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 33"). Isbn 9788553601387. Dolinger, Jacob. **Direito Internacional Privado**. 14. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980740. Basso, Maristela. **Curso de Direito Internacional Privado**. 2. Ed. Rev. e Atual. Conforme a Lei N. 12.376/2010. São Paulo, Sp: Atlas, 2011. Xviii, 388 P. Isbn 9788522462933. Dolinger, Jacob. **Direito Internacional Privado: (Parte Especial) : Direito Civil Internacional, Volume II : Contratos e Obrigações no Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2007. 575 P. Isbn 9788571476202.

- DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: Estudo do direito internacional: compreendendo as clássicas divisões entre o direito internacional público (DIP) e o direito internacional privado (DIPr). Fontes do direito internacional público: sujeitos, negociadores e efeito. Personalidade internacional; nacionalidade e condição jurídica do estrangeiro; proteção internacional dos direitos humanos. Direito internacional do meio ambiente e educação ambiental; Refugiados ambientais. Organizações





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

internacionais universais e as de integração regional; domínio público internacional. **Bibliografia Básica:** Varella, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público.** 7. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547229344. Piovesan, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 18. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553600274. Accioly, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público.** 24. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610099. Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público.** 13. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530990442. **Bibliografia Complementar:** Tavora, Fabiano. **Direito Internacional Público, Privado e Comercial.** 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 33"). Isbn 9788553601387. Rezeck, Francisco. **Direito Internacional Público Curso Elementar.** 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553172894. Trindade, Antônio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais.** 6. Ed. Rev., Atual. e Ampl. Belo Horizonte, Mg: Del Rey, 2014. Lvi, 846 P. Isbn 9788538403678. Ramos, André de Carvalho. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional.** 6. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2016. 384 P. Isbn 9788547202767. Guerra, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público.** 11. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788547219598.

- DIREITO PENAL - PARTE ESPECIAL I: Crimes contra a Pessoa. Crimes contra o Patrimônio. Crimes contra a Propriedade Imaterial. Crimes contra a Organização do Trabalho. Crimes contra o Sentimento Religioso e contra o Respeito aos Mortos. **Bibliografia Básica:** Prado, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro, Volume 1: Parte Geral - Arts. 1. a 120.** 11. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2011. 873 P. Isbn 978-85-203-4215-2. Brandão, Claudio. **Curso de Direito Penal Parte Geral.** 2. Rio de Janeiro Forense 2010 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-3792-8. Ibrahin, Francini Imene Dias. **Educação Ambiental Estudo dos Problemas, Ações e Instrumentos para o Desenvolvimento da Sociedade.** São Paulo Erica 2014 1 Recurso Online Isbn 9788536521534. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, V. 2 Parte Especial: Crimes contra a Pessoa.** 19. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553611591. **Bibliografia Complementar:** Costa Junior, Paulo José Da. **Curso de Direito Penal.** 12. São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online Isbn 9788502135390. Dotti, René Ariel. **Curso de Direito Penal: Parte Geral.** 4. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012 892 P. Isbn 978-85-203-4251-0 Zaffaroni, Eugenio Raúl; Pierangeli, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral.** 2. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 1999. 888 P. (Rt Didáticos). Isbn 978-85-203-1774-7.

- DIREITO PENAL - PARTE ESPECIAL II: Parte especial: teoria geral dos tipos penais. Dos crimes em espécie II **Bibliografia Básica:** Nucci, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal.** 15. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984090. Prado, Luiz Regis. **Tratado de Direito Penal Brasileiro, V. 2 Parte Especial (Arts. 121 a 249 do Cp).** 3. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984656. Prado, Luiz Regis. **Tratado de Direito Penal Brasileiro, V. 3 Parte Especial (Arts. 250 a 361).** 3. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984571. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, V. 4 Parte Especial: Crimes contra Adignidade Sexual Ate? Crimes contra a Fe? Pu?Blica.** 13. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610044. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, V. 5 Parte Especial: Crimes contra a Administração Pu?Blica e Crimes Praticados por Prefeitos.** 13. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609215. **Bibliografia**



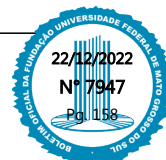


ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Complementar: Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal, V. 3** Parte Especial: Arts. 213 a 361 do Código Penal. 3. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530983239. Greco, Rogério. **Curso de Direito Penal: Volume 3 : Parte Especial.** 13. Ed. Rev., Ampl. e Atual. Niterói, RJ: Impetus, 2016. 1121 P. Isbn 9788576268673. Masson, Cleber. **Direito Penal, V. 3** Parte Especial (Arts. 213 a 359H). 9. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986339. Batista, Nilo. **Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro.** 12. Ed. Rev. e Atual. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2015. 134 P. Isbn 9788571064157. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, V. 3** Parte Especial: Crimes Contrao Patrimo?Nio Ate? Crimes contra o Sentimento Religioso e contra o Respeito aos Mortos. 15. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610426.

- DIREITO PENAL - PARTE GERAL I: Conceito, Fontes e Princípios. Norma Penal. Aplicação no Tempo e no Espaço. Teoria do Crime. Concurso de Pessoas. Bibliografia Básica: Brandão, Claudio. **Curso de Direito Penal** Parte Geral. 2. Rio de Janeiro Forense 2010 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-3792-8. Galvão, Fernando. **Direito Penal: Parte Geral.** 5. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Saraiva, 2013. 1093 P. Isbn 9788502181724. Prado, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro** Parte Geral e Parte Especial. 17. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984113. Zaffaroni, Eugenio Raúl; Pierangeli, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral.** 10 Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2013 796 P. Isbn 978-85-203-4910-6. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, V.1** Parte Geral. 23. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547215927. Bibliografia Complementar: Dotti, René Ariel. **Curso de Direito Penal: Parte Geral.** 5. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, C2013 939 P. Isbn 978-85-203-4867-3. Beccaria, Cesare Marchese Di. **dos Delitos e das Penas.** São Paulo, Sp: Edipro de Bolso, 2013. 127 P. Isbn 9788572838672. Frago, Heleno Cláudio. **Lições de Direito Penal: a Nova Parte Geral.** 13. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1991. Xv, 470 Luisi, Luiz. **os Princípios Constitucionais Penais.** 2. Ed. Rev. e Aum. Porto Alegre, RS: S. A. Fabris, 2003 327 P. Isbn 8588278596. Prado, Luiz Regis; Carvalho, Érika Mendes De. **Teorias da Imputação Objetiva do Resultado: Uma Aproximação Crítica a seus Fundamentos.** 2. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2006. 268 P. (Série Ciência do Direito Penal Contemporânea ; V. 1). Isbn 85-203-2924-1.

- DIREITO PENAL - PARTE GERAL II: Teoria da Pena: Penas Privativas de Liberdade, Penas Restritivas de Direitos e Penas de Multa. Aplicação das Penas. Concurso de Crimes. Suspensão Condicional da Pena Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Medidas de Segurança. Ação Penal Causas de Extinção de Punibilidade. Prescrição Penal. Bibliografia Básica: Brandão, Claudio. **Curso de Direito Penal** Parte Geral. 2. Rio de Janeiro Forense 2010 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-3792-8. Galvão, Fernando. **Direito Penal: Parte Geral.** 5. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Saraiva, 2013. 1093 P. Isbn 9788502181724. Ibrahim, Francini Imene Dias. **Educação Ambiental** Estudo dos Problemas, Ações e Instrumentos para o Desenvolvimento da Sociedade. São Paulo Erica 2014 1 Recurso Online Isbn 9788536521534. Zaffaroni, Eugenio Raúl; Pierangeli, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral.** 10 Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2013 796 P. Isbn 978-85-203-4910-6. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, V.1** Parte Geral. 23. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547215927. Bibliografia Complementar: Dotti, René Ariel. **Curso de Direito Penal: Parte Geral.** 4. Ed. Rev.,





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Atual. e Ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012 892 P. Isbn 978-85-203-4251-0 Beccaria, Cesare Marchese Di. **dos Delitos e das Penas.** São Paulo, Sp: Edipro de Bolso, 2013. 127 P. Isbn 9788572838672. Jakobs, Günther. **Fundamentos do Direito Penal.** 2. Ed. Rev., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 174 P. Isbn 978-85-203-4466-8 Gracia Martín, Luis. **o Horizonte do Finalismo e o Direito Penal do Inimigo.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 189 P. (Série Ciência do Direito Penal Contemporânea ; V. 10) Isbn 978-85-203-3100-2 Prado, Luiz Regis; Carvalho, Érika Mendes De. **Teorias da Imputação Objetiva do Resultado:** Uma Aproximação Crítica a seus Fundamentos. 2. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2006. 268 P. (Série Ciência do Direito Penal Contemporânea ; V. 1). Isbn 85-203-2924-1.

- DIREITO PORTUÁRIO: Direito Marítimo e o Direito Portuário. Navio e embarcação. Elementos individualizações da embarcação. Requisitos de sustentabilidade. Meio ambiente e obrigações marítimas. Porto de registro. Direito Aduaneiro básico. Bibliografia Básica: Luz, Rodrigo. **Comércio Internacional e Legislação Aduaneira.** 6. Rio de Janeiro Método 2015 1 Recurso Online (Provas & Concursos). Isbn 978-85-309-6393-4. Martins, Eliane Maria Octaviano. **Curso de Direito Marítimo, V.1** Teoria Geral. 4. São Paulo Manole 2013 1 Recurso Online Isbn 9788520444719. Caparroz, Roberto. **Comércio Internacional e Legislação Aduaneira Esquematizado.** 4. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547211417. Bibliografia Complementar: Martins, Eliane Maria Octaviano. **Curso de Direito Marítimo, V.2** Vendas Marítimas. 2. São Paulo Manole 2013 1 Recurso Online Isbn 9788520444726. Santos, Elionai José Dos. **Logística Aduaneira.** Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595023604. Vade Mecum de Direito Marítimo. São Paulo Manole 2015 1 Recurso Online Isbn 9788520451632.

- DIREITO PREVIDENCIÁRIO E SEGURIDADE SOCIAL: Sistema de seguridade social brasileiro: aspectos gerais, saúde, assistência social e previdência social. Os direitos humanos e a seguridade social no Brasil. Sistema Geral de Previdência: custeio, prestações, acidente e doenças do trabalho e benefícios em espécie. Regimes especiais de previdência, previdência dos agentes públicos e previdência complementar. Bibliografia Básica: Santos, Marisa Ferreira Dos. **Direito Previdenciário.** 15. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V 25). Isbn 978655592429. Castro, Carlos Alberto Pereira De. **Manual de Direito Previdenciário.** 22. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985363. Castro, Carlos Alberto Pereira De. **Manual de Direito Previdenciário.** 22. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985363. Bibliografia Complementar: Alves, Hélio Gustavo. **Guia Prático dos Benefícios Previdenciários.** 2. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530991449. Agostinho, Theodoro. **Manual de Direito Previdenciário.** São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786555592399. Alencar, Hermes Arrais. **Cálculo de Benefícios Previdenciários:** Regime Geral Deprevidência Social: Teses Revisionais: da Teoria à Prática. 10. São Paulo: Saraiva, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788553611805.

- DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL: Introdução à teoria da jurisdição constitucional. Visão geral do controle judicial de constitucionalidade brasileiro. Teoria da decisão judicial na jurisdição constitucional. Controle concreto de constitucionalidade no Brasil. Controle abstrato federal de constitucionalidade no Brasil. Um caso à parte: Ação Direta de Inconstitucionalidade interventiva. Estudo





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

complementar: controle abstrato de constitucionalidade estadual. **Bibliografia Básica:** Capez, Fernando. **Curso de Direito Penal, V. 2** Parte Especial Arts. 121 a 212. 20. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online Isbn 9788553619207. Medina, Paulo Roberto Gouvêa. **Direito Processual Constitucional.** 5. Rio de Janeiro Forense 2012 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-4357-8. Siqueira Junior, Paulo Hamilton. **Direito Processual Constitucional.** 7. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547213152. **Bibliografia Complementar:** Mendes, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional.** 14. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788553610945. Araujo, Luiz Alberto David; Nunes Junior, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional.** 17. Ed. São Paulo, Sp: Verbatim, 2013. 655 P. Isbn 9788561996789. Barroso, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo** os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610112. Santo Agostinho. **Diálogo sobre a Felicidade** Edição Bilingue. 2. São Paulo Grupo Almedina 2018 1 Recurso Online (Textos Filosóficos). Isbn 9789724422480. Almeida, José Luiz Antunes De. **Dispositivos Semicondutores** Tiristores: Controle de Potência em Cc e Ca. 13. São Paulo Erica 2013 1 Recurso Online Isbn 9788536518381.

- DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Teoria Geral do Direito Processual do Trabalho. Justiça do Trabalho e Competência trabalhista. Atos, termos e prazos processuais. Nulidades. Ação trabalhista e procedimento. Partes, procuradores e terceiros. Petição inicial. Audiência. Resposta do réu. Provas. Sentença. Recursos trabalhistas. Execução trabalhista. **Bibliografia Básica:** Budynas, Richard G. **Elementos de Máquinas de Shigley.** 10. Porto Alegre Amgh 2016 1 Recurso Online Isbn 9788580555554. Miguel, Antônio. **História na Educação Matemática** Propostas e Desafios. 2. São Paulo Autêntica 2007 1 Recurso Online Isbn 9788582170892. Pereira, Leone. **Manual de Processo do Trabalho.** 4. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547217891. **Bibliografia Complementar:** Melconian, Sarkis. **Elementos de Máquinas** Engrenagens, Correias, Rolamentos, Chavetas, Molas, Cabos de Aço, Árvores. 11. São Paulo Erica 2019 1 Recurso Online Isbn 9788536530420. Cisneiros, Gustavo. **Manual de Audiência e Prática Trabalhista.** 5. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985042. Santos, Enoque Ribeiro Dos. **Processo Coletivo do Trabalho.** 2. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530979010.

- DIREITO PROCESSUAL PENAL I: Sistemas processuais penais, princípios processuais penais, interpretação e aplicação da lei processual penal. Inquérito policial e outras formas de investigação. Ação penal. Reparação do Dano ex Delicto. Jurisdição e competência. Exceção e Conflito de Competência. **Bibliografia Básica:** Lopes Junior, Aury. **Fundamentos do Processo Penal.** 3. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547215576. Greco Filho, Vicente. **Manual de Processo Penal.** 11. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502219588. Nucci, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal.** 14. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530974848. **Bibliografia Complementar:** Bonfim, Edilson Mougenot. **Curso de Processo Penal.** 11. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547203146. Avena, Norberto Cláudio Pâncaro. **Processo Penal.** 9. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975159. Távora, Nestor. **Processo Penal II** Provas: Questões e Processos Incidentes. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Saberes do Direito 11). Isbn 9788502171800.

- DIREITO PROCESSUAL PENAL II: Procedimentos no direito processual penal. Prova no direito processual penal. Prisão processual e liberdade provisória. Medidas





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

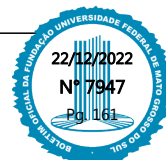
assecuratórias no direito processual penal. Nulidades no direito processual penal. Sentença e coisa julgada Bibliografia Básica: Lopes Junior, Aury Celso Lima.

Direito Processual Penal. 17. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online Isbn 9788553619047. Nucci, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal.** Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online Isbn 9788530990282. Machado, Antônio Alberto. **Curso de Processo Penal.** 6. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522486687. Bibliografia Complementar: Távora, Nestor; Alencar, Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti De. **Curso de Direito Processual Penal.** 12. Ed. Rev., Ampl. e Atual. Salvador, Ba: Juspodivm, 2017. 1839 P. Isbn 9788544210390. Mougnot, Edilson. **Curso de Processo Penal.** 13. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610631. Avena, Norberto. **Processo Penal.** 13. Rio de Janeiro: Método, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9788530992767. Lopes Junior, Aury. **Fundamentos do Processo Penal: Introdução Crítica.** 7. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555593020. Nucci, Guilherme de Souza. **Processo Penal e Execução Penal.** 6. Rio de Janeiro: Método, 2021. 1 Recurso Online. (Esquemas & Sistemas). Isbn 9788530993153.

- DIREITO PROCESSUAL PENAL III: Recursos no direito processual penal fundamentados nos Direitos Humanos. Ações de impugnação no direito processual penal. Bibliografia Básica: Lopes Junior, Aury. **Direito Processual Penal.** 18. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555590005. Machado, Antônio Alberto. **Curso de Processo Penal.** 6. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522486687. Nucci, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal.** 2. Rio de Janeiro: Forense, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786559640119. Bibliografia Complementar: Távora, Nestor; Alencar, Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti De. **Curso de Direito Processual Penal.** 12. Ed. Rev., Ampl. e Atual. Salvador, Ba: Juspodivm, 2017. 1839 P. Isbn 9788544210390. Avena, Norberto. **Processo Penal.** 13. Rio de Janeiro: Método, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9788530992767. Mougnot, Edilson. **Curso de Processo Penal.** 13. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610631. Lopes Junior, Aury. **Fundamentos do Processo Penal: Introdução Crítica.** 7. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786555593020. Nucci, Guilherme de Souza. **Processo Penal e Execução Penal.** 6. Rio de Janeiro: Método, 2021. 1 Recurso Online. (Esquemas & Sistemas). Isbn 9788530993153.

- DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO: Direito processual tributário administrativo e judicial. Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda – organização, funcionamento e recursos. Processo judicial tributário. Ações ordinárias em matéria tributária. Ações cautelares em matéria tributária. Mandado de segurança. Ação de consignação em pagamento de tributos. Ação rescisória. Lei de Execução Fiscal Bibliografia Básica: Paulsen, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo.** 9. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547227494. Machado Segundo, Hugo de Brito. **Manual de Direito Tributário.** 9. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012033. Carneiro, Claudio. **Processo Tributário Administrativo e Judicial.** 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553601684. Bibliografia Complementar: Conrado, Paulo Cesar. **Processo Judicial Tributário.** Rio de Janeiro Método 2014 1 Recurso Online (Carreiras Federais). Isbn 978-85-309-5567-0. Machado Segundo, Hugo de Brito. **Processo Tributário.** 9. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597010992. Cassone, Vittorio. **Processo Tributário Teoria e Prática.** 15. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012729.

- DIREITOS HUMANOS: O conceito atual de direitos humanos e sua relevância na





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

atualidade. Fundamentação histórica e filosófica dos direitos humanos. As dimensões dos direitos humanos. A proteção dos direitos humanos nos planos nacional e internacional. Aspectos da proteção jurídica aos afro-descendentes e aos indígenas: histórico, tratados e convenções internacionais; normas espalhadas pelos vários ramos do direito brasileiro para a proteção dos afro-descendentes, indígenas e minorias. Racismo e as formas de eliminação/mitigação de sua existência pelo direito brasileiro. Ações afirmativas. A efetividade dos direitos humanos no Estado de Mato Grosso do Sul. **Bibliografia Básica:** Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos.** 4. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975579. Piovesan, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 17. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547213169. Bobbio, Norberto. **a Era dos Direitos.** Nova Ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campus, 2004 Xviii, 212 P. Isbn 8535215611. **Bibliografia Complementar:** Ramos, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos.** 4. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547216979. Castilho, Ricardo. **Direitos Humanos.** 6. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 30"). Isbn 9788553600083. Sobreira, Fábio Tavares. **Direito Constitucional e Direitos Humanos.** São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online Isbn 9788502184077. Guerra, Sidney. **Direitos Humanos** Curso Elementar. 5. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547213664. Ferreira Filho, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais.** 15. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788502208537.

- DIREITO TRIBUTÁRIO I: Fundamentos do Direito Tributário: Justiça Fiscal, Tributação e Direitos Fundamentais; Tributos; Fontes do Direito Tributário; Vigência, aplicação e interpretação da legislação tributária; Sistema Tributário Nacional: Princípios constitucionais tributários, Normas Gerais de Direito Tributário, Imunidades, Competência Tributária. **Bibliografia Básica:** Baleeiro, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro.** 14. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980726. Carvalho, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário.** 28. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547217150. Harada, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário.** 29. São Paulo: Atlas, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788597024968. Sabbag, Eduardo. **Direito Tributário Essencial.** 6. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980764. **Bibliografia Complementar:** Carrazza, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário.** 30. Ed. Rev., Ampl. e Atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. 1296 P. Isbn 9788539202874. Carvalho, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário.** 30. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610150. Sabbag, Eduardo. **Direito Tributário.** 2. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online (Método de Estudo Oab). Isbn 9788530982782. Machado Segundo, Hugo de Brito. **Manual de Direito Tributário.** 11. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597020717. Ávila, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário.** 5. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 687 P. Isbn 9788502139084.

- DIREITO TRIBUTÁRIO II: Regra Matriz Tributária. Lançamento tributário, conceito e classificação. Crédito tributário: constituição, suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão. Responsabilidade Tributária. Administração Tributária. Introdução às relações processuais em matéria tributária. **Bibliografia Básica:** Coêlho, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro.** 16. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530979935. Mazza, Alexandre. **Manual de Direito Tributário.** 6. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online Isbn 9788553618286. Ávila, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário.** 5. São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502157361. **Bibliografia**





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Complementar: Carneiro, Claudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro.** 9. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online Isbn 9788553615872. Ichihara, Yoshiaki. **Direito Tributário.** 19. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597001242. Machado Segundo, Hugo de Brito. **Manual de Direito Tributário.** 9. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012033.

- DIREITO CIVIL E LITERATURA: Relações entre o direito civil e a literatura. Narrativa jurídica e narrativa literária. Aspectos históricos do direito civil e da literatura. Emancipação pelo diálogo entre o direito e a literatura **Bibliografia Básica:** Direito e Literatura. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522478538. Streck, Lenio Luiz. **os Modelos de Juiz** Ensaios de Direito e Literatura. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788597000207. Oliveira, Maria Regina De. **Shakespeare e o Direito.** Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online (Para Entender). Isbn 978-85-309-6551-8. **Bibliografia Complementar:** Piglia, Ricardo. **Crítica Y Ficción.** Barcelona, Spa: Debolsillo, ©2014. 216 P. (Contemporânea). Isbn 9788490326756. Agamben, Giorgio. **o Tempo que Resta.** São Paulo Autêntica 2016 1 Recurso Online Isbn 9788582175101. Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** 31. Ed. São Paulo, Sp: Paz e Terra, 2005. 148 P. (Leitura). Isbn 8521902433.

- ECONOMIA POLÍTICA: Conceitos fundamentais de economia. Evolução do pensamento econômico. Tópicos de microeconomia. Estruturas de mercado. Relação da Economia com o Direito. Tópicos de macroeconomia. Políticas macroeconômicas. Relações econômicas internacionais. Setor público. Desenvolvimento econômico. Economia e meio ambiente. **Bibliografia Básica:** Fontes, Rosa Maria Oliveira Et Al. **Economia: um Enfoque Básico e Simplificado.** São Paulo, Sp: Atlas, 2010. Xvi, 237 P. Isbn 9788522456970. Mankiw, N. Gregory. **Introdução à Economia.** 3. São Paulo Cengage Learning 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522112739. Nogami, Otto. **Princípios de Economia.** 7. São Paulo Cengage Learning 2016 1 Recurso Online Isbn 9788522124930. Amaral Júnior, Alberto. **Teoria do Estado** Sentidos Contemporâneos. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553602247. **Bibliografia Complementar:** Vasconcellos, Marco Antonio Sandoval De; Garcia, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia.** 4. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2013. Xix, 332 P. Isbn 9788502137257. Silva, Adelphino Teixeira Da. **Iniciacao a Economia.** São Paulo, Sp: Atlas, 2000. 277 P. Isbn 85-224-2563-9. Mochón Morcillo, Francisco; Troster, Roberto Luis. **Introdução a Economia.** São Paulo, Sp: Makron Books, 1994. 391 P. Isbn 85-346-0117-8. Vasconcellos, Marco Antonio Sandoval De. **Manual de Economia.** 6. São Paulo Saraiva 2007 1 Recurso Online Isbn 9788502135062. Mochón Morcillo, Francisco. **Princípios de Economia.** São Paulo, Sp: Pearson, 2012. 328 P. Isbn 9798576050827.

- EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: Concepção do tempo e espaço nas culturas distintas: afrodescendentes e indígenas. Diretrizes para Educação das Relações Étnico-raciais. A legislação brasileira e o direito de igualdade racial: avanços e perspectivas. **Bibliografia Básica:** Castilho, Ricardo. **Educação e Direitos Humanos.** São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547209001. Castilho, Ricardo. **Educação e Direitos Humanos.** São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547209001. Santos, Joel Rufino Dos. **o que e Racismo.** 8. Ed. São Paulo, Sp: Brasiliense, 1985. 82 P. (Primeiros Passos (Brasiliense) 7). **Bibliografia Complementar:** Lopes, Daniel Henrique (Org.). **Desigualdades e Preconceitos: Reflexões sobre Relações Étnico-raciais e de Gênero na Contemporaneidade.** Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2012. 245 P. Isbn





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

9788576133995. Catanante, Bartolina Ramalho. **Educar para as Relações Étnicorraciais:** um Desafio para os Educadores. Dourados, Ms: Uems, 2010. 236 P. Isbn 978-85-99880-33-3 Costa, Luciano Gonsalves (Org.). **História e Cultura Afro-brasileira:** Subsídios para a Prática da Educação sobre Relações Étnicorraciais. Maringá, Pr: Uem, 2010. 184 P. Isbn 978-85-762-8313-3. Barbosa, Lúcia Maria de Assunção; Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves E; Silvério, Valter Roberto. **de Preto a Afro-descendente:** Trajetos de Pesquisa sobre o Negro, Cultura Negra e Relações Étnico-raciais no Brasil. São Carlos, Sp: Edufscar, 2003-2010. 345 P. Isbn 85-7600-004-0.

- **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:** Estudo das relações entre a educação e os Direitos Humanos. Direito à Educação no Brasil. A educação como elemento de formação humana. Direito à Educação no Brasil; Direitos Humanos nas relações pedagógicas. Desigualdade, Diferenças e Diversidade na Escola. Educação inclusiva. **Bibliografia Básica:** Castilho, Ricardo. **Educação e Direitos Humanos.** São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547209001. Bittar, Carla Bianca. **Educação e Direitos Humanos no Brasil.** São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online Isbn 9788502213005. Rayo, José Tuvilla. **Educação em Direitos Humanos** Rumo a Uma Perspectiva Global. 2. Porto Alegre Artmed 2013 1 Recurso Online Isbn 9788536317779. **Bibliografia Complementar:** Castilho, Ricardo. **Direitos Humanos.** 6. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 30"). Isbn 9788553600083. Gorczewski, Clovis. **Educar para os Direitos Humanos** Considerações, Obstáculos, Propostas. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522495481. Bazilio, Luiz Cavaliere. **Infância, Educação e Direitos Humanos.** São Paulo Cortez 2011 1 Recurso Online Isbn 9788524924378. Questão Social, Direitos Humanos e Diversidade. Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595027619.

- **EDUCAÇÃO ESPECIAL:** Contextualização da evolução histórica e dos direitos humanos na Educação Especial. A Educação Especial e as políticas públicas. O público-alvo da Educação Especial. A Educação Especial no contexto da educação inclusiva e as práticas pedagógicas. **Bibliografia Básica:** Alias, Gabriela. **Desenvolvimento da Aprendizagem na Educação Especial** Princípios, Fundamentos e Procedimentos na Educação Inclusiva. São Paulo Cengage Learning 2016 1 Recurso Online Isbn 9788522123544. Mittler, Peter. **Educação Inclusiva.** Porto Alegre Artmed 2015 1 Recurso Online Isbn 9788536311883. Silva, Michela Carvalho Da. **Educação Inclusiva.** Porto Alegre Ser - Sagah 2017 1 Recurso Online Isbn 9788595020351. Barreto, Maria Angela de Oliveira Champion. **Educação Inclusiva** Contexto Social e Histórico, Análise das Deficiências e Uso das Tecnologias no Processo de Ensino-aprendizagem. São Paulo Erica 2014 1 Recurso Online Isbn 9788536522234. **Bibliografia Complementar:** Mussi, Vanderléia Paes Leite; Calarge, Carla Fabiana Costa; Gutierrez, José Paulo. **Direitos Humanos e Cidadania:** Desenvolvimento pela Educação em Direitos Humanos : Sugestões para o Professor. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2013. 70 P. Isbn 9788576133780. Bezerra, Giovani Ferreira (Org.). **Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** Concepções e Práticas. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2016. 305 P. Isbn 9788576135333. Mantoan, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar:** o que É? por Quê? Como Fazer? São Paulo, Sp: Moderna, 2008. 64 P. (Cotidiano Escolar. Ação Docente.). Isbn 8516052680. Brasil. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:** Caderno de Educação Especial : a Alfabetização de Crianças com Deficiência : Uma Proposta Inclusiva. Brasília, Df: Mec, 2012. 48 P. Isbn 978-85-7783-125-8. Orrú, Sílvia Ester (Org.). **para Além da Educação Especial:** Avanços e Desafios de Uma Educação





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Inclusiva. Rio de Janeiro, Rj: Wak Ed., 2014. 244 P. Isbn 9788578542702.

- **EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO:** Perfil empreendedor. O papel do empreendedor na sociedade. Motivação. Estabelecimento de metas. Ideias e oportunidades. Inovação. Técnicas e Ferramentas de planejamento e validação de negócios inovadores. Modelagem e Startups. **Bibliografia Básica:** Mariano, Sandra Regina Holanda. **Empreendedorismo** Fundamentos e Técnicas para Criatividade. Rio de Janeiro Ltc 2010 1 Recurso Online Isbn 978-85-216-1967-3. O Empreendedor de Visão. São Paulo Atlas 2009 1 Recurso Online Isbn 9788522464852. Kelley, Tom; Kelley, David (Null). **Confiança Criativa:** Libere sua Criatividade e Implemente suas Ideias. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788550814155. **Bibliografia Complementar:** Rogers, Steven. **Finanças e Estratégias de Negócios para Empreendedores.** 2. Porto Alegre Bookman 2011 1 Recurso Online Isbn 9788540700406. Zenaro, Marcelo. **Marketing Estratégico para Organizações e Empreendedores** Guia Prático e Ações Passo a Passo. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522486380. Hisrich, Robert D. **Empreendedorismo.** 9. Porto Alegre Amgh 2014 1 Recurso Online Isbn 9788580553338.

- **ESTÁGIO OBRIGATÓRIO - EXTENSÃO I:** Atividades de extensão voltadas para atendimento à comunidade focada na efetividade dos Direitos Humanos, Educação Ambiental, educação para a terceira idade, educação em políticas de gênero, acesso à Justiça, democracia e políticas públicas. **Bibliografia Básica:** Almeida, Roseli Maria Rosa de (Org.). **Formação de Professores em Leitura e Literatura:** Experiências com Extensão Universitária. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2013. 115 P. Isbn 9788576134411. Klafke, Guilherme Forma; Feferbaum, Marina (Null). **Metodologias Ativas em Direito:** Guia Prático para o Ensino Jurídico Participativo e Inovador. São Paulo: Atlas, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788597025545. Nogueira, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos Projetos** Etapas, Papéis e Atores. 4. São Paulo Erica 2009 1 Recurso Online Isbn 9788536522296. **Bibliografia Complementar:** Souza, Neusa Maria Marques De; Espíndola, Ana Lucia (Org.). **Experiências de Formação de Professores:** Ensino, Pesquisa e Extensão. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2011. 121 P. Isbn 9788576132974. Aprendizagem Digital: Curadoria, Metodologias e Ferramentas para o Novo Contexto Educacional. Porto Alegre: Penso, 2020. 1 Recurso Online. (Desafios da Educação). Isbn 9786581334154. Prado, Fernando Leme Do. **Metodologia de Projetos.** São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502133297. Warburton, Roger. **Gestão de Projetos.** São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Fundamentos). Isbn 9788502180109. Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria (Null). **Metodologia Científica:** Ciência e Conhecimento Científico, Métodos Científicos, Teoria, Hipóteses e Variáveis, Metodologia Jurídica. 8. São Paulo: Atlas, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559770670.

- **ESTÁGIO OBRIGATÓRIO - EXTENSÃO II:** Atividades de extensão voltadas para atendimento à comunidade focada na efetividade dos Direitos Humanos, Educação Ambiental, educação para a terceira idade, educação em políticas de gênero, acesso à Justiça, democracia e políticas públicas. **Bibliografia Básica:** Almeida, Roseli Maria Rosa de (Org.). **Formação de Professores em Leitura e Literatura:** Experiências com Extensão Universitária. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2013. 115 P. Isbn 9788576134411. Klafke, Guilherme Forma; Feferbaum, Marina (Null). **Metodologias Ativas em Direito:** Guia Prático para o Ensino Jurídico Participativo e Inovador. São Paulo: Atlas, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788597025545. Nogueira, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos Projetos** Etapas, Papéis





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

e Atores. 4. São Paulo Erica 2009 1 Recurso Online Isbn 9788536522296. **Bibliografia Complementar:** Souza, Neusa Maria Marques De; Espindola, Ana Lucia (Org.). **Experiências de Formação de Professores:** Ensino, Pesquisa e Extensão. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2011. 121 P. Isbn 9788576132974. Aprendizagem Digital: Curadoria, Metodologias e Ferramentas para o Novo Contexto Educacional. Porto Alegre: Penso, 2020. 1 Recurso Online. (Desafios da Educação). Isbn 9786581334154. Prado, Fernando Leme Do. **Metodologia de Projetos.** São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502133297. Warburton, Roger. **Gestão de Projetos.** São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Fundamentos). Isbn 9788502180109. Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria (Null). **Metodologia Científica:** Ciência e Conhecimento Científico, Métodos Científicos, Teoria, Hipóteses e Variáveis, Metodologia Jurídica. 8. São Paulo: Atlas, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786559770670.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO - PRÁTICA REAL I: Atividades de prática jurídica real, preferencialmente na área cível, mediante a realização de estágio supervisionado, enquanto componente curricular obrigatório. As atividades serão desenvolvidas na forma do Regulamento do EMAJ, compreendendo as portarias e demais normativas editadas pela Coordenação. **Bibliografia Básica:** Tartuce, Fernanda. **Processo Civil no Direito de Família** Teoria e Prática. 4. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985646. Nishiyama, Adolfo Mamoru. **Prática de Direito Processual Civil** para Graduação e Exame da Oab. 7. Rio de Janeiro Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522495597. Chacon, Luis Fernando Rabelo. **Manual de Prática Forense Civil.** 5. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553600755. **Bibliografia Complementar:** Rocha, Felipe Borring. **Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais** Teoria e Prática. 9. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012361. Parizatto, João Roberto. **Prática Forense:** Volume I. 15. Ed. São Paulo, Sp: Edipa, 2017. 871 P. Isbn 9788582280379. Araújo Júnior, Gediel Claudino De. **Prática no Direito de Família.** 11. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597019650. Teixeira, Tarcísio. **Curso de Direito e Processo Eletrônico** Doutrina, Jurisprudência e Prática. 4. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553172740.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO - PRÁTICA REAL II: Atividades de prática jurídica real, conforme demanda no Escritório Modelo de Assistência Judiciária, de modo que o acadêmico possa ter contato com atividades diversas, como atendimento aos assistidos, confecção de peças processuais, participação em audiências e diligências judiciais e em esferas administrativas. **Bibliografia Básica:** Chacon, Luis Fernando Rabelo. **Manual de Prática Forense Civil.** 4. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547217440. Nishiyama, Adolfo Mamoru. **Prática de Direito Processual Civil** para Graduação e Exame da Oab. 7. Rio de Janeiro Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522495597. Teixeira, Tarcísio. **Curso de Direito e Processo Eletrônico** Doutrina, Jurisprudência e Prática. 4. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553172740. **Bibliografia Complementar:** Ferraresi, Eurico. **Ação Popular, Ação Civil Pública e Mandado de Segurança Coletivo.** Rio de Janeiro Forense 2008 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-5596-0. Bedaque, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo:** Influência do Direito Material sobre o Processo. 6. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo, Sp: Malheiros, 2011. 206 P. Isbn 9788574209589. Cordovil, Leonor. **Direito, Gestão e Prática** Direito do Consumidor: a Visão da Empresa e da Jurisprudência. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Gvlaw). Isbn 9788502228436. Luz, Valdemar P. Da. **Manual do Advogado** Advocacia Prática: Civil, Trabalhista e Criminal. 31. São Paulo Manole





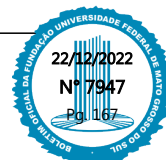
ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

2019 1 Recurso Online Isbn 9788520455821.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO - PRÁTICA REAL III: Atividades jurídicas reais judiciais e/ou extrajudiciais, que serão desenvolvidas na forma do Regulamento do EMAJ e respectivos laboratórios, compreendendo as portarias e demais normativas editadas pela Coordenação. Compreende ainda realização de visitas técnicas orientadas, ações de extensão junto à comunidade local, análise de processos findos e educação ambiental, pesquisa de jurisprudências, dentre outras. Bibliografia Básica: Vasconcelos, Carlos Eduardo De. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. 6. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530981839. Luz, Valdemar P. Da. **Manual do Advogado** Advocacia Prática: Civil, Trabalhista e Criminal. 31. São Paulo Manole 2019 1 Recurso Online Isbn 9788520455821. Nucci, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal**. 9. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530973490. Bibliografia Complementar: Tartuce, Fernanda. **Processo Civil no Direito de Família** Teoria e Prática. 4. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985646. Penal. 14. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online (Prática Jurídica). Isbn 9788553611652. Lazzari, João. **Prática Processual Previdenciária** Administrativa e Judicial. 10. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980368. Sabbag, Eduardo. **Prática Tributária**. 11. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online (Método de Estudo Oab). Isbn 9788530982188. Costa, Elisson Pereira Da. **Teoria e Prática Administrativa para o Exame da Oab** 1ª e 2ª Fases. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553611041.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO - PRÁTICA REAL IV: Atividades jurídicas reais judiciais e/ou extrajudiciais, de modo que o acadêmico possa ter contato com atividades diversas, como atendimento aos assistidos, confecção de peças processuais, participação em audiências e diligências judiciais e em esferas administrativas, ações de extensão junto à comunidade local, podendo ainda acompanhar mediações ou conciliações conforme o caso assim o requerer. Bibliografia Básica: Vasconcelos, Carlos Eduardo De. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. 6. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530981839. Luz, Valdemar P. Da. **Manual do Advogado** Advocacia Prática: Civil, Trabalhista e Criminal. 31. São Paulo Manole 2019 1 Recurso Online Isbn 9788520455821. Nucci, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal**. 11. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986124. Bibliografia Complementar: Tartuce, Fernanda. **Processo Civil no Direito de Família** Teoria e Prática. 4. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985646. Araújo Júnior, Gediel Claudino De. **Prática no Direito de Família**. 11. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597019650. Messa, Ana Flávia. **Prática Penal para Exame da Oab** Contém Modelos, Dicas de Estudo e Ranking das Peças Práticas. 10. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610983. Lazzari, João. **Prática Processual Previdenciária** Administrativa e Judicial. 10. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980368. Zavascki, Teori Albino. **Processo Coletivo**: Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos. 6. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2014. 271 P. Isbn 978-85-203-5110-9.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO - PRÁTICA SIMULADA I: Prática jurídica processual civil - discussão de processos judiciais reais, simulação de audiências, elaboração de peças processuais, julgamentos cíveis simulados. visitação técnica a instituições da área jurídica de operacionalidade no âmbito Cível; Bibliografia Básica: Tartuce, Fernanda. **Processo Civil no Direito de Família** Teoria e Prática. 4. Rio de





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985646. Chacon, Luis Fernando Rabelo. **Manual de Prática Forense Civil**. 5. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553600755. Teixeira, Tarcísio. **Curso de Direito e Processo Eletrônico** Doutrina, Jurisprudência e Prática. 4. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553172740. Bibliografia Complementar: Vasconcelos, Carlos Eduardo De. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. 6. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530981839. Luz, Valdemar P. Da. **Manual do Advogado** Advocacia Prática: Civil, Trabalhista e Criminal. 31. São Paulo Manole 2019 1 Recurso Online Isbn 9788520455821. Parizatto, João Roberto. **Prática Forense: Volume I**. 15. Ed. São Paulo, Sp: Edipa, 2017. 871 P. Isbn 9788582280379. Tartuce, Fernanda. **Manual de Prática Civil**. 14. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980306.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO - PRÁTICA SIMULADA II: Prática jurídica processual civil - discussão de processos judiciais reais, simulação de audiências, elaboração de peças processuais, julgamentos cíveis simulados. Atividades voltadas para a Educação Ambiental, educação para a terceira idade e de educação em políticas de gênero. Análise da aplicação das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Tartuce, Fernanda. **Manual de Prática Civil**. 13. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976729. Luz, Valdemar P. Da. **Manual do Advogado** Advocacia Prática: Civil, Trabalhista e Criminal. 31. São Paulo Manole 2019 1 Recurso Online Isbn 9788520455821. Nucci, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal**. 11. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986124. Bibliografia Complementar: Tartuce, Fernanda. **Processo Civil no Direito de Família** Teoria e Prática. 4. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985646. Araújo Júnior, Gediel Claudino De. **Prática de Recursos no Processo Civil**. 5. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597015843. Padilha, Rodrigo Corrêa. **Manual de Prática Constitucional**. 7. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975852. Galante, Marcelo. **Prática Constitucional**. 6. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online (Prática). Isbn 9788530976781. Oliveira, Erival da Silva. **Prática Constitucional**. 6. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2014. 683 P. (Prática Forense ; 1). Isbn 978-85-203-5292-2.

- ESTATÍSTICA APLICADA AO DIREITO - JURIMETRIA: Realismo Jurídico e análise estatística do Direito. Ciência de dados, jurimetria e Estatística. Conceitos básicos de bancos de dados. Bancos transacionais e analíticos. Fontes de dados para análise jurídica. Conceitos de sistemas de informação gerencial e sistemas de informação jurídica. Modelos de serviço jurídico. Controladoria e back-office jurídico. A comoditização dos serviços jurídicos Bibliografia Básica: Moore, David S. **a Estatística Básica e sua Prática**. 7. Rio de Janeiro Ltc 2017 1 Recurso Online Isbn 9788521634294. Morettin, Pedro A. **Estatística Básica**. 9. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547220228. Estatística Revelando o Poder dos Dados. Rio de Janeiro Ltc 2017 1 Recurso Online Isbn 9788521633457. Bibliografia Complementar: Dancey, Christine P. **Estatística sem Matemática para Psicologia**. Porto Alegre Penso 2018 1 Recurso Online (Métodos de Pesquisa). Isbn 9788584291434. Triola, Mario F. **Introdução à Estatística**. 12. Rio de Janeiro Ltc 2017 1 Recurso Online Isbn 9788521634256. Werkema, Cristina. **Ferramentas Estatísticas Básicas do Lean Seis Sigma Integradas ao Pdca e Dmaic**. São Paulo: Gen Atlas, 2014. 1 Recurso Online. (Werkema de Excelência Empresarial). Isbn 9788595152311.





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

- ESTUDO DE LIBRAS: Introdução a Libras. Desenvolvimento cognitivo e linguístico e a aquisição da primeira e segunda linha. Aspectos discursivos e seus impactos na interpretação. **Bibliografia Básica:** Estelita, Mariangela. **Elis** Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais. Porto Alegre Penso 2015 1 Recurso Online Isbn 9788584290529. Lima-salles, Heloisa Maria Moreira; Naves, Rozana Reigota (Org.).

Estudos Gerativos de Língua de Sinais Brasileira e de Aquisição do Português (L2) por Surdos. Goiânia, Go: Cãnone, 2010. 188 P. Isbn 9788587635839. Plinski, Rejane Regina Koltz. **Libras.** Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595024595. **Bibliografia Complementar:** Atividades Ilustradas em Sinais da Libras. 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Revinter, 2013. Xii, 242 P. Isbn 9788537205549. Lacerda, Cristina B. F. De. **Intérprete de Libras:** em Atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. 5. Ed. Porto Alegre, Rs: Mediação, 2013. 95 P. Isbn 9788577060474. Gesser, Audrei. **Libras?:** que Língua É Essa? : Crenças e Preconceitos em Torno da Língua de Sinais e da Realidade Surda. São Paulo, Sp: Parábola, 2019. 87 P. (Estratégias de Ensino; 14). Isbn 9788579340017. Quadros, Ronice Müller De. **Língua de Sinais Brasileira** Estudos Lingüísticos. Porto Alegre Artmed 2011 1 Recurso Online Isbn 9788536311746. Quadros, Ronice Müller De; Brasil. Ministerio da Educacao. Secretaria de Educacao Especial. **o Tradutor e Interprete de Lingua Brasileira de Sinais e Lingua Portuguesa.** Brasília, Df: Mec/Seesp, 2004. 94 P.

- ÉTICA PROFISSIONAL: A OAB. O advogado, seus direitos, suas prerrogativas e suas obrigações. Relação com os poderes, os representados e com outros profissionais. **Bibliografia Básica:** Malhotra, Deepak. **Acordos Quase Impossíveis.** Porto Alegre Bookman 2017 1 Recurso Online Isbn 9788582604168. Gonzaga, Alvaro de Azevedo. **Estatuto da Advocacia e Novo Código de Ética e Disciplina da Oab Comentados.** 3. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975715. Sá, Antônio Lopes De. **Ética Profissional.** 10. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597021653. **Bibliografia Complementar:** Coelho, Marcus Vinicius Furtado. **Comentários ao Novo Código de Ética dos Advogados.** São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547202934. Gonzaga, Alvaro de Azevedo. **Estatuto da Advocacia e Novo Código de Ética e Disciplina da Oab Comentados.** 5. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530983192. Young, Donald F. **Uma Introdução Concisa à Mecânica dos Flúidos.** São Paulo Blucher 2005 1 Recurso Online Isbn 9788521215509.

- EXECUÇÃO PENAL: Evolução histórica da execução penal. Princípios da execução penal. Incidentes de execução penal. Procedimento da execução penal. **Bibliografia Básica:** Marcão, Renato. **Curso de Execução Penal.** 15. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553601516. Marcão, Renato. **Execução Penal.** São Paulo Saraiva 1 Recurso Online (Saberes do Direito 9). Isbn 9788502174122. Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Execução Penal.** 2. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530986209. **Bibliografia Complementar:** Brito, Alexis Couto De. **Execução Penal.** 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553608928. Nucci, Guilherme de Souza. **Processo Penal e Execução Penal.** 5. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online (Esquemas & Sistemas). Isbn 9788530986469. Marcão, Renato. **Execução Penal.** São Paulo Saraiva 1 Recurso Online (Saberes do Direito 9). Isbn 9788502174122.

- FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA: Origem, conceito e divisão da filosofia (antiga, medieval, moderna e contemporânea). Problemas e temas relevantes do discurso





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

filosófico. Fundamentos filosóficos do Direito. Bibliografia Básica: Chauí, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. 13. Ed. São Paulo, Sp: Ática, 2010. 424 P. Isbn 9788508089352. Bittar, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de Filosofia do Direito**. 12. São Paulo Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597006803. Chauí, Marilena de Souza. **Introdução à História da Filosofia, Volume I**: dos Pré-socráticos a Aristóteles. 2. Ed. Rev., Ampl. e Atual. São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 2012. 539 P. Isbn 9788535901702. Bibliografia Complementar: Abbagnano, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 3. Ed. São Paulo, Sp: Martins Fontes, 1998. Xii, 1014 Isbn 85-336-0865-9. Fontes, Paulo Gustavo Guedes. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro Método 2014 1 Recurso Online (Carreiras Federais). Isbn 978-85-309-5741-4. Mascaro, Alysson Leandro Barbate. **Filosofia do Direito**. 5. São Paulo Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597007503.

- FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: Noções preliminares acerca dos meios adequados (alternativos) de solução de conflitos. Sistema multiportas de solução de disputas. Autocomposição e heterocomposição. Principais modalidades. Disposições do atual CPC e legislação ordinária. Conflitos sociais, educação ambiental e Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Guerrero, Luis Fernando. **os Métodos de Solução de Conflitos e o Processo Civil**. Rio de Janeiro Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-970-0367-3. Mourão, Alessandra Nascimento S. F. **Resolução de Conflitos** Fundamentos da Negociação para o Ambiente Jurídico. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Gvlaw). Isbn 9788502220300. Zaffari, Eduardo Kucker. **Solução de Conflitos Jurídicos**. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595025233. Bibliografia Complementar: Scavone Junior, Luiz Antonio. **Arbitragem** Mediação, Conciliação e Negociação. 9. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985004. Guilherme, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual dos Mescs** Meios Extrajudiciais de Solução de Conflitos: Arbitragem, Mediação, Conciliação, Negociação, Ombudman, Avaliação Neutra. São Paulo Manole 2016 1 Recurso Online Isbn 9788520461457. Fiorelli, José Osmir. **Mediação e Solução de Conflitos** Teoria e Prática. São Paulo Atlas 2011 1 Recurso Online Isbn 9788522468164.

- GÊNERO, DIREITOS HUMANOS E SOCIEDADE: Construção histórica do conceito relacional de gênero. direitos humanos numa perspectiva de gênero e poder; Violência de gênero: violência cometidas contra pessoas gays, lésbicas, travestis e transexuais; Bibliografia Básica: Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. 5. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530980436. Direitos Humanos e Diversidade. Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595028012. Bianchini, Alice. **Lei Maria da Penha, Lei N. 11.340/2006** Aspectos Assistenciais, Protetivos e Criminais da Violência de Gênero. 3. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online (Saberes Monográficos). Isbn 9788547203900. Bibliografia Complementar: Magnabosco, Maria Madalena. **Gênero e Diversidade** Formação de Educadoras/Es. São Paulo Autêntica 2011 1 Recurso Online Isbn 9788582178249. Pereira, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil, V. 5** Direito de Família. 28. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online (Clássicos Forense). Isbn 9788530990664. Questão Social, Direitos Humanos e Diversidade. Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595027619. Piovesan, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 11. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553600298.

- HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: Hermenêutica constitucional: princípios de interpretação constitucional; unidade da Constituição; interpretação conforme a





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

constituição. Constituição e integração: casos paradigmáticos da jurisprudência constitucional Bibliografia Básica: Barroso, Luís Roberto. **Interpretação e Aplicação da Constituição**. 7. São Paulo Saraiva 2008 1 Recurso Online Isbn 9788502075313. Pereira, Jane Reis Gonçalves. **Interpretação Constitucional e Direitos Fundamentais**. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553600281. Peixinho, Manoel Messias. **a Interpretação da Constituição e os Princípios Fundamentais**. 4. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online Isbn 9788522497065. Bibliografia Complementar: Brandi, Ana Carolina Dias; Rala, Eduardo Telles de Lima; Camargo, Nilton Marcelo de (Org.). **Direitos Fundamentais & Hermenêutica Constitucional**. 1. Ed. São Paulo, Sp: Boreal, 2013. 266 P. Isbn 978-85-992-8676-0. Soares, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica**. 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610235. Bulos, Uadi Lammêgo. **Manual de Interpretacao Constitucional**. São Paulo, Sp: Saraiva, 1997. 128 P. Isbn 85-02-02024-2.

- HERMENÊUTICA JURÍDICA: Hermenêutica jurídica. Teorias da interpretação. Direito e interpretação. Processos de integração do direito. Decisão jurídica. Bibliografia Básica: Soares, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica**. 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610235. Ferraz Junior, Tercio Sampaio. **Argumentação Jurídica**. 2. São Paulo Manole 2016 1 Recurso Online Isbn 9788520451267. Just, Gustavo. **Interpretando as Teorias da Interpretação**. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Direito, Desenvolvimento e Justiça). Isbn 9788502215955. Bibliografia Complementar: Magalhães Filho, Glauco Barreira. **Curso de Hermenêutica Jurídica**. 5. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522493999. Friede, Reis. **Ciência do Direito, Norma, Interpretação e Hermenêutica Jurídica**. 9. São Paulo Manole 2015 1 Recurso Online Isbn 9788520446263. Trubilhano, Fabio. **Linguagem Jurídica e Argumentação**. 6. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597021349. Coelho, Inocêncio Mártires. **da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica** Fragmentos. 2. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Idp). Isbn 9788502616257.

- HISTÓRIA CONSTITUCIONAL: História e Direito Constitucional. História constitucional geral. Idade Média, Antigo Regime e Idade Contemporânea. História constitucional do Brasil e da América Latina. Bibliografia Básica: Amaral, Azevedo. **o Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. Brasília, Df: Universidade de Brasília, S.d. 161 P. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano 11). Lopes, José Reinaldo de Lima; Queiroz, Rafael Mafei Rabelo; Acca, Thiago dos Santos (Null). **Curso de História do Direito**. 4. São Paulo: Atlas, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9788597027563. Maciel, José Fábio Rodrigues; Aguiar, Renan (Null). **Manual de História do Direito**. 10. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786553620315. Bibliografia Complementar: Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira. **Constitucionalismo e História do Direito, 2ª Ed.** Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. 514 P. Isbn 9786586529241. Palma, Rodrigo Feitas. **História do Direito**. 9. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786553620773. Luis Rosenfield. **Revolução Conservadora: Genealogia do Constitucionalismo Autoritário Brasileiro (1930-1945)**. Editora Edipuc-rs 356 Isbn 9786556230832.

- HISTÓRIA DO DIREITO: O direito como objeto de investigação histórica. Direito oriental e asiático. Direito na Antiguidade Clássica: Grécia e Roma. Direito feudal e dogmática canônica. Formação do direito moderno: privado e público. Evolução dos Direitos Humanos e da Educação Ambiental no ordenamento jurídico. História dos





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

institutos jurídicos fundamentais. As relações étnico-raciais e o direito: aspectos da história e cultura afro-brasileira e indígena e suas relações com a produção normativa nacional e internacional nos séculos XIX a XXI. **Bibliografia Básica:** Lopes, José Reinaldo de Lima. **o Direito na História** Lições Introdutórias. 5. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522490813. Bittar, Eduardo C. B. **História do Direito Brasileiro** Leituras da Ordem Jurídica Nacional. 4. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597013597. Wolkmer, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil.** 7. Rio de Janeiro Forense 2013 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-5154-2. Palma, Rodrigo Freitas. **História do Direito.** 6. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547210489. Maciel, José Fábio Rodrigues. **História do Direito.** 8. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online (Direito Vivo). Isbn 9788547221485. **Bibliografia Complementar:** Freyre, Gilberto. **Casa-grande & Senzala:** Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 14. Ed. Rio de Janeiro, Rj: J. Olympio, 1969. 389 P. Cardoso, Ciro Flamarion S. **a Cidade-estado Antiga.** 4. Ed. São Paulo, Sp: Atica, 1993. 95 P. Isbn 85-08-01719-7. Cicco, Claudio. **História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito.** 8. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788547220570. Alberti, Verena; Pereira, Amilcar Araujo (Org.). **Histórias do Movimento Negro no Brasil:** Depoimentos ao Cpdoc. Rio de Janeiro, Rj: Pallas, 2007. 526 P. Isbn 9788534704175. Fernandes, Florestan. **o Negro no Mundo dos Brancos.** São Paulo, Sp: Difel, 1972. 285 P. (Corpo e Alma do Brasil).

- INTRODUÇÃO À METODOLOGIA DA PESQUISA: Modernidade e pensamento científico. Noções de epistemologia. Pesquisa científica na área jurídica. Métodos de pesquisa adequados à ciência jurídica. Técnicas de pesquisa jurídica. Projeto de pesquisa e seus elementos. Técnicas de escrita científica na área do Direito. Normas para formatação de trabalhos acadêmicos. **Bibliografia Básica:** Gil, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 6. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012934. Nunes, Rizzatto. **Manual da Monografia Jurídica.** 11. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788502625556. Lakatos, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 7. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597011845. Bittar, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da Pesquisa Jurídica** Teoria e Prática da Monografia para Concursos de Direito. 14. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online Isbn 9788547204143. **Bibliografia Complementar:** Gaspar, Madu. **a Arte Rupestre no Brasil.** Rio de Janeiro Zahar 2003 1 Recurso Online Isbn 9788537802946. Carvalho, Maria Cecilia Maringoni de (Org.). **Construindo o Saber:** Metodologia Científica : Fundamentos e Técnicas. 19. Ed. Campinas, Sp: Papyrus, 2008. 175 P. Isbn 8530800710. Andrade, Maria Margarida De. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico** Elaboração de Trabalhos na Graduação. 10ª. São Paulo Atlas 2012 1 Recurso Online Isbn 9788522478392. Demo, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 2. Ed. São Paulo, Sp: Atlas, 1992. 287 P. Isbn 9788522404291. Leite, Eduardo de Oliveira. **a Monografia Jurídica.** 5. Ed. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2001. 452 P. (Metodos em Direito ; 1). Isbn 8520320295.

- JUIZADOS ESPECIAIS: Juizados especiais: histórico, objetivos e conceitos básicos –Legislação federal e estadual –Estrutura –Competência –Procedimentos específicos –autocomposição **Bibliografia Básica:** Chimenti, Ricardo Cunha. **Juizados Especiais da Fazenda Pública.** São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online Isbn 9788502139619. Rocha, Felipe Borring. **Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais** Teoria e Prática. 9. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012361. Demercian, Pedro Henrique. **Teoria e Prática dos Juizados Especiais Criminais.** Rio de Janeiro Forense 2008 1





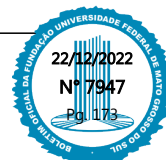
ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Recurso Online Isbn 978-85-309-5597-7. Bibliografia Complementar: Santos, Marisa Ferreira Dos. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais** Estaduais e Federais. 12. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 35"). Isbn 9788553172993. Rossato, Luciano Alves. **Sistema dos Juizados Especiais**. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Saberes do Direito 48). Isbn 9788502174153. Terrorismo de Estado. São Paulo Autêntica 2013 1 Recurso Online Isbn 9788582172315.

- **LEGISLAÇÃO ESPECIAL PENAL**: Legislação Penal Especial. Código de Trânsito; Lei de Crimes Hediondos; Lei de Drogas; Estatuto do Desarmamento; Abuso de Autoridade; Estatuto da Criança e do adolescente; Lei de Tortura, Crimes Ambientais; Bibliografia Básica: Capez, Fernando. **Curso de Direito Penal, V. 4** Legislação Penal Especial. 14. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610914. Gonçalves, Victor Eduardo Rios. **Legislação Penal Especial** Crimes do Eca, Crimes contra o Consumidor, Crimes contra as Relações de Consumo, Crimes contra a Ordem Tributária, Crimes Ambientais, Crimes do Estatuto do Idoso, Crimes Falimentares, Crime Organizado. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V). Isbn 9788553610549. Gonçalves, Victor Eduardo Rios. **Legislação Penal Especial Esquemático**. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Esquemático). Isbn 9788553608607. Bibliografia Complementar: Andreucci, Ricardo Antonio. **Legislac?A?O Penal Especial**. 14. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610488. Gonçalves, Victor Eduardo Rios. **Legislação Penal Especial Esquemático**. 3. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547211714. Masson, Cleber. **Lei de Drogas** Aspectos Penais e Processuais. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530983642.

- **LINGUAGEM JURÍDICA**: Conceitos básicos de linguagem e comunicação jurídica. Modalidades de expressão: falada e escrita. Ortografia e vícios da linguagem. Estilo forense. O vocabulário jurídico. Enunciação e discurso jurídico. A estrutura frásica na linguagem jurídica. Estudo do parágrafo e a redação jurídica: estrutura do parágrafo; expressões correntes, deslizes, correção, estilo. Tipos de dissertação. Raciocínio e argumentação. Posturas filosóficas. Discurso jurídico: normativo, burocrático, decisório e científico. Requerimento: conceito e estruturas. Bibliografia Básica: Bittar, Eduardo C. B. **Linguagem Jurídica** Semiótica, Discurso e Direito. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547213992. Sabagg, Eduardo. **Manual de Português Jurídico**. São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547208585. Medeiros, João Bosco. **Português Forense** Língua Portuguesa para Curso de Direito. 8. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597006629. Bibliografia Complementar: Damião, Regina Toledo. **Curso de Português Jurídico**. 13. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597017120. Henriques, Antonio. **Argumentação e Discurso Jurídico**. 2. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522483853. Valverde, Alda da Graça Marques. **Lições de Linguagem Jurídica** da Interpretação à Produção do Texto. 4. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6768-0. Trubilhano, Fabio. **Linguagem Jurídica e Argumentação** Teoria e Prática. 5. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597012835.

- **MEDICINA FORENSE**: Tanatologia. Traumatologia. Sexologia. Asfisiologia. Antropologia, especialmente identificação. Bibliografia Básica: Martins, Celso. **Medicina Legal**. 6. Rio de Janeiro Método 2015 1 Recurso Online (Provas & Concursos). Isbn 978-85-309-6365-1. França, Genival Veloso De. **Fundamentos de Medicina Legal**. 3. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2018 1 Recurso Online





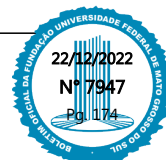
ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Isbn 9788527733373. Fentanes, Enrique Galindo. **a Tarefa da Ciência Experimental**. Rio de Janeiro Ltc 2014 1 Recurso Online Isbn 978-85-216-2628-2. Bibliografia Complementar: França, Genival Veloso De. **Pareceres 4** Esclarecimentos sobre Questões de Medicina Legal e de Direito Médico. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2005 1 Recurso Online Isbn 978-85-277-1980-3. Croce, Delton. **Manual de Medicina Legal**. 8. São Paulo Saraiva 2011 1 Recurso Online Isbn 9788502149533. Vanrell, Jorge Paulete; Borborema, Maria de Lourdes. **Vademecum de Medicina Legal e Odontologia Legal**. Leme, Sp: Mizuno, 2007. 642 P. Isbn 978-85-898-5774-1.

- PROCESSO ADMINISTRATIVO: Processo e procedimento administrativo: conceitos, fontes e princípios. Modalidades. Fases. Duração. Sindicância e processo administrativo disciplinar. Prescrição. Súmulas. Bibliografia Básica: Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 32. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984830. Instituições dos Processos Administrativo e Constitucional. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595023994. Nohara, Irene Patrícia. **Processo Administrativo** Lei Nº 9.784/99 Comentada. São Paulo Atlas 2009 1 Recurso Online Isbn 9788522467211. Bibliografia Complementar: Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 7. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530984694. Nohara, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 9. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597021363. Carneiro, Claudio. **Processo Tributário** Administrativo e Judicial. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553601684.

- PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO: A psicologia como ciência; Direito e psicologia; Conceitos básicos de psicologia geral para operadores do direito; Psicologia e a questão da normatividade; Estatística da personalidade humana; Dinâmica da personalidade; Psicologia do testemunho; A obtenção da evidência do decidido; Da perícia à psicologia judicial. Bibliografia Básica: Psicologia e Criminologia. Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595024649. Pinheiro, Carla. **Psicologia Jurídica**. 3. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online (Direito Vivo). Isbn 9788547216986. Fiorelli, José Osmir; Mangini, Rosana Cathya Ragazzibu (Null). **Psicologia Jurídica**. 10. São Paulo: Atlas, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788597023121. Bibliografia Complementar: Psicologia Jurídica. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595025783. Serafim, Antonio de Pádua. **Psicologia e Prática Forenses**. 2. São Paulo Manole 2014 1 Recurso Online Isbn 9788520450215. Serafim, Antonio de Pádua; Saffi, Fabiana (Null). **Neuropsicologia Forense**. Porto Alegre: Artmed, 2015. 1 Recurso Online. Isbn 9788582711828.

- RESPONSABILIDADE CIVIL: Conceito. Elementos essenciais. Responsabilidade civil e dignidade humana. Responsabilidade civil e penal. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidade contratual e extracontratual. Abuso de direito e responsabilidade civil. Novos paradigmas da responsabilidade civil. Responsabilidade pressuposta. Responsabilidade civil do transportador. Do profissional liberal. Do segurador. Excludentes da responsabilidade civil. O dano e sua reparação. 'Punitive damages' Bibliografia Básica: Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 2** Obrigações e Responsabilidade Civil. 19. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online Isbn 9788597019728. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 3** Responsabilidade Civil. 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609529. Farias, Cristiano Chaves De. **Novo Tratado de Responsabilidade Civil**. 4. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online Isbn





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

9788553612086. **Bibliografia Complementar:** Azevedo, Álvaro Villaça. **Curso de Direito Civil, V. 2** Teoria Geral das Obrigações e Responsabilidade Civil. 13. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609697. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V. 4** Responsabilidade Civil. 14. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553608553. Cavalieri Filho, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil.** 13. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597018790.

- RESPONSABILIDADE CIVIL E SAÚDE: Responsabilidade civil do profissional da saúde, hospitais/clínicas e planos de saúde. Responsabilidade Objetiva e Subjetiva. Responsabilidade Aquiliana e Contratual. Requisitos da Responsabilidade Civil. Erro médico. Sigilo Médico e o Direito à Intimidade do Paciente: o sigilo médico, a saúde pública e o dever de cooperação. Exceções. O Consentimento informado. Responsabilidade médica por falta de informação e consentimento. Responsabilidade civil hospital e plano de saúde. Responsabilidade do servidor público da área de saúde. Danos indenizáveis. As perspectivas dos tribunais e a responsabilidade civil do profissional da saúde. **Bibliografia Básica:** Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V. 4:** Responsabilidade Civil. 17. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786555596144. Maria de Fátima Freire de Sá; Bruno Torquato de Oliveira Naves. **Bioética e Biodireito: Revista, Atualizada e Ampliada.** Editora Foco, 2021. 384 P. Isbn 9786555151855. França, Genival Veloso De. **Direito Médico.** 17. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788530992316. **Bibliografia Complementar:** Faiad, Carlos Eduardo Araújo. **Ortotanásia:** Limites da Responsabilidade Criminal do Médico. Barueri: Manole, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9786555760378. Saúde da Família e da Comunidade. São Paulo Manole 2017 1 Recurso Online (Manuais de Especialização 19"). Isbn 9788520461389. Brunello Stancioli. **Relação Jurídica Médico - Paciente.** Editora Del Rey Bvu, 2021. 152 P. Isbn 9786557910016.

- SOCIOLOGIA JURÍDICA: Sociologia e direito. O direito como objeto de investigação social. Marcos teóricos em sociologia jurídica. Sociologia jurídica no Brasil. Temas contemporâneos em sociologia jurídica: educação ambiental, história africana, indígena e afro-brasileira, relações étnico raciais e Direitos Humanos. **Bibliografia Básica:** Rocha, José Manuel de Sacadura. **Sociologia Jurídica** Fundamentos e Fronteiras. 6. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online Isbn 9788530985202. Cavalieri Filho, Sérgio. **Programa de Sociologia Jurídica.** 14. Rio de Janeiro Forense 2014 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-5983-8. Campos, Walfredo Cunha. **Tribunal do Júri** Teoria e Prática. 6. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597017724. **Bibliografia Complementar:** Freyre, Gilberto. **Casa-grande & Senzala:** Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 14. Ed. Rio de Janeiro, RJ: J. Olympio, 1969. 389 P. Freire, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade.** 40. Ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2017. 189 P. Isbn 9788577531653. Aron, Raymond. **as Etapas do Pensamento Sociológico.** São Paulo, SP: Martins Fontes; Brasília, DF: Ed. Unb, 1982 557 P. (Ensino Superior; N. 6). Holanda, Sérgio Buarque De. **Raízes do Brasil.** 26. Ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013. 220 P. Isbn 9788571644489. Fernandes, Florestan. **a Revolução Burguesa no Brasil:** Ensaio de Interpretação Sociológica. 5. Ed. São Paulo, SP: Globo, 2006-2011. 504 P. Isbn 85-250-4055-x.

- TEORIA DO DIREITO: Direito e suas definições. Direito e normatividade. Introdução às normas do direito brasileiro. Direito e legislação. Direito e justiça. Direito e moral. Direito e ciência. Fontes do Direito. Ramos do direito. Direito e





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

interpretação. Teorias jurídicas. Bibliografia Básica: Lopes, José Reinaldo de Lima. **o Direito na História** Lições Introdutórias. 5. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522490813. Nader, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 39. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530975692. Kelsen, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 8. Ed. São Paulo, Sp: Wmf Martins Fontes, 2020. 427 P. (Biblioteca Jurídica Wmf). Isbn 9788578272050. Bibliografia Complementar: Ferraz Junior, Tercio Sampaio. **Direito, Retórica e Comunicação** Subsídios para Uma Pragmática do Discurso Jurídico. 3. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522494446. Souto, Fernanda Ribeiro. **Gestão de Serviços Extrajudiciais**. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online Isbn 9788595025073. Brandão, Claudio. **História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva**. São Paulo Atlas 2012 1 Recurso Online Isbn 9788522479153.

- TEORIA DO DIREITO PRIVADO I: Princípios do direito privado. Relação jurídica. Constitucionalização do direito privado. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio. Dos bens. Direito civil como instrumento de inclusão social. Bibliografia Básica: Farias, Cristiano Chaves De; Rosenvald, Nelson. **Curso de Direito Civil: Parte Geral e Lindb** : Volume 1. 12. Ed. Rev., Ampl. e Atual. Salvador, Ba: Juspodivm, 2014. 779 P. Isbn 8577619877. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V.1** Parte Geral. 15. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547212919. Lisboa, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil,:** Teoria Geral do Direito Civil, 1. 7. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2012. 572 P. Isbn 9788502156982. Bibliografia Complementar: Coelho, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil, Volume 1:** Parte Geral. 8. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2016. 396 P. Isbn 9788520366844. Lôbo, Paulo. **Direito Civil** Parte Geral. 6. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547215453. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V.1** Lei de Introdução e Parte Geral. 13. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530974114. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 1** Parte Geral. 20. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553172771.

- TEORIA DO DIREITO PRIVADO II: Teoria dos fatos jurídicos na legalidade constitucional. O negócio jurídico e a dignidade humana. Do negócio jurídico. Dos negócios jurídicos existenciais. Dos atos-fatos jurídicos. Dos atos jurídicos. Da prescrição e da decadência. Da prova Bibliografia Básica: Diniz, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. São Paulo, Sp: Saraiva, 1996/98/99 7V. Isbn 85-02-01797-7. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V. 1** Parte Geral. 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553608461. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 1** Lei de Introdução e Parte Geral. 15. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530984052. Bibliografia Complementar: Lôbo, Paulo. **Direito Civil** Parte Geral. 6. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online Isbn 9788547215453. Coelho, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil, Volume 1:** Parte Geral. 8. Ed. Rev., Atual. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2016. 396 P. Isbn 9788520366844. Lisboa, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil,:** Teoria Geral do Direito Civil, 1. 7. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2012. 572 P. Isbn 9788502156982. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 1** Parte Geral. 21. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553609505. Lotufo, Renan; Nanni, Giovanni Ettore. **Teoria Geral do Direito Civil**. São Paulo: Atlas, 2008. 866 P. Isbn 978-85-224-5093-0.

- TÓPICOS DE JURISPRUDÊNCIA DO STF: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

- TÓPICOS DE JURISPRUDÊNCIA DO STJ: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE ANTROPOLOGIA JURÍDICA: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO AMBIENTAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO CONSTITUCIONAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO CONTRATUAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO DAS OBRIGAÇÕES: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO DAS SUCESSÕES: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO DE FAMÍLIA: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO DIGITAL E TECNOLÓGICO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO DO TRABALHO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO EMPRESARIAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO E POLÍTICA: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PENAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL COMPARADO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PROCESSUAL EMPRESARIAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO PROCESSUAL PENAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITOS HUMANOS: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITOS REAIS: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITOS SOCIAIS: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE FILOSOFIA DO DIREITO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE HISTÓRIA DO DIREITO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE METODOLOGIA DA PESQUISA EM DIREITO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE PROCESSO COLETIVO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE PROCESSO E DEMOCRACIA: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE CIVIL: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.
- TÓPICOS ESPECIAIS DE SOCIOLOGIA JURÍDICA: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

- TÓPICOS ESPECIAIS DE TEORIA DO DIREITO: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS EM FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS EM NOVAS RELAÇÕES PRIVADAS: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TUTELA DE CONHECIMENTO: Da petição inicial à sentença e a coisa julgada. Bibliografia Básica: Wambier, Luiz Rodrigues; Talamini, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**: Volume 1 : Teoria Geral do Processo. 16. Ed. Reform. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2016. 607 P. Isbn 9788520366981. Didier Junior, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**: Volume 1 : Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. 19. Ed. Rev., Ampl. e Atual. Salvador, Ba: Juspodivm, 2017. 879 P. Isbn 9788544210109. Bueno, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil** V. 2: Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610167. Casarotto Filho, Nelson. **Elaboração de Projetos Empresarias**. 2. São Paulo Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597008180. Gonçalves, Marcus Vinícius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil, V. 1** Teoria Geral e Processo de Conhecimento (1ª Parte). 15. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553600557. Bibliografia Complementar: Lins, Luiz dos Santos. **Empreendedorismo** Uma Abordagem Prática e Descomplicada. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522493968. Abelha, Marcelo. **Manual de Direito Processual Civil**. 6. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530970765. O Novo Código de Processo Civil Brasileiro Estudos Dirigidos: Sistematização e Procedimentos. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6715-4. Alvim, José Eduardo Carreira. **Teoria Geral do Processo**. 20. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976040. Cintra, Antonio Carlos de Araújo; Grinover, Ada Pellegrini; Dinamarco, Cândido R. **Teoria Geral do Processo**. 30. Ed. Rev., Atual. e Aum. São Paulo, Sp: Malheiros, 2014. 448 P. Isbn 9788539202256.

- TUTELA DE CONHECIMENTO - TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Teoria geral do processo como instrumento basilar para o conhecimento do direito processual. Introdução e parte geral do direito processual civil. Normas fundamentais do processo civil. Bibliografia Básica: Wambier, Luiz Rodrigues; Talamini, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**: Volume 1 : Teoria Geral do Processo. 16. Ed. Reform. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2016. 607 P. Isbn 9788520366981. Didier Junior, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**: Volume 1 : Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. 19. Ed. Rev., Ampl. e Atual. Salvador, Ba: Juspodivm, 2017. 879 P. Isbn 9788544210109. Bueno, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil** V. 2: Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610167. Casarotto Filho, Nelson. **Elaboração de Projetos Empresarias**. 2. São Paulo Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597008180. Gonçalves, Marcus Vinícius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil, V. 1** Teoria Geral e Processo de Conhecimento (1ª Parte). 15. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553600557. Bibliografia Complementar: Lins, Luiz dos Santos. **Empreendedorismo** Uma Abordagem Prática e Descomplicada. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online Isbn 9788522493968. Abelha, Marcelo. **Manual de Direito**



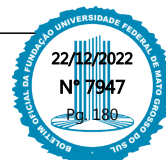


ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Processual Civil. 6. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530970765. O Novo Código de Processo Civil Brasileiro Estudos Dirigidos: Sistematização e Procedimentos. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6715-4. Alvim, José Eduardo Carreira. **Teoria Geral do Processo.** 20. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online Isbn 9788530976040. Cintra, Antonio Carlos de Araújo; Grinover, Ada Pellegrini; Dinamarco, Cândido R. **Teoria Geral do Processo.** 30. Ed. Rev., Atual. e Aum. São Paulo, Sp: Malheiros, 2014. 448 P. Isbn 9788539202256.

- TUTELA DE CONHECIMENTO - TUTELAS PROVISÓRIAS E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: Tutelas provisórias. Procedimentos especiais do Código de Processo Civil. Bibliografia Básica: Gonçalves, Marcus Vinícius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil, V. 3** Execução, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões. 11. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online Isbn 9788553600717. Wambier, Luiz Rodrigues; Talamini, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil, Volume 2:** Cognição Jurisdicional (Processo Comum de Conhecimento e Tutela Provisória). 16. Ed. Reform. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2016. 912 P. Isbn 978-85-203-6742-1. Didier Junior, Fredie; Cunha, Leonardo José Carneiro Da. **Curso de Direito Processual Civil: Volume 3 : Meios de Impugnação Às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais.** 14. Ed. Salvador, Ba: Juspodivm, 2017. 832 P. Isbn 9788544210116. Bueno, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil V. 2:** Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610167. Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V. 3.** 52. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online Isbn 9788530983680. Bibliografia Complementar: Montenegro Filho, Misael. **Curso de Direito Processual Civil.** 12. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597006513. Greco, Leonardo. **Instituições de Processo Civil, V.3** Recursos e Processos da Competência Originária dos Tribunais. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6834-8. Abelha, Marcelo. **Manual de Direito Processual Civil.** 6. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530970765. O Novo Código de Processo Civil Brasileiro Estudos Dirigidos: Sistematização e Procedimentos. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6715-4. Donizetti, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil Comentado.** 3. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597016734.

- TUTELA DOS DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA INTERAMERICANO: A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto San José). A comissão interamericana de direitos humanos. Requisitos da petição no sistema interamericano. Os trâmites no sistema interamericano. Medidas cautelares e provisórias. A corte interamericana de proteção aos direitos humanos. O litígio dos direitos civis e políticos. O litígio dos direitos econômicos, sociais e culturais. Casos contra o Brasil perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos Bibliografia Básica: Ramos, André de Carvalho. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional.** 6. São Paulo: Saraiva, 2016. 1 Recurso Online. Isbn 9788547202781. Piovesan, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 20. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786553620476. Guerra, Sidney. **Curso de Direitos Humanos.** 6. São Paulo: Saraiva, 2020. 1 Recurso Online. Isbn 9788553618446. Bibliografia Complementar: Ramos, André de Carvalho. **Direitos Humanos na Pandemia: Desafios e Proteção Efetiva.** São Paulo: Saraiva Jur, 2022. 1 Recurso Online. Isbn 9786553622890. Piovesan, Flávia; Fachin, Melina Girardi; Mazzuoli, Valerio de Oliveira (Null). **Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos.**





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Rio de Janeiro: Forense, 2019. 1 Recurso Online. Isbn 9788530987152. Piovesan, Flávia; Cruz, Julia Cunha (Null). **Curso de Direitos Humanos: Sistema Interamericano.** Rio de Janeiro: Forense, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786559640010. Comparato, Fábio Konder. **a Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.** 12. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553607884. Ramos, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos.** 9. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. 1 Recurso Online. Isbn 9786553622456.

- TUTELA EXECUTIVA: Cumprimento de sentença. Processo de execução. Meios de defesa do executado. Suspensão e extinção da execução. Bibliografia Básica: Thompson, Marco Aurélio. **Como Ser Influenciador Digital** Dicas, Roteiros e Estratégias para Redes Sociais. São Paulo Erica 2019 1 Recurso Online Isbn 9788536532585. Wambier, Luiz Rodrigues; Talamini, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil, Volume 3:** Execução. 16. Ed. Reform. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2017. 748 P. Isbn 9788520367445. Didier Junior, Fredie Et Al. **Curso de Direito Processual Civil:** Volume 5 : Execução. 7. Ed. Atual. Salvador, Ba: Juspodivm, 2017. 1119 P. Isbn 9788544215197. Bueno, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil** V. 2: Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610167. Camargo, Valter Luís Arlindo De. **Elementos de Automação.** São Paulo Erica 2014 1 Recurso Online Isbn 9788536518411. Bibliografia Complementar: Montenegro Filho, Misael. **Curso de Direito Processual Civil.** 12. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597006513. Greco, Leonardo. **Instituições de Processo Civil** Introdução ao Direito Processual Civil, V.2. 3. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6473-3. Abelha, Marcelo. **Manual de Direito Processual Civil.** 6. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530970765. O Novo Código de Processo Civil Brasileiro Estudos Dirigidos: Sistematização e Procedimentos. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6715-4. Donizetti, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil Comentado.** 3. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597016734.

- TUTELA RECURSAL: Precedentes judiciais. Ordem dos processos nos tribunais. Processos de competência originária. Recursos. Bibliografia Básica: Thompson, Marco Aurélio. **Como Ser Influenciador Digital** Dicas, Roteiros e Estratégias para Redes Sociais. São Paulo Erica 2019 1 Recurso Online Isbn 9788536532585. Wambier, Luiz Rodrigues; Talamini, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil, Volume 2:** Cognição Jurisdicional (Processo Comum de Conhecimento e Tutela Provisória). 16. Ed. Reform. e Ampl. São Paulo, Sp: Revista dos Tribunais, 2016. 912 P. Isbn 978-85-203-6742-1. Didier Junior, Fredie; Cunha, Leonardo José Carneiro Da. **Curso de Direito Processual Civil:** Volume 3 : Meios de Impugnação Às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais. 14. Ed. Salvador, Ba: Juspodivm, 2017. 832 P. Isbn 9788544210116. Bueno, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil** V. 2: Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online Isbn 9788553610167. Camargo, Valter Luís Arlindo De. **Elementos de Automação.** São Paulo Erica 2014 1 Recurso Online Isbn 9788536518411. Bibliografia Complementar: Montenegro Filho, Misael. **Curso de Direito Processual Civil.** 12. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online Isbn 9788597006513. Greco, Leonardo. **Instituições de Processo Civil, V.3** Recursos e Processos da Competência Originária dos Tribunais. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6834-8. Abelha, Marcelo. **Manual de Direito Processual Civil.** 6. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online Isbn 9788530970765. O





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

Novo Código de Processo Civil Brasileiro Estudos Dirigidos: Sistematização e Procedimentos. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online Isbn 978-85-309-6715-4. Donizetti, Elpídio. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online Isbn 9788597016734.

7.7. POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR

O Colegiado de Curso realizou estudo de impacto do novo Currículo, analisando grupos de situações possíveis, e determina que o novo Currículo do Curso será implantada a partir do 1º semestre do ano letivo de 2023, para todos os acadêmicos do Curso, exceto aqueles que tiverem condições de concluir o Curso na estrutura antiga, nos dois semestres posteriores a sua implantação, conforme Resoluções nº 105/2016 COEG e nº 16/2018 COGRAD. O Colegiado de Curso fará a análise dos alunos que atendam a essas condições, previamente à matrícula de 2023/1. Os alunos que se mantiverem na estrutura antiga e que não concluírem o Curso no prazo de dois semestres, serão compulsoriamente migrados para a nova estrutura curricular.

Ressalta-se ainda que o Colegiado de Curso fará, previamente à matrícula 2023/1, plano de estudo individualizado com previsão de atividades a serem cumpridas por parte de cada estudante, podendo, para este fim, utilizar disciplinas optativas ou Atividades Orientadas de Ensino, em caso de **déficit** de carga horária.

8. POLÍTICAS

8.1. CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A UFMS oferece cursos de curta duração em "História e Culturas Indígenas" e "Gênero e Formação de Professores", além de organizar-se para propiciar a capacitação do corpo docente priorizando as seguintes áreas:

- a. Práticas Pedagógicas no Ensino Superior
- b. Formação Inicial de Docentes para o Ensino Superior
- c. Formação de Gestores para Cursos de Graduação

8.2. INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Acerca da inclusão de pessoas com deficiência, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul define em seu Plano de Desenvolvimento Institucional ações de acessibilidade como aquelas que possibilitem a melhoria das condições educacionais de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles que apresentam altas habilidades/superdotação e que necessitem de atendimento educacional especializado, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas, mobiliários e ambientes externos e internos adaptados, garantindo a mobilidade com o máximo de autonomia.

A ampliação das oportunidades educacionais para os acadêmicos que apresentam necessidades especiais, em decorrência de alguma condição física, sensorial, mental, intelectual que o coloque em situação de incapacidade diante das diversas situações acadêmicas e de outra natureza, podem ser garantidas por meio da acessibilidade. Portanto, no intuito de colaborar para tornar a UFMS acessível, têm sido feitas mudanças nas propostas curriculares que se expressam nos Projetos Pedagógicos de Cursos sendo revisados para colaborar com a perspectiva da educação inclusiva, de modo a atentar e atender à diversidade das características educacionais dos estudantes para iniciar um processo que lhes garanta mais que o acesso, mas também a permanência e o máximo de autonomia para concluírem o curso de ensino superior.





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

A Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Seaaf), responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam a acessibilidade e as políticas afirmativas na UFMS, também visa o atendimento do público-alvo da Educação Especial, o que inclui pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. De forma geral, como tais sujeitos requerem necessidades educacionais especiais que precisam ser consideradas para que sua trajetória acadêmica seja positiva, entre as atividades da Seaaf estão: avaliação das necessidades educacionais especiais dos acadêmicos; orientação a docentes, colegas e/ou familiares quanto às necessidades educacionais especiais do discente com deficiência, autismo ou altas habilidades; acesso à comunicação e informação, mediante disponibilização de materiais acessíveis, de equipamentos de tecnologia assistiva, de serviços de guia-intérprete, de tradutores e intérpretes de Libras; coordenação de planos, programas e projetos de acessibilidade do Governo Federal no âmbito da Universidade e garantia da acessibilidade nas instalações da Universidade.

No caso do autismo ou de outros estudantes público-alvo da Educação Especial, a Seaaf os identifica por meio do Sistema de Controle Acadêmico. A partir da identificação, a Seaaf entra em contato com os discentes para diálogo e confirmação de dados, bem como para elaborar/planejar o atendimento que ele necessita no que diz respeito ao suporte para que sua vida acadêmica na Universidade possa ocorrer da melhor forma possível.

O atendimento ao acadêmico público alvo da Seaaf varia de acordo com as necessidades específicas de cada estudante. É realizada uma avaliação das condições do acadêmico, seus pontos fortes e habilidades a serem desenvolvidas; sua trajetória escolar e estratégias desenvolvidas diante de suas necessidades educacionais especiais; situação atual: demandas identificadas pelo acadêmico e por seus professores. Também é apresentada ao acadêmico a proposta de acompanhamento psicoeducacional, tanto de suporte psicológico, como pedagógico, trabalhando com o discente técnicas de estudo para acompanhamento da disciplina nas quais está matriculado. O atendimento é dinâmico, pois se analisa o resultado das ações a fim de se manter o que favorece o desempenho acadêmico e/ou planejar novas ações. A metodologia do ensino nas aulas regulares dos cursos da UFMS também segue estas diretrizes, pois cabe à equipe da Seaaf, quando solicitada, formular orientações referentes às necessidades educacionais especiais dos referidos estudantes. Adicionalmente, a Prograd disponibiliza à Proaes a listagem de disciplinas e docentes contempladas com o Projeto de Monitoria, uma vez que os monitores podem oferecer um suporte a mais para auxiliar o estudante caso apresente dificuldades com os conteúdos abordados no curso.

A Seaaf realiza a tradução e interpretação de conversações, narrativas, palestras e atividades didático-pedagógicas dentro do par linguístico Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, nos espaços da instituição e eventos por ela organizados, para atender as pessoas com Surdez priorizando as situações de comunicação presencial, tais como aulas, reuniões, atendimento ao público, e assessora nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Toda a comunidade acadêmica da UFMS pode fazer a solicitação à Seaaf por meio de preenchimento de formulário na página da Proaes. O mesmo ocorre com o público alvo da Educação Especial, por meio do preenchimento de formulário de "Atendimento Educacional Especializado", ambos na página da Proaes. Entretanto, o atendimento também é prestado caso a solicitação ocorra pessoalmente, por email, ou mediante Ofício Interno com material a ser traduzido em anexo.

Além disso, a política de inclusão da pessoa com deficiência envolve: a eliminação de barreiras físicas/arquitetônicas e atitudinais; adaptação de mobiliário; disponibilização e orientação para uso de tecnologias assistivas; e acessibilidade nos serviços, sistemas e páginas eletrônicas da UFMS. Evidentemente, este é um





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

trabalho extenso e que ainda se encontra em andamento na instituição.

Por fim, é válido expor que a garantia de acessibilidade corresponde às diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos, pois tem como princípios: a dignidade humana; a igualdade de direitos; o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; a democracia na educação e a sustentabilidade socioambiental (conforme Resolução nº 1/2012-CNE/CP).

Cabe-se também esclarecer que a Seaaf colabora com a acessibilidade física/arquitetônica na UFMS por meio de destinação de recursos (quando disponíveis) e encaminhamentos à equipe de Arquitetura. A equipe da Diretoria de Planejamento e Gestão de Infraestrutura (Dinfra/Proadi) é responsável pela adequação dos prédios da UFMS. Para apoio institucional contamos com a Comissão Permanente de Acessibilidade, que analisa e encaminha as ações destinadas para esse público. Essa Comissão conta com representantes das pró-reitorias e é presidida por um representante da Seaaf/DIIEST/Proaes.

No âmbito do Câmpus, outras necessidades de natureza econômica ou social são monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

No plano pedagógico, a Administração setorial, via Administração central, prevê a capacitação de Técnicos-Administrativos e Professores para o atendimento a pessoas com deficiência.

8.3. INCLUSÃO DE COTISTAS

Os cotistas terão um acompanhamento específico por parte da Coordenação de Curso ao longo do primeiro ano. Este acompanhamento inclui o monitoramento de seu desempenho acadêmico (como dos demais alunos) buscando identificar cedo possíveis **déficits** de aprendizagem que os estejam impedindo de prosseguir seus estudos de forma adequada.

O Curso oferece aos seus estudantes todo o material necessário ao desenvolvimento de atividades didático – pedagógicas (equipamentos, materiais, livros, etc.). Contudo, outras necessidades de natureza econômica ou social serão monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

8.4. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Visando a formação acadêmica em sua integralidade, o Curso de Direito/CPTL atende aos requisitos legais e normativos a seguir descritos:

- Resolução nº 1/2004 -CNE/CP, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Parecer nº 8, CNE/CP, de 06 de março de 2012, que deu origem à Resolução nº 1/2012- CNE/CP).

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

9.1. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

Em relação ao sistema de avaliação, praticar-se-á o previsto pela Resolução nº 430, Cograd, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe ser 6,0 (seis) a média mínima para a aprovação. O Plano de Ensino deverá prever um sistema de avaliação composto por, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

optativa.

Para cada avaliação realizada, o professor deverá, em até dez dias úteis:

- Registrar no Siscad as notas das avaliações em até dez dias úteis após a sua realização/conclusão; e
- Disponibilizar aos estudantes as respectivas avaliações corrigidas até o dia de registro das notas, apresentando a solução padrão e respectivos critérios de correção. Para cada disciplina cursada, o professor deverá associar ao estudante uma Média de Aproveitamento, com valores numéricos com uma casa decimal, variando de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

A aprovação nas disciplinas dependerá da frequência nas aulas e/ou participação nas aulas e/ou atividades pedagógicas assíncronas, bem como Média de Aproveitamento (MA) expressa em nota, resultantes das avaliações, de acordo com o Plano de Ensino da disciplina. Será considerado aprovado na disciplina, o estudante que obtiver, frequência igual ou superior a 75%, e Média de Aproveitamento, igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

A fórmula para cálculo da Média de Aproveitamento consiste na média aritmética, simples ou ponderada, das notas obtidas pelo estudante nas avaliações previstas no Sistema de Avaliação proposto para a respectiva disciplina.

A quantidade e a natureza das avaliações serão as mesmas para todos os estudantes matriculados na turma.

No caso de disciplinas ofertadas total ou parcialmente a distância, o sistema de avaliação do processo formativo, contemplará as atividades avaliativas a distância, a participação em atividades propostas no AVA UFMS e avaliações presenciais, respeitando-se as normativas pertinentes.

Sem desconsiderar as peculiaridades das avaliações realizadas nas disciplinas de Estágio Obrigatório, cujos critérios serão definidos nas normas/regulamentos de estágio, cada professor ou professora, observando as disposições institucionais pertinentes, terão autonomia didático-pedagógica para definir o modelo de avaliação, o respectivo peso, a quantidade e periodicidade das avaliações, e a proporção de questões subjetivas e objetivas quando for o caso.

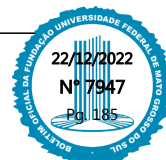
9.2. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Fundamentada na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e visa promover a avaliação das instituições, de cursos e de desempenho dos acadêmicos (Enade), a UFMS designou uma equipe que compõe a Comissão Própria de Avaliação Institucional da UFMS (CPA/UFMS), que possui representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e um da sociedade civil organizada.

Cada Unidade da Administração Setorial (UAS) da UFMS tem uma comissão responsável pela avaliação correspondente à Unidade, denominada Comissão Setorial de Avaliação (CSA). A CPA e a CSA são regulamentadas institucionalmente pela Resolução nº 104, Coun, de 16 de julho de 2021. O mandato de seus membros é de três anos, permitida uma recondução por igual período.

As CSAs têm a mesma competência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) aplicadas no âmbito da Unidade, são a extensão da CPA nas unidades da UFMS. São responsáveis pela elaboração dos relatórios apontando as fragilidades e potencialidades, para o conhecimento dos gestores, Colegiados dos Cursos e demais instâncias para que indiquem de forma coletiva as ações que deverão ser implementadas, garantindo assim um processo formativo e contínuo da avaliação.

Os questionários para a avaliação encontram-se disponíveis no Sistema de Avaliação Institucional (SIAI), por meio do link (<https://siai.ufms.br/avaliacao-institucional>) e cabe à Coordenação do Curso, ao Colegiado do Curso e à CSA a





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

divulgação do mesmo junto aos estudantes. Por meio desse questionário os alunos da UFMS podem avaliar as disciplinas do semestre anterior e os respectivos docentes que ministraram as disciplinas, infraestrutura física, organização e gestão da instituição, políticas de atendimento ao discente, potencialidades e fragilidades do Curso, etc. Os dados desses questionários são coletados e serão utilizados pela CSA para elaboração do Relatório de Autoavaliação Setorial da Unidade e pela CPA para a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional da UFMS (RAAI).

Além disso, cada Coordenação de Curso deverá realizar reuniões semestrais com o corpo docente e discente, visando refletir sobre os dados expostos nos relatórios de autoavaliação institucional e definir estratégias para melhoria do Curso. No que se refere especificamente à avaliação da aprendizagem, preservar-se-á o princípio da liberdade pedagógica do professor, compatibilizando esta liberdade com a legislação vigente no âmbito da UFMS.

9.3. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NA AVALIAÇÃO DO CURSO

Os discentes participam da avaliação institucional, semestralmente, preenchendo o questionário de avaliação, disponibilizado em uma plataforma própria (SIAI), sendo um formulário sucinto no primeiro semestre, a partir do qual avaliam o desempenho do docente e seu próprio desempenho nas disciplinas cursadas no semestre e o atendimento oferecido por parte da Coordenação de Curso e um formulário mais completo, no segundo semestre, que agrega, aos aspectos anteriores, a infraestrutura geral da Instituição e o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão. O trabalho de sensibilização do discente, no processo avaliativo, é conjunto com a Diretoria de Avaliação Institucional (Diavi), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Setorial de Avaliação (CSA), cabendo à CSA promover a sensibilização da sua respectiva Unidade.

Com base nos descritores resultantes do instrumento de avaliação institucional, será possível, em primeira análise, aferir se o PPC está sendo cumprido adequadamente, ensejando a práxis do processo ensino-aprendizagem, subsidiando processos de tomada de decisão em prol da melhoria e qualificação do Curso, visando o aprimoramento dos processos formativos, mediante diagnóstico global de políticas, processos e práticas institucionais.

A participação discente da avaliação do Curso traduz “um processo aberto de comunicação entre sujeitos para compreender, valorar e transformar uma dada realidade (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 197), possibilitando a compreensão das diversas dimensões do Curso, no contexto da Universidade e no âmbito interno do Curso, possibilitando ao NDE, Colegiado e Coordenação um conjunto de informações acerca dos problemas, potencialidades e conquistas.

A avaliação, portanto, não é um fim em si mesma, mas um instrumento que norteará o processo de planejamento institucional e do Curso, vez que, através do diagnóstico dela decorrente – indicativo das necessidades, fragilidades e potencialidades – torna-se possível estabelecer ações pedagógicas/administrativas e políticas para atingir a qualidade almejada do Curso, levando em consideração os objetivos, a matriz curricular e o perfil profissional contidos no Projeto Pedagógico do Curso.

Nestes termos, tal avaliação não visa punição nem premiação, ao contrário, sua ação central é a reconstrução, o aprimoramento, a melhoria, trata-se de um processo sistemático, dinâmico e cíclico de conhecimento e autoconhecimento sobre a realidade do Curso de graduação, com informações e dados que subsidiem processos de tomada de decisão, em prol da qualidade formativa do Curso e da instituição que o oferta.

Como incentivo à participação do discente no processo de avaliação, a resposta ao Questionário do Estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS pode ser computada como parte da carga horária destinada às atividades





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

complementares. Acredita-se que este pode ser importante estímulo à participação do corpo discente no processo avaliativo. Outro elemento de participação obrigatória é o Enade, no ano em que o ciclo avaliativo engloba o Curso e é um componente curricular obrigatório, sem o qual o discente não pode concluir a graduação.

9.4. PROJETO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

A Diretoria de Avaliação Institucional é a Unidade responsável por coordenar e articular todas as ações de avaliação institucional desenvolvidas na UFMS. Entre outras competências, ela é responsável por conduzir os processos de avaliação internos no âmbito da Reitoria, da Administração Central e Setorial, e apoiar a Diretoria de Inovação Pedagógica e Regulação (DIPER), e Secretaria de Regulação e Avaliação (SERAV), unidades vinculadas a Prograd, e a Pró-reitora de Pesquisa e Pós Graduação (Propp) nos processos de Relatório de Autoavaliação Institucional (Raai), Enade, Credenciamento, Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento e Avaliação dos cursos.

A CPA/UFMS disponibilizou uma página no site da UFMS (<https://cpa.ufms.br/>) para acesso aos documentos e relatórios como Autoavaliação Institucional e Relatórios de avaliação setoriais. A CPA/UFMS promove a avaliação constituída dos seguintes itens:

- avaliação discente;
- avaliação por docentes;
- avaliação pelos coordenadores;
- avaliação de diretores;
- avaliação por técnicos administrativos;
- questionamentos descritivos enviados aos setores administrativos da instituição e entrevistas.

10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

10.1. ATIVIDADES ORIENTADAS DE ENSINO (QUANDO HOUVER)

As Atividades Orientadas de Ensino são estudos orientados por um docente, realizadas por um acadêmico individualmente ou em grupo com o objetivo de induzir o conhecimento recente e inovador de uma subárea da área de formação do Curso e, no Curso de Direito do Câmpus de Três Lagoas, constitui-se em Componente Curricular Não Disciplinar (CCND) que totaliza 68 (sessenta e oito) horas.

Dentre as possibilidades de atividades orientadas de ensino apresentadas no art. 1º, §1º da Resolução COGRAD n. 594/2022, opta-se pela realização de estudos dirigidos (individuais ou em grupo, conforme a complexidade da atividade) que não de ser desenvolvidos a partir de análise dogmática e jurídica da doutrina pertinente e da jurisprudência dos Tribunais brasileiros.

Tal atividade há de permitir: (a) a oportunidade de entendimento do objeto de estudo e de aprofundamento do conhecimento do estudante sobre temáticas relevantes e atuais para formação técnica-profissional considerando as Diretrizes Curriculares que regem a organização pedagógica dos Curso de Direito; e (b) a capacitação do discente em habilidades e competências satisfaçam os standards de excelência e perfil profissiográfico demandados pelas novas necessidades do mercado e da sociedade. Todas atividades não de ser realizadas sob a supervisão e orientação do professor, ainda que desenvolvidas de forma autônoma com o protagonismo discente.





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

O professor-orientador destas atividades tem o papel de indicar leituras e atividades ao discente, de discutir com ele as temáticas estudadas, tirando as dúvidas do estudante e instruindo-o sobre quais procedimentos deve tomar. O produto final da Atividade Orientada de Ensino há de ser apresentado sob a forma de artigo a ser avaliado pelo professor-orientador.

Estas atividades deverão ser registradas por meio de Plano de Trabalho previamente aprovado pelo Colegiado de Curso. O professor-orientador deverá indicar ao Colegiado de Curso, ao final do período previsto no Plano de Trabalho, se o estudante cumpriu ou não os objetivos propostos.

10.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares, conforme disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, são componentes curriculares que objetivam enriquecer e complementar os elementos de formação do perfil do graduando, e que possibilitam o reconhecimento da aquisição, pelo discente, de conteúdos, habilidades e competências, obtidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que estimulem atividades culturais, transdisciplinares e inovadoras, a critério do estudante, respeitadas as normas institucionais do Curso.

Em atendimento à normativa constante no art. 8º, da resolução n. 430/2021-COGRAD o Curso prevê, em sua matriz curricular, uma carga horária em Atividades Complementares (AC) as quais serão cumpridas como Componentes Curriculares Não Disciplinares ao longo do Curso pelos discentes.

Essa carga horária, bem como as formas de seu cumprimento estarão dispostas em regulamento próprio aprovado pelo Colegiado de Curso que trará os mecanismos e formas de aproveitamento de conhecimentos angariados via estudos e práticas independentes presenciais ou à distância que apresentem natureza acadêmica, científica, técnica, social, ambiental, socioambiental desportiva e artístico-cultural, as quais, de acordo com a autonomia disposta ao alunado na escolha, desconcentração, ou, concentração das atividades a realizar deverão favorecer o fortalecimento e a articulação entre teoria e prática buscando promover a trans/multi/interdisciplinaridade, bem como a formação continuada.

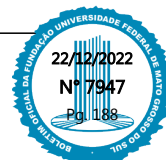
Assim, as Atividades Complementares constituem-se da composição de cinco grupos: Atividades de Ensino, Atividades de Pesquisa, Atividades de Extensão, Atividades de Representação Estudantil e Atividades de Iniciação ao Trabalho. Ademais, nos moldes preceituados, tais atividades favorece ao discente desenvolver competências essenciais ao processo ensino-aprendizagem, tais como: administrar a progressão da aprendizagem, trabalhar em equipe, participar da administração do Curso e administrar a própria formação (PERRENOUD, 2000).

Possibilita, ainda, um processo formativo pautado nos 4 (quatro) pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Possibilita uma formação que, para além da qualificação para o mercado de trabalho (educação utilitária), estimula o desenvolvimento da criatividade e das capacidades de empreendimento endógenas, de pesquisa e, especialmente, educar para o desenvolvimento humano (DELORS, 1999).

Importante destacar que o Regulamento de Atividades Complementares do Curso prevê que a resposta ao Questionário do Estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS possa ser validado até o montante de vinte por cento da carga horária exigida para a Atividade.

10.3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A UFMS compreende extensão universitária como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político. As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

estes cursos. Este documento prevê a obrigatoriedade de no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Considerando a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/14, a Curricularização da Extensão estará alinhada a Extensão já realizada no âmbito institucional e ao que se refere a ela, como os Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), os Projetos Políticos Institucionais (PPIs), de acordo com o perfil do egresso; Além da moldura normativa estabelecida nos demais documentos normativos próprios. (Resolução nº 304-COGRAD/UFMS, de 17 de junho de 2021 e Instrução Normativa Conjunta nº 1 PROGRAD / PROECE / UFMS, de 3 de novembro de 2021)

Segundo o PDI integrado ao PPI da UFMS: O compromisso social da UFMS é a construção de uma sociedade mais justa, produtiva e permeada por valores virtuosos, na qual o impulso empreendedor deve dialogar com respeito ao coletivo e às heranças culturais e naturais. Um pressuposto indispensável para este desenvolvimento é a difusão e a democratização do conhecimento em uma relação dialógica entre a UFMS e os diversos setores da sociedade. Neste sentido, a extensão universitária é o principal eixo institucional capaz de articular e de contribuir significativamente para o desenvolvimento do estudante e da sociedade.

Isto posto e considerando a Meta do Plano Nacional de Educação, o Curso de graduação em Bacharelado em Direito do Campus de Três Lagoas prevê o cumprimento de 408 horas em Atividades de Extensão de forma transversal em componentes curriculares do Curso e/ou em componente curricular não disciplinar específica de extensão, de acordo com regulamento específico da UFMS, de forma a estimular a função produtora de saberes que visam intervir na realidade como forma de contribuir para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

As atividades poderão ser desenvolvidas em projetos e programas de extensão institucionais ao longo do Curso, com ênfase na formação humanística e cidadã.

Além da integração entre ensino, pesquisa e extensão proporcionada pelo Estágio Obrigatório – Extensionista, ocorrerá a realização de Atividades de Extensão através de projetos e ações de extensão no contexto de Componente Curricular Não Disciplinar (CCND) obrigatório correspondente a um total de 102 horas. Ademais, conforme o disposto no art. 11 da Instrução Normativa Conjunta PROGRAD/PROECE/UFMS n. 1, de 3 de novembro de 2021, que estabelece que "Todos os cursos de Graduação devem prever CCND(s) de Atividade(s) de Extensão Optativa(s) para o atendimento de casos específicos dos estudantes", são ainda previstas quatro CCNDs de **Atividades de Extensão (I, II, III e IV), cada uma delas compreendendo 100 horas e, juntas, totalizando o montante de 400 horas.**

Além da integração entre ensino, pesquisa e extensão proporcionada pelo Estágio Obrigatório, e pelas disciplinas de Atividades Integrativas de Extensão haverá estímulo para que estudantes realizem Atividades de Extensão, enquanto componente curricular não disciplinar, através da participação em projetos autônomos de modo a complementar o montante mínimo de horas extensionistas exigidas para a integralização do Curso nos termos de PPC.

De maneira descritiva, o Curso de Direito/CPTL implementou as formas previstas, reconhecendo tanto a extensão de forma transversal em disciplinas já existentes quanto em disciplinas próprias obrigatórias e ainda em CCND obrigatória e optativa:





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

1. Componentes Curriculares Disciplinares (CCD) – Constante na estrutura curricular como Atividades Integrativas de Extensão I (2º semestre); Atividades Integrativas de Extensão II (3º semestre) e Atividades Integrativas de Extensão III (10º semestre) cada uma com 34 horas, totalizando 102 horas.
2. Outra forma de articulação entre ensino e extensão no percurso formativo discente ocorre por meio do Estágio Obrigatório – Prática Jurídica a partir do 7º semestre. Como descrito, o Estágio integra o Eixo de Formação Prático-profissional sendo as seguintes disciplinas: “Estágio Obrigatório – Prática Real I”, “Estágio Obrigatório – Prática Real II”, “Estágio Obrigatório - Prática Real III”, “Estágio Obrigatório – Prática Real IV”, “Estágio Obrigatório – Extensão I” e “Estágio Obrigatório – Extensão II”, cada uma com 34 horas, totalizando 204 horas.
3. Componentes Curriculares Não-disciplinares (CCND) – obrigatórias com CH de 102 horas e optativas com 400 horas.
4. Projetos de extensão vinculados à disciplina, cadastrados e vigentes na PROECE - disciplina só poderá ter carga horária de extensão, **se estiver previsto no cadastro da lista de oferta.**

Em suma, considerando o total de horas de atividade de extensão em Componentes Curriculares Disciplinares (306 horas) e Componentes Curriculares Não Disciplinares obrigatórios (102 horas) alcança-se o montante de 408 horas, que são suficientes para cumprir os imperativos decorrentes da Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e outros dispositivos normativos institucionais. Além disso, o Curso conta também com um total de 400 horas de Atividades de Extensão Optativas para atender casos específicos de discentes.

10.4. ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS (ESPECÍFICO PARA CURSOS DA EAD)

Não se aplica ao curso.

10.5. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO (QUANDO HOVER) E NÃO OBRIGATÓRIO

Estágio é um ato educativo supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho, que visa à preparação do acadêmico para a atividade profissional, integrando os conhecimentos técnico, prático e científico e permitindo a execução dos ensinamentos teóricos e a socialização dos resultados obtidos, mediante intercâmbio acadêmico e profissional. Consiste em atividade institucionalizada da UFMS, de acordo com Resolução Coeg nº 107, de 16 de julho de 2010, que aprova o Regulamento do Estágio para os acadêmicos dos Cursos de Graduação presenciais da instituição.

O Estágio de Prática Jurídica, ao qual se submetem os estudantes do Curso de Direito do CPTL, é subdividido entre (a) Estágio Curricular Obrigatório (estágio supervisionado) e (b) Estágio Não Obrigatório (extracurricular).

O Estágio Obrigatório propõe a realização de atividades reais e simuladas, judiciais e/ou extrajudiciais, presenciais e/ou remotas, a fim de instrumentalizar e operacionalizar a dinâmica entre teoria e prática, promovendo o aperfeiçoamento técnico-científico-cultural e de relacionamento humano, além de desenvolver ações inter e transdisciplinares a partir da realidade social da região onde o Curso está inserido. Trata-se de componente curricular disciplinar, capaz de proporcionar formação prática na área do Direito, devidamente instituído com base na legislação federal vigente e nos regulamentos de estágio da UFMS, considerando o Projeto Pedagógico de Curso e as disposições do Regimento do Escritório Modelo de Assistência Judiciária do Campus de Três Lagoas (Emaj/CPTL). Sua carga horária é dividida em atividades reais e simuladas.





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

O Estágio Não Obrigatório, realizado sob a supervisão e controle da Comissão de Estágio (COE), é aquele de natureza opcional, com a finalidade de enriquecer os conhecimentos teóricos do acadêmico e poderá ser utilizada para a validação de atividades complementares. Será assegurado aos estudantes, firmando-se convênios com instituições públicas ou privadas, considerando o que dispõe a Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Tais atividades devem ser necessariamente correlacionadas ao Curso, acordadas e consolidadas em um Termo de Cooperação de Estágio realizado entre a instituição concedente, o estudante e a Universidade, conforme regulamentação própria. É exigida a supervisão das atividades do estudante por profissional habilitado, que o deverá orientar ao longo do período de estágio e atestar o seu desempenho.

Quaisquer modalidades de estágio, obrigatória ou não obrigatória, garantem seguros pessoais aos estudantes.

O Emaj estrutura-se, inicialmente, em três dimensões educacionais, quais sejam: a) Núcleo de Apoio e Assistência Judiciária - onde são desenvolvidas as atividades práticas reais; b) Núcleo de Mediação e Conciliação - os estudantes realizam atividades voltadas à prática de mediação e arbitragem e; c) Laboratório de Desenvolvimento Humano - concernentes às atividades de extensão e aulas de campo, realizadas no âmbito da prática real, de forma institucionalizada por meio do atendimento à grupos de vulneráveis.

A carga horária destinada ao estágio obrigatório é de 272 horas distribuídas em quatro disciplinas de prática real e quatro de prática simulada a partir do sétimo semestre, estando portanto, proporcionalmente dimensionada.

Todas as atividades desenvolvidas pelos estudantes, sejam simuladas (presencial em sala de aula) ou reais, são orientadas por professor responsável da disciplina respectiva, sob a supervisão do Coordenador do Emaj. As turmas de prática jurídica real são abertas visando não exceder a 15 alunos por turma para garantir o coeficiente orientador x aluno em padrões de excelência.

Sob o aspecto avaliativo, destaca-se a utilização, no estágio, do sistema de avaliação continuada, tendo por base a aquisição, por parte do estudante, dos conteúdos, competências e habilidades indispensáveis ao exercício profissional na área do Direito, e **poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno**, conforme § 4º, do artigo 6º da Resolução CNE/MEC nº 05, de 17 de dezembro de 2018. De igual sorte, as turmas de prática simulada, respeitando os limites de encargo docente dos professores do Curso de Direito.

Os estágios conveniados recebem acompanhamento tanto da COE quanto do Emaj por meio de relatório circunstanciado periódico com a avaliação e rubrica do orientador no campo de estágio.

As atividades desenvolvidas como estágio corroboram tanto na abrangência quanto na área de formação para a capacitação do acadêmico e sua habilitação como bacharel em Direito previsto no presente projeto pedagógico. Ademais, o trabalho em equipe é exigido tanto na formação de grupos para a realização dos julgamentos simulados quanto na elaboração de peças processuais.

O Emaj tem funcionamento em estrutura própria, adequada e preparada para a realização das atividades pedagógicas inerentes às práticas jurídicas.

Verifica-se, pois que as práticas estão institucionalizadas e consolidadas. Existe a participação efetiva dos acadêmicos tanto na comunidade regional e local quanto o conhecimento de outras realidades por intermédio da participação das aulas de campo e visitas técnicas.

10.6. NATUREZA DO ESTÁGIO

A natureza da orientação adotada pelo Curso de Direito é indireta, com o





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

acompanhamento do estágio por meio de contatos esporádicos com o estagiário e com o Supervisor de Estágio, além de meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, relatórios e, sempre que possível, visitas ao campo de estágio.

10.7. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Os acadêmicos da UFMS são incentivados à participação em diferentes atividades:

- em atividades de monitoria de ensino de graduação;
- em Projetos de Ensino de Graduação (PEG);
- em programas/projetos/atividades de iniciação científica ou em práticas de investigação;
- em atividades de extensão;
- em atividades da Bolsa Trabalho;
- em atividades articuladas com a comunidade.

Participação em atividades de monitoria de ensino:

A Monitoria de Ensino de Graduação está regulamentada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA 49-PROGRAD/UFMS, de 18 de maio de 2021, que preconiza a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem nos Cursos de Graduação da UFMS pela articulação entre teoria e prática, envolvendo estudantes e professores em atividades didático-pedagógicas, objetivando:

- estimular o aprendizado dos estudantes, contribuindo para a melhoria e o aumento da taxa de sucesso dos Cursos de Graduação;
- fortalecer a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos, com fortalecimento da capacidade de análise e crítica, por meio do incentivo à participação dos estudantes em atividades de suporte à disciplina de graduação;
- promover a integração curricular e a cooperação entre estudantes e professores; com olhar estudantil sobre o andamento da disciplina, para reduzir os índices de evasão e retenção dos Cursos de Graduação, bem como a reprovação da disciplina vinculada à Monitoria; e
- propiciar aos estudantes possibilidade de desenvolvimento das habilidades pela docência, por meio do auxílio ao professor da disciplina em sessões de laboratório, aulas práticas, na resolução de exercícios, na elaboração de material didático inovador ou em atividades relativas ao processo de aprendizado das disciplinas.

10.8. PRÁTICA DE ENSINO (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

10.9. PRÁTICA DE ENSINO NA ÁREA DE SAÚDE (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DA ÁREA DE SAÚDE, EXCETO MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

10.10. PRÁTICA DE ENSINO COMO COMPONENTE CURRICULAR (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE LICENCIATURA)

Não se aplica ao curso.

10.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (QUANDO HOVER)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um Componente Curricular Não Disciplinar através do qual os acadêmicos realizam pesquisas individuais, aprofundando estudos sobre temáticas vinculadas à área do Direito, desenvolvendo





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

senso crítico, capacidade de análise e habilidades de comunicação.

A elaboração do TCC é um dos requisitos essenciais para a integralização curricular e será desenvolvida nas fases finais do Curso, sob a orientação de um professor efetivo, devendo apresentar um artigo, monografia, projeto, relatório ou outra modalidade de trabalho escrito, a ser defendido em sessão pública, perante banca examinadora constituída pelo Colegiado de Curso, composta pelo professor orientador e mais dois membros.

Os trabalhos são individuais e o número de orientação por professor é limitado a nove alunos por ano, conforme as candidaturas aceitas pelos docentes. Os parâmetros para a elaboração, apresentação, defesa e avaliação dos trabalhos estão previstos em normas institucionais e devidamente cotejados em manual específico e atualizado por Comissão de TCC, disponível na página do Curso na internet. Sempre que houver a realização de pesquisas envolvendo seres humanos, os protocolos de pesquisa serão submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa da instituição.

Os trabalhos de conclusão de curso, após aprovados, integrarão o acervo em Repositório Institucional da UFMS, conforme os procedimentos e normas estabelecidos para depósito de produção intelectual, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 67-COUN/UFMS, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020.

11. DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS (OBRIGATÓRIO PARA CURSOS EAD)

Para disciplina ofertada total ou parcialmente a distância, deverá haver a utilização de Materiais Didáticos que são categorizados de duas formas:

- Material Didático Institucional (MDI): material produzido por professor especialista em parceria com a Secretaria de Tecnologias e Materiais Digitais (Setec) da Agead, por meio de sua Equipe Multidisciplinar de Produção, no formato autoinstrucional e disponibilizado com licença aberta (Creative Commons CC-BY) à todos os Cursos de Graduação da UFMS; e
- Material Didático Específico (MDE): material produzido/organizado pelo professor responsável pela oferta de uma disciplina específica por meio da curadoria e/ou produção independente de conteúdos em diversas mídias.

Todos os Materiais Didáticos deverão ser validados por uma Equipe Multidisciplinar de Validação (EMV), preferencialmente, antes do início da oferta da disciplina. Cada Unidade da Administração Setorial (UAS) possui sua própria EMV constituída por meio de Portaria do Diretor, com validade máxima de dois anos, sendo composta por docentes representantes de cada Curso de Graduação vinculado à Unidade. A UFMS possui normativa específica que trata da composição, atribuições e o processo de trabalho da Equipe multidisciplinar para produção e validação de materiais para a EaD.

O material didático deverá ser composto por tecnologias e recursos educacionais abertos (de preferência com licenças livres) em diferentes suportes de mídia, favorecendo a formação e o desenvolvimento pleno dos estudantes e assegurando a acessibilidade metodológica e instrumental. Tais materiais didáticos podem se constituir de: livros, **e-books**, tutoriais, guias, vídeos, videoaulas, documentários, objetos de aprendizagem, materiais interativos, podcasts, revistas, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

12. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

No Campus de Três Lagoas, as salas de aulas são compartilhadas entre os cursos consoante sistema de ensalamento organizado pela Coordenação de Gestão Acadêmica (Coac) do CPTL.

O Curso de Direito utiliza estrutura disponível nas unidades I e II do Campus. Na Unidade I está localizada a estrutura física do Emaj, onde são realizadas atividades de extensão e/ou prática jurídica real. Importante destacar que o Emaj é o núcleo de práticas jurídicas do Curso. As demais atividades de ensino, pesquisa e extensão são realizadas nas dependências da Unidade II, onde o Curso dispõe de sala coletiva de reunião, espaço para o trabalho da Coordenação de Curso e salas de trabalho para docentes em tempo integral.

Atualmente, o espaço destinado ao trabalho da Coordenação e consequente atendimento aos estudantes está localizado no Bloco IV da Unidade II. Neste mesmo espaço, são realizadas as reuniões do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante. Os professores em regime de dedicação integral atendem os estudantes em seus respectivos gabinetes.

Na Unidade II, também estão localizados a Biblioteca Setorial do CPTL, os Laboratórios de Informática, o Auditório Dercir Pedro de Oliveira e demais Anfiteatros para a realização de aulas ou eventos do Curso.

13. PLANO DE INCORPORAÇÃO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

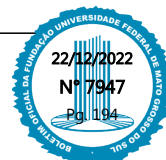
As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo formativo permitem a execução do Projeto Pedagógico de Curso, garantindo a acessibilidade digital e comunicacional, promovendo a interatividade entre docentes e discentes, assegurando o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitando experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

Neste sentido, o Curso conta com Sistema Acadêmico (Siscad) no qual os docentes disponibilizam os planos de ensino das disciplinas e alimentam o Diário de Classe. Aludido Sistema pode ser acessado por qualquer aluno ou aluna até mesmo através de aplicativo em telefone móvel. Quaisquer demandas institucionais são processadas via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ambiente no qual há, inclusive, a gestão das Componentes Curriculares Não Disciplinares (CCNDs) Trabalho de Conclusão de Curso, entre os quais, oferta de vagas, aceite de orientação, depósito dos trabalhos (acompanhados dos termos de autenticidade), organização das defesas e seus respectivos documentos (atas de defesa, certificados e declarações de participação).

Além das mídias digitais disponíveis, a instituição também oferece um Ambiente Virtual de Aprendizagem, espaço no qual é possível a interação entre alunos e professores e consequente realização de estudos dirigidos ou demais atividades à distância, possibilitando a execução das atividades didáticas até mesmo em períodos de crise ou pandemias.

A Coordenação de Curso e cada servidor dispõe de um e-mail institucional, facilitando a comunicação entre os diferentes atores que compõem a instituição e o público externo. Através do e-mail institucional, os servidores ainda conseguem acessar outras plataformas ou ferramentas do Google, entre as quais o Google Drive, o Google Meet, entre outros instrumentos.

Por fim, é importante destacar que quaisquer informações, normas, formulários e demais documentos da UFMS e do Curso de Direito do CPTL podem ser encontrados em página institucional disponível na internet.





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Direito do CPTL/UFMS foi elaborado com base nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (2018), legislação federal vigente e normas institucionais, propondo a constituição de um espaço público de excelência para a formação acadêmica e profissional na área do Direito.

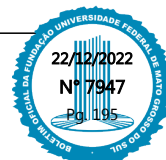
Considerando que a função social e política de um Curso de Graduação em Direito, em uma instituição pública de ensino superior, é formar cidadãos social e politicamente engajados, comprometidos com o ideal da justiça, com o desenvolvimento da sociedade brasileira, valores de um Estado Democrático de Direito e integração social pacífica ou não violenta entre os povos, o Projeto partiu de uma Concepção de Curso norteada pelo sentido ético da alteridade, articulando saberes e práticas e integrando diferentes eixos de formação acadêmica: fundamental, profissional, prático e complementar.

Tal Concepção de Curso pressupõe a problematização ou eventual desconstrução de um modelo secular de formação jurídica, fundado em exposição dedutiva e enciclopédica de conteúdos normativos com base em fórmulas doutrinárias, modelos teóricos relativamente descontextualizados e entendimentos jurisprudenciais. Assumindo o desafio de ir além da práxis forense, definiu uma proposta capaz de fomentar maior interlocução entre políticas de ensino, pesquisa e extensão, abordagens interdisciplinares de conteúdos e triangulação metodológica entre diferentes estratégias de aprendizagem.

Valorizando metodologias ativas e/ou participativas e objetivando formar profissionais capazes de enfrentar os temas e problemas que movimentam a agenda política contemporânea e as atuais exigências ou desafios do mundo do trabalho em um cenário de expansão tecnológica, espera alcançar um espaço estratégico e inclusivo de produção de conhecimento, com maior inserção social e capacidade de ação/diálogo, contribuindo com o desenvolvimento de Três Lagoas e região.

15. REFERÊNCIAS

- BONWELL, C. C.; EISON, J. A. **Active learning: creating excitement in the classroom.** Washington, DC: Eric Digests, 1991. Disponível em: <www.eric.ed.gov/PDFS/ED340272.pdf>. Acesso em: fev. 2020.
- Buck Institute for Education. **Aprendizagem baseada em projetos:** guia para professores de ensino fundamental e médio. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- CARDOSO, E. M. Função social da universidade. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 109-130, dec. 1981. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/35849/22108>>. Acesso em: 07 mar. 2020.
- DELORS, J. et.al. **Educação um tesouro a descobrir:** relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. UNESCO: 1999.
- DEWEY, J. **Vida e educação.** São Paulo: Nacional, 1959.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação:** Revista de Avaliação da Educação Superior, v. 13, n. 1, p. 193-207, Campinas, mar. 2008.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.





ANEXO - PPC DO CURSO DE DIREITO - CPTL
(Res. nº 729, Cograd, de 21 de dezembro de 2022.)

- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, M. A concepção dialética da educação e educação brasileira contemporânea. **Educação e Sociedade**, São Paulo: CEDES n. 8, p. 5-32, mar. 1981.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.
- MORÁN, J. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, C. A.; MORALES, O. E. (orgs.). In: **Convergências midiáticas, educação e cidadania**: aproximações jovens. Coleção Mídias Contemporâneas. 2015. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf> Acesso em: mar. 2020.
- NOVAK, J. D.; GOWIN, D. B. **Aprender a aprender**. 2. ed. Lisboa: Plátano, 1999.
- PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SCHEIBE, L. O saber fazer na escola: novos caminhos para didática. **ANDE: Revista da Associação Nacional de Educação**, n. 5, p. 39-41, 1982.
- SILVA, F. G. Habermas e a ambiguidade do direito moderno. In: SILVA, F. G.; RODRIGUEZ, J. R. (coords.). **Manual de sociologia jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 139-159.
- SOARES, S. R.; CUNHA, M. I. Programas de pós-graduação em educação: lugar de formação da docência universitária? **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 7, n. 14, Brasília, dez. 2010.
- ROGERS, C. **Liberdade para Aprender**. Belo Horizonte: Interlivros, 1973.
- VIGOTSKY, L. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.
- WETZEL, M. An update on problem based learning at Harvard Medical School. **Ann Com Orient Educ**. 1994;7:237-47.

